

**DIVINO MARCOS DE SENA**

**CAMARADAS:  
Livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)**

DOURADOS - 2010

**DIVINO MARCOS DE SENA**

**CAMARADAS:  
Livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *Fronteiras, Identidades e Representações.*

Orientadora: Profa. Dra. Nauk Maria de Jesus

DOURADOS – 2010

981.7 Sena, Divino Marcos de  
S474c Camaradas : livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850). /  
Divino Marcos de Sena. – Dourados, MS : UFGD, 2010.  
201f.

Orientadora: Profa. Dra. Nauk Maria de Jesus  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da  
Grande Dourados.

1. Mato Grosso oitocentista - História. 2. População rural –  
Mato Grosso – Condições sociais, 1808-1850. I. Título.

**DIVINO MARCOS DE SENA**

**CAMARADAS:  
Livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

**Aprovada** em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente e orientadora:

Nauk Maria de Jesus (Dra., UFGD) \_\_\_\_\_

2º Examinador:

Carlos Alberto Rosa (Dr., UFMT) \_\_\_\_\_

3º Examinador:

Eudes Fernando Leite (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

Membro suplente:

Eliazar João da Silva (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

*Aos meus pais, irmãos,  
sobrinhos, amigos, professores,  
alunos e amantes da leitura.*

## AGRADECIMENTOS

Parecia algo distante, mas agora ele está realizado. Não com meu único esforço, mas com o apoio fundamental da força maior conhecida pelo nome de Deus, que em muitos momentos a senti me confortando nas horas mais difíceis, em que o cansaço, o desânimo e os obstáculos tentaram me abater. Ao senhor, meu pai maior, o meu muito obrigado.

Essa conquista é, também, de meus pais, Eugênio M. Sena e Zenira F. Corrêa Sena, que sempre me ajudaram nos momentos em que eu mais precisei. Vocês são, com certeza, as melhores referências de paternidade. Minha eterna gratidão por me indicarem os caminhos da vida e por me amarem profundamente.

Não menos intenso foi o apoio recebido por parte das minhas irmãs, Cristiane e Cristilene, e de meus irmãos, Eder e Wagner. Vocês fazem expressar bem o sentimento fraternal e de união que existe entre nós. Grato pelo apoio.

Com imenso carinho e eterna gratidão agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Nauk Maria de Jesus. Você sabe que essa conquista também é sua, não somente por me ajudar nos momentos de redefinição do projeto, nas orientações e nas angústias, mas também, por me passar um pouco de seu vasto conhecimento.

Agradeço a minha amiga e grande referência de docência, Profa. Dra. Silvia Helena Andrade de Brito, que me ensinou o gosto pela pesquisa e a dar os primeiros passos nos domínios da História. Este trabalho não seria possível sem tua ajuda ainda na graduação, e no constante incentivo em busca pelo saber.

Nas idas a Dourados pude contar com o apoio de dois grandes e eternos amigos que me ajudaram em tudo, e me fizeram perceber como é bonito o significado da palavra amizade. Wilson Mendes (Wil) e Alexandre Ostapenko (Ale), sou eternamente grato a vocês que, além de serem amigos, me ajudaram a fugir dos problemas corriqueiros por meio das conversas, “baladas” etc. Em Corumbá encontrei amizade e companheirismo de outro grande amigo, Thierry Rojas Bobadilha, que sempre ouvia minhas angústias e me ajudava com algumas inquietações da vida e da pesquisa.

Aos professores do Mestrado Cláudio Vasconcelos, Alzira Menegat e João Carlos pelas discussões nas disciplinas do Curso. Ao Prof. Dr. Eudes Fernando Leite pelas indicações no Relatório de Qualificação e pelas discussões relacionadas à História Cultural. Agradeço também a contribuição dos professores, Dr. Carlos Alberto Rosa pelas indicações,

ao Dr. Valter Martins e Dr. Luís Cláudio Pereira Symanski pela doação de seus trabalhos que muito contribuíram para pensar a temática de pesquisa.

À Profa. Dra. Ângela Varela Brasil Pessoa. Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, em especial Vanda da Silva, e aos responsáveis pelo Centro de Documentação Regional da UFGD (CDR). Agradeço a CAPES pela bolsa de estudo que me garantiu o suporte financeiro.

À Jane Sgarini e Rosiane Carmona, amigas de graduação, incentivadoras e amantes da História. Aos amigos Gustavo Antonio Ferreira Sanabria e Saulo Álvaro Mello. Aos colegas do mestrado Camila, Cláudia, Daniele, Fabiano, Fábio, Grazihely, Ilsyane, Izabel, João, Layana, Lenita, Márcia, Mirian e Patrícia.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram nesses dois anos de estudos e pesquisas.

*Escrever a História, ou construir um discurso sobre o passado, é sempre um ir ao encontro das questões de uma época. A História se faz como resposta a perguntas e questões formuladas pelos homens em todos os tempos. Ela é sempre uma explicação sobre o mundo, reescrita ao longo das gerações que elaboram novas indagações e elaboram novos projetos para o presente e para o futuro, pelo que reinventam continuamente o passado.*

(Sandra Jatahy Pesavento)



## **RESUMO**

Esta dissertação tem por objetivo analisar a presença, participação e aspectos do cotidiano de trabalho de uma parcela da população livre e pobre, constituída pelos camaradas, no Mato Grosso, entre os anos de 1808-1850, em especial aqueles estabelecidos em ambientes rurais. Num território fronteiriço, formado por ambientes de mineração, urbanos, rurais e militares, homens livres encontraram na ocupação de camarada meios para garantir e/ou complementar a sua subsistência numa sociedade escravista, bem como contribuíram na dinâmica do mercado interno regional. Os processos criminais e cíveis, mapas de população, relatos de viajantes, relatórios de presidentes de província, entre outras fontes, fizeram parte do material empírico para o presente estudo. Estudo este que enfatiza a contribuição de camaradas e demais livres e pobres, não somente na configuração social, econômica e cultural do Mato Grosso, como também do Brasil.

Palavras-chave: Mato Grosso oitocentista. População, livre e pobre. Camarada.

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to analyse the presence, participation and aspects of the work's everyday of a portion of the free and poor population, constituted by "camaradas", in Mato Grosso, between 1808-1850, especially those established in rural environments. In a frontier territory, formed by mining environments, urbans, rurals and servicemen found in the "camaradas" occupation means to ensure and/or complement their maintenance in a slave society, as well as they contributed to the regional domestic market. The criminal and civil processes, population's maps, travelers' reports, reports of provincial presidents, besides other sources, were part of the empirical to this study. This study which emphasizes the "camaradas" contribution and other free and poor men, not only in the social, economic and cultural configuration of Mato Grosso, but also of Brazil.

Key-words: Nineteenth Mato Grosso. Free and poor Population. "Camarada".

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distrito de Chapada, 1827 (Adrien Taunay) .....	34
Figura 2 – Vista da Vila de Guimarães, 1827 (Adrien Taunay) .....	39
Figura 3 – Lavagem de roupa no rio Quilombo, distrito de Chapada, 1827 (Adrien Taunay).....	40
Figura 4 – Índios Guaná que iam a Cuiabá (Hercules Florence) .....	92
Figura 5 – Canoa Encalhada (Hercules Florence) .....	133
Figura 6 – Descida de uma corredeira (Hercules Florence) .....	134
Figura 7 – Figura de um arrieiro de tropa em viagem por terra do Rio de Janeiro a Cuiabá e Mato Grosso (Museu Bocage) .....	150
Figura 8 – Expedição no Porto de Cuiabá contra os índios Guaicuru (Hercules Florence).	167

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b> – Capitania de Mato Grosso.....	24
<b>Mapa 2</b> – Roteiro Monçoeiro Norte.....	127
<b>Mapa 3</b> – Roteiros Monçoeiros (São Paulo-Cuiabá).....	128
<b>Mapa 4</b> – Caminho de terra Cuiabá/Goiás.....	149

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – População da província de Mato Grosso por idades – 1828.....	26
<b>Tabela 2</b> – Divisão Territorial da província de Mato Grosso – 1839 .....	28
<b>Tabela 3</b> – Mapa da população da província de Mato Grosso – 1849.....	28
<b>Tabela 4</b> – População classificada por profissões e condições – 1828.....	30
<b>Tabela 5</b> – Ocupações distrito de Serra Acima, 1809 – População Livre.....	35
<b>Tabela 6</b> – População do distrito de Serra Acima – 1809.....	36
<b>Tabela 7</b> – População Livre – distrito de Serra Acima (1809).....	36
<b>Tabela 8</b> – População Escrava – distrito de Serra Acima (1809).....	37
<b>Tabela 9</b> – Estado Civil da População Cativa – Serra Acima (1809).....	37
<b>Tabela 10</b> – Faixa Etária e Estado Civil dos Lavradores – Serra Acima (1809).....	38
<b>Tabela 11</b> – Faixa Etária e Estado Civil das Lavradoras – Serra Acima (1809).....	39
<b>Tabela 12</b> – Faixa Etária e Estado Civil de Mineiros(as) – Serra Acima (1809).....	41
<b>Tabela 13</b> – Faixa etária das pessoas que “viviam de Agências” – Serra Acima (1809).....	42
<b>Tabela 14</b> – Agregados(as) – Faixa etária. Serra Acima (1809).....	42
<b>Tabela 15</b> – Agregados(as) – Estado Civil. Serra Acima (1809).....	43
<b>Tabela 16</b> – Ocupação do proprietário(a)/famílias que apareceram agregados(as), Serra Acima (1809).....	44
<b>Tabela 17</b> – Número de agregados(as) por família – Serra Acima (1809).....	44
<b>Tabela 18</b> – Posição do(a) agregado(a) junto à famílias – Serra Acima, 1809.....	45
<b>Tabela 19</b> – Estado Civil de Chefes de Fogo – Freguesia de Brotas (1838).....	47
<b>Tabela 20</b> – População Livres – Freguesia de Brotas (1838).....	48
<b>Tabela 21</b> – Classificação da população livre quanto a cor/descendência e/ou origem – Freguesia de Brotas (1838).....	49
<b>Tabela 22</b> – Faixa etária de agregados(as) – Freguesia de Brotas (1838).....	49
<b>Tabela 23</b> – Número de agregados(as) por família – Freguesia de Brotas (1838).....	50
<b>Tabela 24</b> – Estado Civil de agregados(as) – Freguesia de Brotas (1838).....	50
<b>Tabela 25</b> – Faixa Etária da População Escrava – Freguesia de Brotas (1838).....	51

<b>Tabela 26</b> – Classificação da população escrava quanto a descendência e/ou origem. Freguesia de Brotas (1838).....	52
<b>Tabela 27</b> – Valores de pagamento a Camaradas.....	80
<b>Tabela 28</b> – Camaradas na Freguesia de Brotas (1838).....	94
<b>Tabela 29</b> – Estado civil de camaradas – Distrito de Serra Acima (1809).....	97
<b>Tabela 30</b> – Faixa etária de camaradas.....	99
<b>Tabela 31</b> – Tipos de propriedade/atividade dos patrões que os camaradas apareceram relacionados – Distrito de Serra Acima (1809).....	118
<b>Tabela 32</b> – Características ocupacionais das propriedades de lavoura onde trabalhavam camaradas, Distrito de Serra Acima (1809).....	119
<b>Tabela 33</b> – Lista de nomes dos lavradores(as) que tinham como empregados camaradas no Distrito de Serra Acima no ano de 1809.....	121
<b>Tabela 34</b> – Características ocupacionais das propriedades onde trabalhavam camaradas. Freguesia de Brotas (1838).....	123
<b>Tabela 35</b> – Lista de nomes de pessoas que tinham como empregados camaradas na Freguesia de Brotas (1838).....	124

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

APMT – Arquivo Público de Mato Grosso (Cuiabá)

CDR – Centro de Documentação Regional (UFGD)

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

## SUMÁRIO

Lista de figuras .....	09
Lista de mapas .....	10
Lista de tabelas .....	11
Lista de abreviaturas .....	13
<b>Introdução</b> .....	15
<b>Capítulo 1 - MATO GROSSO: PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX</b>	
1.1. Mato Grosso – espaços e população .....	21
1.2. População do Distrito de Serra Acima (1809) .....	31
1.3. População da Freguesia de Nossa Senhora de Brotas (1838) .....	45
<b>Capítulo 2 - CAMARADAS, “VIVIAM DE AJUSTES”</b>	
2.1. Livres e pobres: historiografia brasileira e regional .....	54
2.2. Ser camarada .....	61
2.3. Camaradas – Acordos de trabalho .....	67
2.4. Camaradas – Mobilidade espacial / recrutamento militar .....	82
2.5. Camaradas – Índios, negros, brancos, mestiços e estrangeiros .....	90
2.6. Camaradas – Estado civil / faixa etária .....	97
2.7. Camaradas – Vontades próprias / autonomia .....	100
<b>Capítulo 3 - CAMARADAS: TRABALHO E COTIDIANO</b>	
3.1. Camaradas na extração da ipecacuanha .....	107
3.2. Camaradas em propriedades rurais: lavoura e criação de gado vacum e cavalari .....	111
3.3. Camaradas no transporte fluvial .....	126
3.4. Camaradas no transporte terrestre .....	145
3.5. Camaradas: Entradas, bandeiras, fundação de lugares e abertura de estradas .....	165
<b>Considerações Finais</b> .....	174
<b>Fontes e Referências Bibliográficas</b> .....	177
<b>Apêndice A</b> – Composição familiar de pessoas mencionadas com ocupação (Freguesia de Nossa Senhora de Brotas – 1838) .....	196
<b>Apêndice B</b> – Características ocupacionais de famílias que possuíam escravos (Freguesia de Nossa Senhora de Brotas – 1838) .....	197
<b>Apêndice C</b> – Relação dos nomes de rios, ribeirões, riachos, córregos, cachoeiras, lagoas etc. identificados nas fontes consultadas referente ao território de Mato Grosso (1808-1850)..	198

## INTRODUÇÃO

Ângela Maria da Silva (agregada); Antônio Preto (camarada); Antônio de Lara (lavrador); Faustino de Sousa Braga (camarada); Francisco Pereira (arrieiro); Silvestre de Tal (feitor); Antônio Crioulo (ferreiro); Maria da Costa Preta (lavradora); João Nepomuceno (carpinteiro); João Exposto (agregado); Ângela da Fonseca (vive de agência); Maria Joaquina (vive de seu trabalho); que assim como Maria Ignacia e Francisco da Silva Rondon e outras pessoas, faziam parte de uma camada social complexa, conhecida pela historiografia referente ao Brasil Colônia e Império, como *homens livres e pobres*.<sup>1</sup>

Essas pessoas, assim como tantas outras, foram, durante muito tempo, pouco referenciadas na historiografia brasileira. Aliás, difícil são os dados sobre elas, muitas existiram e reduzidos são os registros de suas presenças na sociedade que se formou no território conhecido pelo nome de Brasil.

Os livres e pobres não faziam parte das elites políticas, não pertenciam a famílias chamadas de tradicionais, ocupantes de cargos públicos, não foram pessoas homenageadas, que possuíam prestígio econômico, político e social. Mas, mesmo assim, estiveram presentes na configuração sócio-cultural e econômica do Brasil. É essa parcela da camada social que analisarei aqui, em especial aqueles que viveram na primeira metade do século XIX na inicialmente capitania e depois província de Mato Grosso.

A composição da sociedade brasileira no século XIX era complexa. Constituída basicamente de escravos, livres e pobres, e senhores; a diversidade era visível até mesmo no interior dessas camadas. Existiam vários “senhores”, diferentes tipos de escravos (escravos de lavoura, escravos domésticos, escravos de ganho, escravos de jornais etc.) e de livres pobres (camaradas, agregados (as), pequenos (as) lavradores (as), trabalhadores (as) de ofício, soldados, condutores de tropa, mineiros pobres, domésticos (as), vendedoras de tabuleiros, quitandeiras, artesãos (ãs), lavadeiras etc.). Nessa camada existiam pessoas brancas; negros livres; indígenas e seus respectivos descendentes; mestiços, denominados cabras, mulatos,

---

<sup>1</sup> Optei por utilizar a expressão *livres e pobres* ao invés de *homens livres pobres*, por levar em consideração que a referida camada social era formada por mulheres e homens.



crioulos, caborés, pardos etc. Moravam nos ambientes rurais, urbanos e militares; eram mulheres, homens e crianças etc.

Distintos também eram os níveis de pobreza. Indivíduos que faziam parte dessa camada social possuíam diferentes padrões de pequenas posses ou mesmo a ausência total delas. Existiam pessoas que, com o seu trabalho, às vezes, auxiliadas pela família conseguiam acumular algum pecúlio e comprar um reduzido número de escravo (um, dois ou três), ou mesmo contratar os serviços de outros livres para ajudar na labuta diária. Havia, também, indivíduos que não tinham um pedaço de terra para morar e/ou trabalhar, viviam em casa de outrem, em troca de serviços a serem prestados.

Ao verificar o uso das palavras *pobre* e *pobreza* nas fontes consultadas para o presente estudo, foi possível constatar que elas foram empregadas para diferentes situações. Eram utilizadas para se referir às pessoas que não tinham o necessário para viver, ou que ao menos não se encaixavam ao padrão vivido pelos produtores das fontes (presidentes de províncias, juízes, escrivães, advogados, militares de alta patente, viajantes estrangeiros, senhores de escravos, de terras e/ou de negócios etc.). Além disso, elas eram utilizadas com sentido de pena, lástima ou que inspirasse compaixão.

Sendo assim, com relação à condição ou posição social, as palavras *pobre* e *pobreza*, de maneira geral, serviam para definir a situação de pessoas que tinham carência material, tipicamente envolvendo as necessidades da vida cotidiana, como por exemplo, alimentação, moradia, vestuário etc. E/ou também carência social, apoiados na impossibilidade ou incapacidade de ocupar cargos públicos ou de alta patente, bem como excluídos de ter acesso a educação.

Para Michel Mollat, o pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação dos meios, que variam segundo as épocas e as sociedades. Tais meios são essenciais para garantir força e consideração social, como: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais.<sup>2</sup>

É considerando a complexidade da camada livre e pobre que certa parte da sociedade da capitania/província de Mato Grosso<sup>3</sup> foi estudada. Nesse sentido, ao verificar a

---

<sup>2</sup> MOLLAT, M., *Os pobres na idade média*, p. 5.

<sup>3</sup> O território que correspondia à capitania e depois província de Mato Grosso passou a ser denominado Estado de Mato Grosso após a Proclamação da República do Brasil, no final do século XIX. Em setembro de 1943, parte do território dos estados de Mato Grosso e Amazonas foram desmembrados para formar o Território Federal do Guaporé (que três anos depois passou a ser denominado Território Federal de Rondônia). Em 11 de

existência de tantos outros “grupos” que faziam parte da referida camada social, este estudo terá como análise os camaradas, principalmente aqueles que moravam e/ou trabalhavam nos ambientes rurais.<sup>4</sup>

A temporalidade desta pesquisa corresponde à primeira metade do século XIX, especialmente entre 1808 e 1850. Por levar em consideração que o mercado interno da capitania de Mato Grosso foi formado ao longo do século XVIII e se amplia nos primórdios do século XIX,<sup>5</sup> um dos objetivos deste trabalho foi verificar como os camaradas estavam inseridos na sociedade e contribuíram com a dinâmica interna do território de Mato Grosso na primeira metade dos oitocentos, especialmente nos ambientes rurais. O primeiro marco temporal (1808) está relacionado à vinda da família real portuguesa para o Brasil, o que provocou uma nova configuração política e social na então colônia lusoamericana. Para além disso, é de 1809 a fonte manuscrita mais recuada utilizada nesta pesquisa que traz informações sobre camaradas, ou seja, o *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*.<sup>6</sup> Já o período limite, década de 1850, é justificado pela lei de extinção do tráfico negreiro (*Lei nº. 581 - de 4 de setembro de 1850*) que estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos para o Império do Brasil, e que reordenou o comércio de escravos no país, bem como intensificou a regulação do trabalho assalariado e incentivos à imigração estrangeira em substituição à força cativa. No contexto regional, o período limite desta pesquisa está relacionada às modificações ocorridas na segunda metade do século XIX, quando a província de Mato Grosso recebeu um novo surto de crescimento econômico e populacional com abertura da navegação a vapor que a mantinha ligada ao Oceano Atlântico pelos rios Paraguai e do Prata, após 1850 e, mais ainda, depois da Guerra do Paraguai (1864-1870).<sup>7</sup>

Nesse sentido, abordarei momentos em que Mato Grosso era capitania e após a emancipação política do Brasil, assim como as demais capitanias, passa a ser província do Império do Brasil. Segundo Maria de Fátima Silva Gouvêa, os momentos que seguiram à chegada da Coroa Portuguesa (1807 e 1808) foram de mudanças radicais na forma como a Colônia estava organizada politicamente. Em 1815, o Brasil foi elevado a Reino Unido a

---

outubro de 1977, novamente o território do Mato Grosso foi dividido. Ficou determinada, por lei federal, a separação do mesmo, formando os atuais Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

<sup>4</sup> Também encontrei referência da presença de camaradas em atividades urbanas, na mineração, na extração de sal e nos recrutamentos militares. Porém, minha intenção aqui está direcionada para camaradas que estiveram ligados aos ambientes rurais do Mato Grosso durante a primeira metade do século XIX.

<sup>5</sup> ARRUDA, E. F. de., *Formação do mercado interno em Mato Grosso – século XVIII*.

<sup>6</sup> O Distrito de Serra Acima compreendia “imediações do Coxipó-Guassú, Aricaes Médio até o Cuiabá Mirim”. Basicamente era onde atualmente está localizada a região do município de Chapada dos Guimarães no Estado de Mato Grosso. *Mapa de População do Distrito de Serra Acima –1809*, APMT.

<sup>7</sup> Sobre as vias de comunicação e as transformações ocorridas no Sul de Mato Grosso, ver: QUEIROZ, P. R. C., *Vias de comunicação e articulações econômicas do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*.

Portugal e Algarves, alterando seu *status* institucional. Entre os anos de 1808 e 1821, as palavras *capitania* e *província* “eram usadas de forma alternada e ambivalente na legislação editada pela Coroa Portuguesa, sendo ambos os termos utilizados na designação das unidades territoriais que integravam o império luso na América”.<sup>8</sup> Ao levar em consideração a temporalidade 1808-1850, quando me reportar ao período anterior a 1822 utilizarei o termo *capitania* e, para o subsequente, o termo *província*, para me referir às unidades político-administrativas territorializadas.<sup>9</sup>

Portanto, este estudo discute a presença de homens e mulheres livres e libertos (as) pobres que moravam e/ou trabalhavam em ambientes rurais do território de Mato Grosso na primeira metade do século XIX, em especial os camaradas. O objetivo principal é entender a presença desses indivíduos no território de Mato Grosso, e também perceber de que forma estavam inseridos em algumas atividades produtivas num momento em que ainda não se dava a crise do trabalho escravo no Brasil.

Percebi a complexidade entre os indivíduos que eram denominados e que se autodenominaram como camarada, bem como a multiplicidade de atividades a que estiveram relacionados e que desenvolviam, alguns como condutores de tropa, outros como remadores, por exemplo. Verificada essa heterogeneidade, as reflexões de Simona Cerutti foram importantes. A autora chama atenção para os problemas das classificações socioprofissionais, já que em alguns casos as categorias socioprofissionais não se adaptam à diversidade das situações.<sup>10</sup> Isto foi verificado entre muitos camaradas identificados na documentação referente à região e período estudado nesta pesquisa, em que nem todos foram mencionados somente como camaradas, mas também pelo tipo de atividade que desenvolviam.

Quanto ao título deste trabalho, *Camaradas: livres e pobres em Mato Grosso*, foi pensado no sentido de que existiam vários tipos de camaradas, por isso o título estar no plural, enquanto que o subtítulo, além de se referir a essa heterogeneidade, está relacionado a outros livres e pobres que menciono nos capítulos.

A leitura da bibliografia relacionada à temática *livres pobres* atentando-se às fontes utilizadas na construção dos respectivos trabalhos, juntamente com a documentação

---

<sup>8</sup> GOUVÊA, M. de F., *O império das províncias*, p. 17.

<sup>9</sup> Existe informação em fontes consultadas, que a capitania de Mato Grosso passou a ter como as demais capitanias do Brasil a denominação de província depois de carta lei de 16 de dezembro de 1815, que elevou o Brasil à categoria de reino a Portugal e Algarves. In: *Mapa dos Municípios da província de Mato Grosso – 1849*. Porém, em muitas fontes produzidas no Mato Grosso anteriores ao 7 de Setembro de 1822 ainda utilizavam a denominação capitania, o que demonstra a lenta adequação da máquina administrativa portuguesa ao “estar no Brasil”.

<sup>10</sup> CERUTTI, S., *A construção das categorias sociais*.

disponível no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso, localizado na cidade de Cuiabá, contribuíram para eleger os documentos a serem utilizados. Dentre as fontes pesquisadas estão os Relatos de Viajantes e Relatórios de Presidente de Província, do período de 1835 a 1860. Os primeiros podem ser encontrados em livros ou revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro<sup>11</sup> e os segundos no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT) ou na internet pelo endereço <http://www.crl.edu/content/brasil/mato.htm>. Utilizei, também, processos-crimes presentes no APMT, no Fundo do Tribunal da Relação referente aos anos de 1822-1850, todos correspondentes a diferentes localidades da província de Mato Grosso, alguns inventários *post mortem* e dois mapas de população inéditos, um do distrito de Serra Acima (1809) (atual Chapada dos Guimarães – MT) e outro da freguesia de Nossa Senhora das Brotas (1838) (atual município de Acorizal – MT), ambas as localidades pertencentes ao termo do Cuiabá.

Desafio foi tentar seguir alguns camaradas. Com objetivo de segui-los, tentei cruzar nomes de camaradas e de seus respectivos padrões existentes no rol de habitantes do Distrito de Serra Acima e da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, com os nomes (falecidos, justificantes, justificados etc.) que compõem o *Índice dos Processos de Inventários e Heranças* pertencente ao Arquivo Público de Mato Grosso.<sup>12</sup> Para os camaradas não consegui identificar nenhum que estivesse presente nas duas tipologias de fontes, enquanto que para os padrões de camaradas foi possível localizar alguns inventários, o que me levou a consultar tais documentos na possibilidade de obter alguma referência a camaradas listados nos mapas de população e/ou de outros que poderiam ser referenciados. Ao consultar os mencionados inventários, não encontrei informações sobre camaradas.

A ausência de homens com a ocupação de camarada na lista de inventários possivelmente está relacionada à escassez de bens que pudessem ser arrolados numa ação de inventários. Além disso, em muitos documentos, que não os inventários *post mortem*, apareceram somente vestígios da existência de camaradas, sem mencionar o nome dos mesmos. Já em outras fontes, existem apenas referências daqueles indivíduos quando realizavam alguma atividade de trabalho ou estavam envolvidos em outras situações do cotidiano.

---

<sup>11</sup> Como bibliografia de apoio para trabalhar com viajantes é possível mencionar as seguintes: BARREIRO, J. C., *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX.*; CAMPOS, P. M., *Imagens do Brasil no velho mundo.*; LISBOA, K. M., *Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX.*; KRAAY, H., *A visão estrangeira.*; OBERACKER, C., *Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros.*

<sup>12</sup> *Índice dos processos de inventários e heranças – 1772-1925.*

Estudar os camaradas foi possível por meio de pistas, sinais e indícios deixados pelos produtores das fontes. Segundo Carlo Ginzburg, o trabalho do historiador se assemelha muito com o do detetive, porque a partir de sinais quase imperceptíveis para maioria das pessoas, consegue decifrar um enigma a partir daquilo que pesquisou, ou seja, investigou.<sup>13</sup> Esses sinais foram reveladores, porque a partir deles pude encontrar informações sobre uma determinada parcela da população oitocentista, como fica demonstrado nos três capítulos que compõem o presente estudo.

No primeiro deles, intitulado *Mato Grosso - primeira metade do XIX*, faço algumas considerações sobre o contexto histórico da região nos séculos XVIII e XIX, em que procuro apresentar ao leitor o que era Mato Grosso no período estudado. Nesse capítulo, exponho informações sobre a constituição daquela sociedade mineira e de fronteira,<sup>14</sup> bem como a formação de ambientes urbanos e rurais, aspectos da população, as vilas e cidades que surgiram etc. Apresento, também, análise dos mapas de população utilizados nesta pesquisa, para entender como estava disposta a população de Serra Acima e de Nossa Senhora de Brotas, e a presença de livres pobres naquelas localidades.

No segundo capítulo, *Camaradas*, “*viviam de ajustes*”, discuto aspectos gerais sobre camaradas, quem eram aqueles sujeitos históricos, números de solteiros e casados, faixa etária, localidades onde estavam presentes etc.

Aspectos de vida e trabalho dos camaradas são discutidos no terceiro capítulo, intitulado *Camaradas: trabalho e cotidiano*, de modo a compreender como se deu a participação na dinâmica interna da capitania/província de Mato Grosso, momento em que apresento também algumas características do cotidiano de trabalho daqueles homens livres e pobres.

---

<sup>13</sup> GINZBURG, C., *Mitos, emblemas e sinais*, p. 150.

<sup>14</sup> O termo fronteira-mineira demonstra a especificidade da capitania de Mato Grosso, já que estava situada numa região localizada nos limites fronteiriços das possessões portuguesa na América, bem como por ter sido a mineração, no século XVIII, sua principal atividade econômica. JESUS, N. M., *Na Trama dos Conflitos. A administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*.

# CAPÍTULO 1

## MATO GROSSO: PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

*A província de Mato Grosso, a mais ocidental do rico, e vasto Império do Brasil, é de um interesse reconhecido para o mesmo Império, servido-lhe de antemural por todo o Ocidente e grande parte do meio-dia, cobrindo assim as províncias do Grão Pará, Goiás, e S. Paulo, e desenvolvendo uma fronteira dilatada de mais de quinhentas léguas [...]. Compreende esta província um terreno vastíssimo, colocado na parte mais central da América Meridional [...]. (Luiz D'Alincourt)<sup>15</sup>*

### 1.1 - Mato Grosso – espaços e população

O território correspondente aos atuais Estados de Mato Grosso, Rondônia e Mato Grosso do Sul, embora frequentado por paulistas desde o século XVII em busca de mão-de-obra indígena para trabalhar nas lavouras, só teve seu processo de ocupação nas primeiras décadas do século seguinte, com a descoberta de ouro nas margens do rio Coxipó. A partir de então iniciou-se o processo de ocupação de territórios indígenas e a extinção e/ou catequização dos mesmos.

Carlos Alberto Rosa, ao consultar documentos dos anos 1700 com nomes de algumas sociedades indígenas, afirma que somente na bacia do rio Cuiabá estavam presentes os seguintes grupos: “Cruane, Curiane, Guachevane, Apocone, Araripocone, Araripone, Ariocone, Coxipone, Gregone, Guahone, Pavone, Pocone, Pupone, Bobiare, Bororo, Chacorore, Itapore, Tambegui, Tamoringue, Aricá, Cuiabá, Elive, Guale, Jape, Popu, Tuete”.<sup>16</sup> A formação de ambientes urbanos e rurais ocorreu paralelamente à extinção de diversos grupos indígenas. Bandeiras eram formadas para reprimir ataques de etnias que resistiam à ocupação do colonizador.<sup>17</sup> O nativo, além de ser expulso, foi forçado a trabalhar.

---

<sup>15</sup> ALINCOURT, Luiz D', *Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso por Luiz D'Alincourt, sargento-môr engenheiro, encarregado da comissão statistica topográfica acerca da mesma província, Cuyabá 1828: Secção Primeira*, p. 79-80.

<sup>16</sup> ROSA, C. A., *O urbano colonial na terra da conquista*, p. 14.

<sup>17</sup> Nos Anais de Vila Bela e do Senado da Câmara de Cuiabá aparece menção de bandeiras organizadas para reprimir ataques indígenas em ambientes rurais da capitania de Mato Grosso. *ANAIS DE VILA BELA – 1734-1789.*; e *ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ – 1719-1830.*

Alguns deles e seus descendentes destribalizados foram incorporados aos ambientes urbanos e rurais que se formaram na região central da América do Sul, muito deles como assalariados.

O ouro atraiu comerciantes, mineradores, trabalhadores ofício e todo tipo de pessoas com as mais distintas ocupações para a região das minas. A Coroa Portuguesa procurava garantir a posse daquela região mineira e fronteiriça,<sup>18</sup> bastante ameaçada pela presença de castelhanos e por grupos indígenas que lá moravam antes mesmo da chegada dos europeus.<sup>19</sup> Para tal, foi necessário criar núcleos populacionais e montar um sistema administrativo nas possessões situadas além dos limites estipulados pelo Tratado de Tordesilhas.<sup>20</sup>

Nesse contexto, nasceram os primeiros ambientes urbanos, rurais e militares. Dentre eles está o arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá que surgiu em 1722 com a descoberta de veios auríferos próximos ao córrego da Prainha, e que em 1727 foi elevado à categoria de Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Já na década de 1730, a descoberta de novos achados no vale do rio Guaporé contribuiu para a fundação, em 1752, de mais um núcleo urbano, Vila Bela da Santíssima Trindade, que, juntamente com a Vila do Cuiabá, formavam os principais ambientes urbanos da capitania de Mato Grosso.

Até 1748, o território localizado na fronteira oeste da América portuguesa fazia parte da administração da capitania de São Paulo, e somente naquele ano é que foi criada a capitania de Mato Grosso. A medida da Coroa Portuguesa em estabelecer a sede administrativa da nascente Capitania próxima à fronteira espanhola, no rio Guaporé, teve também por intuito efetivar as conquistas daquelas terras. Vila Bela, fundada para ser capital, a partir de então, abrigou o sistema administrativo, com seus funcionários públicos e militares.<sup>21</sup>

Atividades ligadas a ambientes urbanos e rurais já eram presentes desde o século XVIII nos primórdios da mineração. Os ambientes urbanos estavam representados nas vilas com as câmaras, códigos de posturas municipais, edificações, comércio, ruas, fontes, cadeia, casa de ofícios mecânicos, igrejas, escolas, festas, teatro, dança etc.<sup>22</sup> Da mesma forma, os

---

<sup>18</sup> Sobre as discussões historiográficas em considerar o Mato Grosso uma Capitania Fronteira-Mineira, ver JESUS, N. M., *Na Trama dos Conflitos. A administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*.

<sup>19</sup> Sobre a política de povoamento no Mato Grosso, ver o trabalho de SILVA, J. V. da., *Mistura de Cores*.

<sup>20</sup> Sobre a instalação do aparato administrativo, ver CANAVARROS, O. *O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)*; e JESUS, N. M., *Na Trama dos Conflitos. A administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*.

<sup>21</sup> Sobre a administração em Vila Bela da Santíssima Trindade, ver: JESUS, N. M. de., *Na Trama dos Conflitos. A administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)*.

<sup>22</sup> Sobre ambientes urbanos, ver o trabalho de ROSA, C. A., *O urbano colonial na terra da conquista*.

espaços rurais no centro da América do Sul já estavam bastante definidos, verificável desde as primeiras investidas de paulistas na exploração de ouro, ainda quando a região pertencia à capitania de São Paulo. Tiago Kramer de Oliveira discute alguns aspectos da formação de ambientes rurais na referida região, afirma que mais que sertanistas em busca de índios e metais, havia fazendeiros, senhores de engenho, roceiros e lavradores nos ambientes rurais, que estavam articulados com ação de homens de negócios, comerciantes locais, comerciantes monçoeiros e autoridades do poder administrativo (ouvidores, provedores, intendentos, vereadores, oficiais da câmara etc.).<sup>23</sup> Além disso, a concessão de sesmaria no século XVIII, e parte do XIX, foi estudada por Vanda da Silva como espaços aproveitados para atividade de plantio e criação.<sup>24</sup>

No século XVIII, as principais concentrações humanas não-índias estavam próximas aos vales dos rios Cuiabá e do Guaporé. Na década de 1770, na administração do Capitão General Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, foram tomadas iniciativas para proteger e demarcar a fronteira da capitania, sendo fundadas vilas e fortificações. Assim foram fundados o Presídio de Nova Coimbra (1775), Vila Maria do Paraguai (1778) e a povoação de Albuquerque (1778). Além desses, o mencionado Capitão General mandou fundar o Forte Príncipe da Beira, as Povoações do Viseu (1776) e de Casal Vasco (1783).<sup>25</sup>

Quanto à organização administrativa, a capitania de Mato Grosso no final do século XVIII estava dividida em dois termos: o Termo do Cuiabá, com sede na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, e o Termo do Mato Grosso, com sede em Vila Bela da Santíssima Trindade. Além de compreenderem os espaços urbanos dessas vilas, o Termo circunscrevia a delimitação das demais áreas do município, onde estavam presentes estabelecimentos rurais, fortificações, destacamento militares, pequenos povoados etc.<sup>26</sup>

Segundo Jovam Vilela da Silva, nos mapas de população de 1769 e 1797 aparece a população mato-grossense com forte dosagem de mestiços, com diferentes titulações, como: brancos, bastardos, caborés, mulatos livres, mulatos escravos, pretos escravos e pretos livres,<sup>27</sup> o que demonstra uma composição social complexa quanto à formação humana. A

---

<sup>23</sup> OLIVEIRA, T. K. de., *Ruralidade na terra da conquista.*, p. 18.

<sup>24</sup> SILVA, V. da., *Administração das terras: a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823)*, p. 81.

<sup>25</sup> *Notícia resumida do tempo da fundação e nomes dos fundadores dos principais lugares da capitania de Matto-Grosso – 1857.*

<sup>26</sup> ROSA, C. A., *O urbano colonial na terra da conquista.*

<sup>27</sup> SILVA, J. V., *Mistura de cores*, p. 212. O trabalho deste autor é importante por discutir a política e a composição populacional, as famílias, casamentos e mancebias, dentre outros elementos que se referem à capitania de Mato Grosso e sua população no século XVIII.





Na medida em que avançava a primeira metade do século XIX, cresceu a quantidade de lugares habitados no território de Mato Grosso. Significativo foi o número de vilas, arraiais, freguesias, povoados etc. que surgiram. Quanto à divisão civil do território,<sup>29</sup> ele já não contava, por volta de 1828, apenas com dois Termos como na centúria anterior, mas sim três, sendo eles: do Cuiabá, Mato Grosso e Diamantino.

O Termo do Cuiabá ocupava uma grande superfície e compreendia as seguintes povoações: cidade de Cuiabá;<sup>30</sup> Aldeia da Chapada, ou Lugar de Guimarães; Lugar de Camapuã; Vila Maria; Arraial de S. Pedro d'El-Rei; Lugar do Rio Grande, ou Araguaia; Aldeia da Misericórdia do Baixo Paraguai, e a Povoação de Albuquerque. O Termo do Mato Grosso compreendia a cidade de Mato Grosso (antiga Vila Bela da Santíssima Trindade);<sup>31</sup> Arraial da Chapada de S. Francisco Xavier, que foi umas das suas primeiras povoações; Povoação de Casal Vasco; e Arraial de S. Vicente. Já o Termo do Diamantino contava principalmente com a Vila de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino, enquanto que os “seus chamados Arraiais eram todos insignificantes, contendo apenas meia dúzia de casas, ou choupanas cobertas de palha, as mais bem construídas estavam nos Sítios, Engenhos e Fazendas”.<sup>32</sup>

Simultâneo ao crescimento dos espaços ocupados foi o aumento populacional, que segundo os levantamentos apresentados por Luiz D'Alincourt,<sup>33</sup> a província de Mato Grosso na década de 1820 contava com aproximadamente 35.353 habitantes, como fica especificado na tabela abaixo.

---

<sup>29</sup> A divisão militar possuía três capitânias-móres, correspondentes às mesmas extensões e limites dos Termos.

<sup>30</sup> A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá foi elevada à categoria de cidade pela carta de lei de 17 de setembro de 1818. Declarada capital da província pela lei provincial n. 19 de 28 de agosto de 1835. In: *Mapa dos municípios da província de Mato Grosso – 1849*. Porém, grande parte da administração foi transferida anos antes, durante governo de Francisco de Paula Magessi de Carvalho (1819-1821).

<sup>31</sup> Em 17 de setembro de 1818, por carta de lei, Vila Bela da Santíssima Trindade foi elevada à categoria de cidade e passou a ser denominada Mato Grosso. In: *Mapa dos municípios da província de Mato Grosso – 1849*.

<sup>32</sup> ALINCOURT, L. D', *Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso – 1828*: Secção Segunda, p. 40-49.

<sup>33</sup> Luiz D'Alincourt nasceu em 1787, em Oeiras, Portugal. Foi militar, escritor, memorialista, e pesquisador português. Assentado como praça na Brigada Real em 1799, Alincourt foi transferido para o Regimento de Artilharia de Lisboa e depois para o Rio de Janeiro, em 1809. Radicado no Brasil, fez parte do Corpo de Engenheiros. Por meio de suas viagens de pesquisas, prestou serviços às províncias de Mato Grosso e Goiás.

**Tabela 1 – População da província de Mato Grosso classificada por idades (1828)**

Classificação da População por idade e classe	Livres por Classe								Cativos por Classe				Total de Classe por idade			
	Homens				Mulheres				Homens		Mulheres		Livres		Cativos	
	Branco	Índio	Pardo	Preto	Branca	Índia	Parda	Preta	Pardo	Preto	Parda	Preta	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
0 até 10 anos	654	224	1.959	338	490	212	1.864	338	302	563	280	675	3.175	2.904	865	955
10 a 20 anos	329	241	1.535	225	470	146	1.564	278	176	1.533	191	889	2.330	2.458	1.709	1.080
20 a 30 anos	391	98	888	207	410	148	1.284	268	158	2.008	152	949	1.584	2.110	2.166	1.101
30 a 40 anos	302	63	579	193	242	76	732	231	94	1.387	82	569	1.137	1.281	1.481	651
40 a 50 anos	240	35	379	166	155	61	513	230	60	941	46	370	820	959	1.001	416
50 a 60 anos	187	34	279	131	109	29	296	179	32	473	46	125	631	613	505	171
60 a 80 anos	160	26	189	158	92	34	186	180	11	330	12	102	533	492	341	114
80 a 100 anos	29	2	32	59	18	4	66	82	8	102	9	40	122	170	110	49
Soma parcial das classes	2.292	723	5.840	1.477	1.986	10	6.505	1.786	841	7.337	818	3.719	10.332	10.987	8.178	4.537
Soma Geral das Classes	10.332				10.987				8.178		4.537		21.319		12.715	
Soma Geral	21.319								12.715				34.034			
Total em almas dos Guaná presentes na Aldeia de Nossa Senhora da Misericórdia do Baixo Paraguai												1.319				
Número de população de toda a província de Mato Grosso												35.353				

Fonte: ALINCOURT, Luiz D'. Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso por Luiz D'Alincourt, sargento-môr engenheiro, encarregado da comissão estatística topográfica acerca da mesma província, Cuyabá 1828: Secção Segunda – Estatística Política e Civil. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional*. Rio de Janeiro: 1880-1881. Vol. VIII, p. 54.

De 1800 até 1828, a população de Mato Grosso cresceu em aproximadamente oito mil habitantes. Como fica demonstrada na tabela acima, a população livre em 1828 era bastante superior à população cativa, correspondendo a 60,30% da população total, enquanto que a população cativa correspondia a 35,97% da população e os índios da Aldeia de Nossa Senhora da Misericórdia do Baixo Paraguai<sup>34</sup> equivaliam a 3,73%.<sup>35</sup>

Numa análise horizontal dos dados da população livre, percebemos que ela foi dividida em denominações que expressavam as origens/descendência da pessoa e/ou sua cor da pele, sendo elas: brancos (as), indígenas ou descendentes, pardos (as) (mestiços) e pretos livres. Os brancos expressavam a presença de descendentes europeus; os indígenas dos

<sup>34</sup> A região de Albuquerque, Miranda, Corumbá e redondezas eram denominadas, no século XIX, de Baixo Paraguai. Atualmente essa região até o rio Apa é conhecida como Bacia do Alto Paraguai. Neste trabalho utilizarei as denominações empregadas no século XIX. In: SILVA, V. C., *Missão, aldeamento e cidade. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)*, p. 6.

<sup>35</sup> O território de Mato Grosso na primeira metade do século XIX era habitado por grupos indígenas que ainda viviam longe das influências e ditames da sociedade “branca”. Sendo assim, os dados apresentados por Luiz D'Alincourt não incluem tais grupos.

nativos da terra; os pardos da mestiçagem entre brancos, negros e indígenas; e os pretos livres da condição de ex-cativos ou do mestiço descendente de negros.

Ainda com relação à população livre, ela era, em sua maioria, mestiça. Os dados da tabela anterior mostram que mais da metade da população livre era de mestiços, totalizando aproximadamente 58,5%, enquanto os brancos correspondiam a 21%, seguidos pelos pretos (as), 16%, e indígenas 4,5%. Até mesmo entre a população cativa existia a presença de mestiços. Somado o número de pardos (as) e pretos (as) livres e escravos, verifica-se que a população de Mato Grosso era, em sua maioria, de tez escura ou mestiça, totalizava respectivamente 14.004 e 14.319 pessoas.

Quanto ao gênero, em 1828, o número total de homens (18.510) era superior ao de mulheres (15.524). Quanto à condição, o contingente de mulheres livres era quase o mesmo que o de homens livres, já o de homens cativos correspondia quase o dobro do número de cativas. Essa diferença entre o número de escravos e escravas pode estar relacionado com a necessidade da força masculina para parte do processo produtivo de Mato Grosso. Além disso, o maior número de cativos (as), dentre as outras faixa etárias, estavam entre 20 a 30 anos, o que demonstra a necessidade de escravos em idade ativa para a realização de algumas atividades que eram desenvolvidas na província de Mato Grosso naquele momento histórico.

Difícil é apresentar números exatos de uma população que o próprio Alincourt mencionou estar dispersa num vasto território, bem como as condições de recenseamento daquele momento. Além disso, a dificuldade de levantar as informações das diferentes localidades, sejam urbanas, rurais, destacamentos militares, e ao longo das estradas e vias fluviais, locais que eram habitados pela população de Mato Grosso. Mas esses são os dados disponíveis para aquele momento e que ao menos nos ajudam a pensar na composição dos habitantes.

No final da década de 1830 a província de Mato Grosso possuía duas Comarcas, quatro Termos ou Municípios, sendo eles: de Cuiabá, Diamantino, Poconé e Mato Grosso. Cada Termo estava dividido em distritos,<sup>36</sup> totalizando ao todo treze em todo o território, como fica demonstrado na tabela seguinte:

---

<sup>36</sup> Sobre os sentidos de Comarca, Termo e Distrito consultar SENA, E. C., *Entre anarquizadores e pessoas de costumes - A dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)*.; e MACHADO FILHO, O., *Ilegalismos e jogos de poder*.

**Tabela 2 – Divisão Territorial da província de Mato Grosso - 1839**

Comarcas	Termos	Distritos
1ª Comarca de Cuiabá	Cuiabá	1º Cuiabá; 2º Nossa Senhora de Brotas; 3º Santo Antônio do Rio Cuiabá Abaixo; 4º Nossa Senhora do Livramento; 5º Santa Ana da Chapada; 6º Albuquerque; 7º Miranda; 8º Santana do Paranaíba.
	Diamantino	1º Vila de Diamantino; 2º Nossa Senhora do Rosário do Rio Cuiabá acima.
2ª Comarca de Mato Grosso	Poconé	1º Vila de Poconé; 2º São Luiz de Vila Maria. <sup>37</sup>
	Mato Grosso	1º cidade de Mato Grosso.

Fonte: *Fala com que o Presidente da província de Mato Grosso fez abertura da segunda sessão ordinária da segunda legislatura da Assembléia Provincial no dia 2 de março de 1839*, p. 87.

Os distritos estavam subordinados às cidades e vilas com os mesmos nomes dos seus respectivos Termos. O número maior de distritos estava localizado nas regiões que foram impulsionadas ou que estiveram próximas às lavras auríferas e/ou de diamantes. O termo mais populoso até o final da década de 1840 era o de Cuiabá, como fica detalhado na tabela seguinte.

**Tabela 3 – Mapa da população da província de Mato Grosso - 1849**

Municípios	Freguesias	Fogos	Livres	Escravos	Total
Cuiabá	Senhor Bom Jesus de Cuiabá	1.642	2.846	2.654	5.500
	São Gonçalo de Pedro II	562	1.552	556	2.108
	N. Sra. das Brotas	600	1.412	154	1.566
	Santo Antônio do Rio Cuiabá Abaixo	608	2.755	579	3.334
	N. Sra. do Livramento	663	1.152	1.069	2.221
	Santa Ana da Chapada	350	669	1.551	2.220
	Santa Cruz do Piquiri	6	19	5	24
Mato Grosso	Santíssima Trindade de Mato Grosso	1.221	2.210	530	2.740
Diamantino	Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino	879	1.833	1.129	3.012
	Nossa Senhora do Rosário do rio Cuiabá-acima	502	1.794	376	2.170
Poconé	Nossa Senhora do Rosário de Poconé	525	1.596	1.404	3.000
	São Luis de Vila Maria	193	890	246	1.136
	Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque	634	1.839	55	1.894
	Nossa Senhora do Carmo de Miranda	192	530	178	708
	Santa Ana do Paranaíba	300	800	400	1.200
<b>Soma</b>		<b>8.697</b>	<b>21.947</b>	<b>10.886</b>	<b>32.833</b>

Fonte: Tabela elaborada por Joaquim Felicissimo de Almeida Louzada, da Secretaria do Governo da Província de Mato Grosso e apresentada no *Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1849*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1850, p. 31.

<sup>37</sup> A Lei Provincial de 30 de junho de 1847 incorporou ao município da vila de Poconé as freguesias de Nossa Senhora da Conceição Albuquerque, de Nossa Senhora do Carmo de Miranda, e de Santa Ana do Paranaíba (ou Santana do Paranaíba) que pertenciam ao município de Cuiabá. In: *Relatório do presidente de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1849*, p. 4.

Os dados apresentados na tabela anterior fornecem o número de população nas freguesias da província de Mato Grosso. Diferente da tabela de número 2, ela não apresenta a população por faixa etária e por “classes”, mas somente os números de fogos, e da população livre e escrava por localidade. A população total aparece calculada em 32.833 habitantes, ou seja, 2.520 habitantes a menos do que ano de 1828. Não se sabe o porquê dessa diminuição, mas é possível apontar problemas existentes no próprio levantamento dos dados, que poderiam deixar de mencionar ou recensear alguma localidade ou não incluir todos os habitantes na lista.

A tabela 3, além de apresentar os dados populacionais, demonstra também as principais localidades do Mato Grosso. Das freguesias elencadas, apenas Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque (Corumbá), Nossa Senhora do Carmo de Miranda (Miranda) e Santa Ana do Paranaíba (Paranaíba) pertenciam à parte sul do território provincial, enquanto a maioria das demais freguesias estava próxima às primeiras explorações auríferas. O ouro definiu as principais áreas habitadas, e essa configuração gestada no século XVIII ainda deixava suas marcas na primeira metade do século seguinte.

Além das freguesias, existiam próximas a elas, ou distantes, fazendas, sítios, chácaras, roças, engenhos etc. que compunham os ambientes rurais. Eles geralmente estavam nas circunvizinhanças ou um pouco mais distantes dos principais povoados, e ao longo das vias terrestres e fluviais. Eles poderiam pertencer ou estar ocupados por pessoas abastadas como também por pessoas livres e pobres, que produziam o necessário para a subsistência de sua família com certo excedente ou não para o mercado interno; aquelas produziam em quantidade significativa para serem comercializados nos mercados próximos, empregando a mão-de-obra cativa ou livre nas lavouras ou demais atividades a elas ligadas.

A população de Mato Grosso, seja ela livre (abastada ou pobre) ou escrava, estava empenhada nas mais diferentes atividades. As pessoas livres poderiam trabalhar em atividades ligadas ao serviço público e/ou demais atividades, por exemplo, de lavoura, da pecuária, de ofícios mecânicos ou atividades diversas. Luiz D’Alincourt levantou os seguintes números de pessoas classificadas pelas suas profissões/ocupações para o ano de 1828.

<b>Tabela 4 – População classificada por profissões e condições – 1828</b>					
Clero secular		31			
Clero regular. O Exm. Prelado		1			
Freiras e Recolhidas		0			
Proprietários de bens rústicos e urbanos		1.072			
Indivíduos que só vivem das suas rendas		0			
Empregados Públicos pagos pelo Estado		62			
Magistrados		2			
Advogados		5			
Médicos		0			
Cirurgiões		5			
Boticários		0			
Professores de Gramática Latina		2			
Mestre de Primeiras letras		4			
Indivíduos que unem um trabalho qualquer às suas rendas		0			
Mineiros		433			
Comerciantes		34			
Trabalhadores jornaleiros		387			
<b>Estrangeiros</b>	Naturalizados	124			
	Não naturalizados	32			
<b>Criados</b>		<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>		
		3	11		
<b>Mendigos</b>		256	268		
<b>Escravos</b>	Pardos	841	818		
	Pretos – Naturais do Brasil	2.188	2.023		
	Pretos – Africanos	5.149	1.636		
<b>Libertos</b>		333	547		
<b>Ingênuos</b>		543	626		
<b>Total Habitantes</b>	<b>dos</b>	Branco	2.292	1.986	
		Índios	723	710	
	Pardos	6.681		7.323	
		Pretos	Naturais do Brasil	3.609	3.409
			Africanos	5.205	2.096
<b>Soma por classe</b>		18.510	15.524		
<b>População da Aldeia da Misericórdia</b>		1.319			
<b>Soma Geral</b>		35.353			

Fonte: ALINCOURT, Luiz D'. Resultado dos trabalhos de indagações estatísticas da província de Mato-Grosso por Luiz D'Alincourt, sargento-môr engenheiro, encarregado da comissão statistica topográfica acerca da mesma província, Cuyabá 1828: Secção Segunda – Statistica Política e Civil. In: *Annaes da Bibliotheca Nacional*. Rio de Janeiro: 1880-1881. Vol. VIII, p. 55.

Os dados levantados apresentam considerável número de proprietários rurais e/ou urbanos, mineiros e trabalhadores jornaleiros. Dentre a composição da população menciona também a existência de estrangeiros, e esta foi uma realidade na província de Mato Grosso, já que a região fronteira serviu de atrativo para pessoas das possessões vizinhas procurarem lugar de moradia e/ou trabalho. Além disso, a tabela separa os mendigos, da escravaria, libertos, ingênuos etc.

Quanto às artes e ofícios mecânicos, existiam as mais diferentes ocupações, como alfaiates, carpinteiros, caldeireiros, ferreiros, pedreiros, ourives, sapateiros, seleiros, latoeiros, sirigueiros etc. Além disso, consegui identificar para a primeira metade do século XIX em

Mato Grosso, uma infinidade de ofícios/ocupações que eram desenvolvidas pelas pessoas que habitavam ou circulavam pelo território. Existiam casos de pessoas que acumulavam ou desenvolviam mais de um tipo de atividade, como por exemplo, poderiam ocupar cargos públicos, postos militares, ser proprietários de terras e escravos e também se empenhar em atividades comerciais. E pequenos lavradores poderiam ser contratados como camaradas, arrieiros, ferreiros etc.

A variedade de ocupações poderia ser vista não apenas nas vilas e cidades, mas também, nas propriedades rurais. O distrito de Serra Acima (atual Chapada dos Guimarães-MT) e a freguesia de Nossa Senhora de Brotas (atual Acorizal-MT) foram localidades que permitiram vislumbrar os mais variados tipos de ocupação existentes em ambientes rurais. Por meio de seus mapas de população é verificada a presença de lavradores (as), arrieiros, mineiros (as), camaradas, feitores, carpinteiros etc. Nesse sentido, a análise seguinte de tais fontes tem por objetivo demonstrar a importância desses documentos, e evidenciar a concentração de camarada e demais afazeres em áreas afastadas dos lugares urbanos.

## **1.2 – População do Distrito de Serra Acima (1809)**

Maços de população, listas nominativas de habitantes ou censo é um tipo de fonte bastante utilizada por historiadores no estudo de demografia histórica, de história econômica, social, cultural etc. Os dados obtidos permitem informações quantitativas e qualitativas sobre a população.

O Mapa de População do Distrito de Serra Acima de 1809 é uma fonte manuscrita e censitária. Ela está dividida em duas sessões, uma contendo o rol da população livre, e a outra a população cativa.

Com relação à sessão da população livre, conforme a disposição das pessoas, parece ter sido organizada/levantada por fogo, domicílio ou propriedade. Não existe qualquer separação visível entre os domicílios. Porém, numa análise minuciosa, prestando atenção na disposição das pessoas elencadas, é perceptível que os habitantes daquele local foram elencados a partir de núcleos familiares e/ou residenciais (propriedades). De maneira geral, foi organizada com as seguintes informações: nome, estado civil, idade e ocupação de algumas pessoas relacionadas, principalmente os (as) chefes dos fogos. Logo abaixo aos nomes destes (as), foram elencados o nome de esposas (para aqueles que eram casados),



filhos (as) (para aqueles (as) que os possuíam), demais membros da família, agregados e empregados (quando os possuíam), não aparecendo necessariamente nessa ordem.

Na lista correspondente à população escrava, apareceram as seguintes informações: nome, idade, e para alguns sujeitos, especificações do tipo pardo (a), crioulo (a), cabra. Porém não existe referência aos proprietários dos escravos, e separação dos cativos por propriedades.<sup>38</sup>

Conforme as informações fornecidas pelo referido Mapa de População, ele foi confeccionado por Apolinário de Oliveira Gago – Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças no ano de 1809, a mando do Excelentíssimo Sr. General, possivelmente o Capitão-General da Capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravenberg.<sup>39</sup> As pessoas elencadas foram aquelas que residiam no Distrito de Serra.

O Mapa de População do Distrito de Serra Acima é um documento rico em informações não somente sobre aspectos demográficos, mas também aspectos sociais, econômicos etc. Devem-se destacar aqui os problemas inerentes a essa fonte, tais como: não separação definida dos fogos, seria simples se tomadas as ocupações aleatoriamente, sem vínculos, esquecendo da disposição familiar que é possível perceber no mesmo; algumas informações desconstruídas, por exemplo, idade de pessoas; imperfeições na utilização de termos para se referir a situação, como por exemplo, agregado, já que em alguns fogos um membro da família foi especificado como agregado, em outros não; repetição de nomes com suas respectivas especificações etc. Porém, tais problemas não devem inviabilizar as reflexões sobre as informações, desde que as mesmas sejam realizadas criticamente.

Serra Acima, Chapada Cuiabana, Santana da Chapada dos Guimarães, Lugar de Guimarães, essas são algumas das denominações encontradas em documentos do século XIX para se referirem à localidade distante aproximadamente 8 a 10 léguas da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá.<sup>40</sup> Sua ocupação se deu simultaneamente às explorações auríferas do Cuiabá nas primeiras décadas do século XVIII. Antônio de Almeida Lara é considerado o primeiro dos colonizadores a estabelecer lavouras naquela localidade. Aquele homem havia acumulado experiência e bens em empreendimentos mineradores na Bahia, bens esses que o

---

<sup>38</sup> A indicação e acesso a tais documentos foram fornecidos por Vanda da Silva e Nauk Maria de Jesus que trabalharam na organização da documentação do período colonial em Mato Grosso.

<sup>39</sup> Não foi mencionado o nome do General que mandou levantar as informações do mapa de população. Porém, pelo ano de elaboração do mesmo, é possível que tenha sido a mando do então Capitão General João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravenber. Oeynhausen era Marquês de Aracaty, e sua nomeação para governar a capitania de Mato Grosso data de Carta Régia de 09/06/1806; permaneceu naquela condição até 06/01/1819, totalizando 11 anos, 1 mês e 19 dias. SILVA, P. P. C., *Governantes de Mato Grosso*.

<sup>40</sup> O distrito de Serra Acima pertencia ao Termo do Cuiabá, grande parte de seus limites pertence atualmente ao território do município de Chapada dos Guimarães-MT.

possibilitaram a organização de uma monção particular para exploração de minas na região mais central da América do Sul.<sup>41</sup> Porém, mais que busca de riqueza, aquele homem se fixou na região e, inclusive criou estabelecimentos rurais em Serra Acima.

A propriedade de Antônio de Almeida Lara iria anunciar os primórdios de uma concentração de propriedades agrícolas na região durante os setecentos e a primeira metade dos oitocentos.

Segundo José de Mesquita, a mineração naquela região não teria sido uma atividade tão lucrativa ou interessante por muito tempo, pois as minas descobertas ao pé do morro de São Jerônimo, já na terceira década do século XVIII, foram igualmente se esgotando, o que impulsionou tanto Antônio de Almeida Lara como outros empreendedores para as atividades agrícolas, vendendo por alto preço o produto de suas lavras aos que se ocupavam exclusivamente de benefícios das minas.<sup>42</sup>

Naquela localidade foi instalada, na década de 1750, a mando do primeiro Governador Geral da então recém criada capitania de Mato Grosso, D. Antonio Rolim de Moura, uma Missão Indígena onde seriam aldeados nativos de diversos grupos da região. José de Mesquita menciona que como povoado, Serra Acima deveu-se àquela missão organizada naquela localidade. Porém, a missão logo entraria em declínio, com o afastamento do seu diretor, consequências das mudanças emanadas do Marquês de Pombal em Portugal. Simultaneamente, e mais ainda após a crise da missão, o povoado tornou-se, nas palavras de José de Mesquita, “o centro da vasta zona agrícola, disseminada pelos engenhos e sítios, pelos arredores, num vasto raio de léguas, vindo a ser o grande celeiro de Cuiabá”.<sup>43</sup>

A riqueza da zona serrana nas suas melhores fases compreendeu as décadas de 1820-1830 e 1850-1865, deveu-se aos engenhos que produziam, regularmente, alimentos de subsistência, açúcar e a aguardente. A partir da segunda metade do século XVIII até a segunda metade do XIX, propriedades localizadas em Serra Acima abasteciam parte de cereais, açúcar e aguardente, que eram consumidos na baixada cuiabana.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> CRIVELENTE, M. A. A., *Poder e cotidiano na Capitania de Mato Grosso: Uma visita aos senhores de engenho do Lugar de Guimarães (1751-1818)*.

<sup>42</sup> MESQUITA, J. B. de., *Grandeza e decadência da Serra-Acima*, p. 5.

<sup>43</sup> MESQUITA, J. B. de., *Grandeza e decadência da Serra-Acima*, p. 5.

<sup>44</sup> MESQUITA, J. B. de., *A Chapada Cuiabana: seu passado, seu presente, as possibilidades do seu futuro*.



**Figura 1 – Distrito de Chapada, 1827 (Adrien Taunay).** Fonte: KOMISSAROV, B., *Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821-1829.*

Nesse sentido, essas informações nos revelam que a região de Serra Acima tinha considerável concentração de atividades agrícolas, sendo inclusive produtora de parcela de gêneros que eram consumidos em Cuiabá. Essa concentração agrícola pode ser percebida por meio dos números de lavradores (as) livres que foram elencados (as) no Mapa de População do Distrito de Serra Acima em 1809, como fica especificado na tabela seguinte:

**Tabela 5: Ocupações Distrito Serra Acima 1809 – População Livre**

Ocupações	Masculino	Feminino	Total	
			Nº	%
Lavrador (a)	171	47	218	46
Camaradas	80	....	80	16,91
Mineiro (a)	62	10	72	15,18
Agências	4	51	55	11,60
Carpinteiro	16	....	16	3,37
Feitor	11	....	11	2,32
Ferreiro	6	....	6	1,26
Arrieiro	6	....	6	1,26
Capateiro	2	....	2	0,42
Tecelão	2	....	2	0,42
Latoeiro	1	....	1	0,21
Seleiro	1	....	1	0,21
Celeiro	1	....	1	0,21
Pescador	1	....	1	0,21
Alfaiate	1	....	1	0,21
Padre	1	....	1	0,21
<b>Total</b>	<b>366</b>	<b>108</b>	<b>474</b>	<b>100</b>

Obs.: Dentre os lavradores foram incluídos: 1 homem que tinha por ocupação lavrador e mineiro; 1 lavrador e celeiro e 1 agregado que era lavrador.

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria Lata: 1809.

De acordo com o quadro acima, quase metade (46,31%) das pessoas listadas e que foram citadas a ocupação eram lavradores (as), o que demonstra o considerável número de indivíduos voltados para o plantio de alimentos. No mencionado mapa de população, aqueles (as) que foram elencados (as) com as ocupações eram pessoas que apareciam, em sua maioria, como possíveis chefes de propriedade (fogo). Essa informação me possibilitou perceber que grande parcela das famílias relacionadas estava direcionada para o cultivo de alimentos, seja para a própria subsistência ou para a comercialização nos mercados cuiabanos.

Maria Alves Crivelente chama atenção para a supremacia da produtividade agropecuária de Serra Acima nos últimos anos do século XVIII e início do XIX. Tece considerações sobre alguns proprietários de engenhos localizados naquela região, de forma a demonstrar aspectos do cotidiano daquelas propriedades que tiveram participação na produção de alimentos comercializados no mercado interno da capitania.<sup>45</sup>

Com relação ainda ao quadro acima, outras ocupações como a de arrieiros, por exemplo, nos fornecem informações de que Serra Acima, região de lavoura, possuía certo

<sup>45</sup> CRIVELENTE, M. A. A., *Poder e cotidiano na Capitania de Mato Grosso: Uma visita aos senhores de engenho do Lugar de Guimarães (1751-1818)*.

número de profissionais especializados na condução de tropa, que possivelmente transportavam parcela da produção em costas de mulas para Cuiabá.

**Tabela 6: População do Distrito de Serra Acima – 1809**

Classificação	Número	Porcentagem
Livre	1.688	44,66%
Escrava	2.092	55,34%
<b>Total</b>	<b>3.780</b>	<b>100%</b>

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA N° 075 | Referência Anterior: S/N° Fundo: Governadoria Lata: 1809.

De maneira geral, a população de Serra Acima totalizava em 2092 escravos entre mulheres, homens, crianças e idosos, e população livre de 1688 entre homens, mulheres, crianças e idosos. É expressiva a superioridade numérica da população escrava em relação à livre, o que evidencia a ampla presença da força cativa nas propriedades situadas naquela localidade. Os dados detalhados da população livre podem ser observados na tabela seguinte.

**Tabela 7: População Livre – Distrito de Serra Acima (1809)**

Faixa Etária	Masculina								Feminina							
	0 a 07 anos		08 a 15 anos		16 a 50 anos		Acima de 50 anos		01 a 07 anos		08 a 14 anos		15 a 40 anos		Acima de 40 anos	
Número e Percentual	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%	N°	%
	<b>162</b>	9,60	<b>197</b>	11,67	<b>392</b>	23,22	<b>104</b>	6,16	<b>195</b>	11,55	<b>156</b>	9,24	<b>370</b>	21,92	<b>112</b>	6,64
Total	<b>855</b>								<b>833</b>							
	<b>50,65</b>								<b>49,35</b>							

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA N° 075 | Referência Anterior: S/N° Fundo: Governadoria Lata: 1809.

Comparando os dados referentes à população livre do Distrito de Serra Acima, verificamos que o número total de homens e mulheres estava próximo, não havendo uma diferença expressiva. O número de homens foi superior para o número de mulheres entre as idades de 8 a 14 anos, e 16 a 50 anos. Já o número de mulheres foi superior ao número de homens para as demais faixas etárias.

Com relação à população cativa, era composta por pessoas de diferentes faixas etárias, desde alguns meses de idade até 90 anos. Esses dados nos fornecem pistas de que em Serra Acima havia nascimento de cativos e que alguns escravos poderiam viver por muitas décadas.

**Tabela 8: População Escrava – Distrito de Serra Acima (1809)**

Faixa Etária	Masculina										Feminina										
	0 a 07 anos		08 a 15 anos		16 a 40 anos		41 a 55 anos		56 a 90 anos		01 a 07 anos		08 a 15 anos		16 a 40 anos		41 a 55 anos		56 a 85 anos		
Número e Percentual	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
		106	5,07	199	9,51	803	38,38	205	9,80	85	4,06	122	5,83	93	4,45	336	16,06	50	2,39	20	0,96
Não Especificado*	Nº	60										9									
	%	2,87										0,43									
Total	Nº	1458										630									
	%	69,69										30,12									

Obs.: \*Para 60 escravos e 9 escravas não apareceram a faixa etária e estado civil porque as partes correspondentes no documento estavam deterioradas. Para 4 pessoas não apareceram informações sobre sexo, idade, estado civil etc. porque o documento estava danificado.

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria Lata: 1809.

Quanto aos dados da tabela acima, verifica-se a supremacia de escravos do sexo masculino, que correspondia a quase 70% da população cativa. Quanto à faixa etária, mais da metade da população cativa (escravos e escravas) possuía entre 16 e 40 anos de idade. Esse diferencial em relação aos demais, talvez esteja relacionado à necessidade de homens e mulheres em idades ativas para trabalharem em afazeres de Serra Acima.

Sendo assim, na citada região a mão-de-obra cativa era essencial para a produção de alimentos, criação de animais, trabalho nos engenhos, atividades domésticas etc. Espaço de moradia e trabalho, lá existiam escravos (as) que constituíam matrimônio e proporcionavam aos senhores (as) de escravos o aumento de número de cativos com o nascimento destes nas propriedades rurais.

**Tabela 9: Estado Civil da População Cativa – Serra Acima (1809)**

Estado Civil	Masculino					Feminino				
	0 a 07 anos	08 a 15 anos	16 a 40 anos	41 a 55 anos	56 a 90 anos	0 a 07 anos	08 a 15 anos	16 a 40 anos	41 a 55 anos	56 a 90 anos
Solteiros(as)	106	199	729	171	76	122	93	256	13	7
Casados(as)	....	....	66	31	7	....	....	70	37	13
Doc. Deteriorado*	....	....	8	3	....	....	....	10	....	....
<b>Total</b>	<b>106</b>	<b>199</b>	<b>803</b>	<b>205</b>	<b>85</b>	<b>122</b>	<b>93</b>	<b>336</b>	<b>50</b>	<b>20</b>

\*Documento Deteriorado – Para 60 escravos e 9 escravas não apareceram a faixa etária e estado civil porque as partes correspondentes no documento estavam deterioradas. Para 4 pessoas não apareceram informações sobre sexo, idade, estado civil etc. porque o documento estava danificado.

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria Lata: 1809.

A grande maioria dos escravos (as) eram solteiros (as), mas existiam cativos (as) que contraíam matrimônio. A maior parte das pessoas casadas estava na faixa etária de 16 a 40 anos; em alguns casos não foi mencionado o cônjuge, aparecendo apenas a informação de que eram casados (as). Porém, numa situação contrária estavam aqueles homens em que foi mencionada a esposa logo abaixo ao seu nome, como era o caso dos escravos Manoel, preto de 45 anos de idade, casado com a escrava Rita de 60 anos de idade, e João, pardo de 60 anos, casado com Juliana, parda de 45 anos.

Alguns cativos (as) apareceram com especificações de pardo (a), crioulo (a), e poucos com as denominações cabra, como era o caso do escravo Brás, solteiro de 2 anos de idade. Essas denominações reforçam a idéia da mestiçagem entre os cativos que pertenciam a proprietários (as) em Serra Acima.

Quanto ao número total de fogos, procurarei apontá-lo, tendo em vista que o Mapa de População do Distrito de Serra Acima não apresenta separação definida por fogo, como citado anteriormente. Porém, numa análise mais cuidadosa da fonte, verifiquei que a mesma foi organizada a partir de levantamento de fogos ou propriedades. Ao todo, consegui identificar aproximadamente 380 fogos. Para tal, considereei a disposição dos (as) possíveis chefes de família bem como demais membros, tais como filhos, esposas, parentes, agregados e empregados. Em alguns momentos, conforme a disposição dos dados na citada fonte, considereei famílias de empregados e agregados como fogo, já que apresentavam características estruturais de uma família/fogo. Já em outras situações, alguns empregados (camaradas, feitores, carpinteiros, arrieiros etc.) foram elencados junto ao fogo de seus patrões. Nesse sentido, os considereei como pertencentes ao fogo dos seus empregadores.

A população de Serra Acima, como citado na tabela 5, desenvolvia algumas atividades. A grande maioria estava empenhada na lavoura. Os dados sobre faixa etária e estado civil dos lavradores podem ser observados na tabela abaixo.

**Tabela 10: Faixa Etária e Estado Civil dos Lavradores – Serra Acima (1809)**

Estado Civil	Até 19 anos	20-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60-69 anos	Acima de 70 anos	
Solteiros	1	3	7	1	12	9	7	
Casados	1	20	36	29	21	15	9	
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>23</b>	<b>43</b>	<b>30</b>	<b>33</b>	<b>24</b>	<b>16</b>	<b>171</b>

Obs.: Dentre os lavradores foram incluídos 1 homem que tinha por ocupação lavrador e mineiro; 1 lavrador e celeiro e 1 agregado que era lavrador.

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA N° 075 | Referência Anterior: S/N° Fundo: Governadoria Lata: 1809.

A tabela anterior nos revela número maior de lavradores casados em relação aos solteiros. Essa diferença pode ser observada na maioria das faixas etárias. Sendo assim, a lavoura era uma ocupação que servia para o sustento do lavrador, e para aqueles que eram casados, de suas respectivas famílias, estas poderiam ser formadas por mulheres, filhos e demais dependentes.



**Figura 2 – Vista da Vila de Guimarães, 1827 (Adrien Taunay).** Fonte: KOMISSAROV, B., *Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821-1829.*

Quanto à faixa etária, a maioria dos lavradores tinha entre 30 e 39 anos, seguidos por aqueles entre 50 e 59 anos, 40 e 49 anos, respectivamente. O lavrador mais novo casado tinha 18 anos e o mais velho, 83 anos. Já o lavrador mais novo solteiro tinha 18 anos, e o mais velho, 79 anos.

**Tabela 11: Faixa Etária e Estado Civil das Lavradoras – Serra Acima (1809)**

<b>Estado Civil</b>	<b>20 a 29 anos</b>	<b>30 a 39 anos</b>	<b>40 a 49 anos</b>	<b>Mais de 50 a.</b>	
Solteiras	3	9	14	16	
Casadas	1	....	1	2	
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>9</b>	<b>15</b>	<b>18</b>	<b>46</b>

Obs.: Não apareceu o estado civil de 1 lavradora porque a parte correspondente no documento estava deteriorada.  
 Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria Lata: 1809.



O total de mulheres solteiras era superior ao de casadas para todas as faixas etárias. Porém, não foram mencionados lavradores e lavradoras viúvos (as). Isso não significa que eles (as) não existissem. Podemos considerar que a pessoa que fez o recenseamento enquadrou nas categorias de solteiros e casados aquelas pessoas que eram viúvas, ou estas últimas forneceram a informação de que fossem solteiras ou casadas. Retomando os dados da tabela anterior, eles nos dão pistas de que a ocupação de lavoura também foi uma atividade desenvolvida e/ou administrada por mulheres. Daí a participação feminina na dinâmica interna do Distrito de Serra Acima e da capitania Mato Grosso nos primeiros anos do século XIX. A presença feminina também poderia ser verificada em afazeres domésticos, tais como administração da residência, lavar roupas nos rios, preparação das refeições, cuidar dos filhos etc.



**Figura 3 – Lavagem de roupa no rio Quilombo, distrito de Chapada, 1827 (Adrien Taunay).** Fonte: KOMISSAROV, B., *Expedição Langsdorff ao Brasil, 1821-1829*.

Abastados ou pobres, os (as) lavradores (as) estavam inseridos (as) em estruturas familiares heterogêneas. Estavam formados por marido e esposa, que poderiam ser acrescentados de filhos (as), e/ou demais parentes (sobrinhos, netos, irmãos etc.) e/ou agregados (as), e também, por empregados (camaradas, arrieiros, feitores etc.) e escravos (as). Assim como os demais moradores de Serra Acima, poderiam ser brancos (as), pardos (as), crioulos (as) e demais mestiços. Para algumas pessoas foram mencionadas algumas de suas

características e/ou descendência, como era o caso do lavrador Domingos Preto e da lavradora Maria da Costa Preta, possivelmente libertos ou afrodescendentes.

Em 1809, trabalhar como camarada<sup>46</sup> era a segunda maior ocupação do Distrito de Serra Acima, seguido pelas pessoas que viviam de mineração. Região mineira, na capitania de Mato Grosso ainda existiam pessoas na primeira metade do século XIX que praticavam a mineração, aí sendo os donos de lavras auríferas ou aqueles que trabalhavam na faiscação. Os números de pessoas com tal ocupação eram os seguintes para o Distrito de Serra Acima, em 1809.

**Tabela 12: Faixa Etária e Estado Civil de Mineiros (as) – Serra Acima (1809)**

Estado Civil	Até 20 anos		21-29 anos		30-39 anos		40-49 anos		50-59 anos		60-69 anos		Acima de 70	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Solteiro (as)	3	...	2	1	2	2	6	4	1	3	10	...	1	...
Casado (a)	1	...	5	...	3	...	10	...	11	...	7	...	...	...
<b>Total</b>	<b>4</b>		<b>8</b>		<b>7</b>		<b>20</b>		<b>15</b>		<b>17</b>		<b>1</b>	
	<b>72</b>													

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA N° 075 | Referência Anterior: S/N° Fundo: Governadoria Lata: 1809.

O mineiro mais novo solteiro tinha 17 anos de idade e o mais velho contava com 80 anos. Enquanto o mineiro casado mais novo tinha 20 anos e o mais velho 66 anos. A maioria dos mineiros tinha entre 40-49 anos e 50-59, respectivamente, o que demonstra que a mineração era uma atividade que estava sendo praticada por homens de mais idades.

Ressalto novamente a participação feminina, desta vez no trabalho e/ou administração de lavras minerais. Todas as mineiras foram classificadas como solteiras, mas isso não isenta da existência de viúvas, como foi apontado para a situação das pessoas que viviam de lavouras. Sendo assim, entre os moradores de Serra Acima existiam, também, aqueles empenhados nas atividades de mineração. Suas composições familiares também eram complexas, como aquelas apontadas para pessoas que viviam de lavoura.

Outra ocupação que teve participação de mulheres naquela localidade foi a de “viver de agências”. Este era o mesmo que viver de seus negócios, aí poderia englobar atividades diversas, comércio, transporte ou qualquer outro meio de ganhar a vida.

A superioridade feminina na ocupação de “viver de agências” pode ser observada na tabela seguinte.

<sup>46</sup> A discussão referente aos camaradas está nos dois próximos capítulos.

**Tabela 13: Faixa etária das pessoas que “viviam de Agências” – Serra Acima (1809)**

Faixa etária	13 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70...	Total
Mulheres	2	10	8	16	8	4	3	51
Homens	....	1	1	1	....	1	....	4
								55

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria Lata: 1809.

Mais de 90% das pessoas que viviam de agências eram do sexo feminino. Muitas delas apareceram elencadas sozinhas, sem menção de esposo, filhos (as) e demais parentes e/ou agregados. Para aquelas que foram mencionadas com parentes, a composição familiar também era complexa, como citado para as demais ocupações. A mulher mais velha que vivia de agência tinha 73 anos, e a mais nova tinha 13 anos. O homem mais novo com aquela ocupação tinha 24 anos e o mais velho tinha 60 anos.

Com ficou demonstrado na tabela de número 5, existiam homens livres que praticavam seus ofícios e poderiam ser contratados para desenvolvê-lo no distrito de Serra Acima, como era o caso de Francisco de Paula Arruda e Antonio Crioulo que eram ferreiros, por exemplo. E também, Miguel de Oliveira, de 20 anos de idade, solteiro, que assim como Guilherme Crioulo e José Pinto da Silva eram carpinteiros. Existiam também homens com ofícios de latoeiro, seleiro (aquele que fazia selas e/ou selins), celeiro (homem que trabalhava no depósito de grãos/cereais), capateiro, feitor, arrieiro, tecelão, pescador e alfaiate. Este último era um homem chamado Joaquim Duarte Monteiro, 40 anos de idade, casado com Florência Maria, com quem tivera um filho, que, em 1809, tinha 13 anos de idade. Assim como para as demais ocupações, homens que prestavam serviços constituíam família, formada por esposas e filhos, e em alguns casos demais parentes e agregados.

Agregado é uma categoria social utilizada para se referir a pessoas que viviam no Brasil Colônia e Império na casa de outrem, em alguns casos, como pessoas da família. No distrito de Serra Acima, foram elencadas 152 pessoas como agregadas (92 mulheres e 60 homens), como fica apresentado na tabela abaixo.

**Tabela 14: Agregados (as) – Faixa Etária. Serra Acima (1809)**

Faixa Etária	Masculino		Feminino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Menores de 14 anos	29	48,33	38	41,30	67	44,07
De 14 a 59 anos	25	41,67	51	55,44	76	50
Acima de 60 anos	6	10	3	3,26	9	5,93

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria Lata: 1809.

Pelos dados da tabela, a metade do número de pessoas que viviam como agregadas estavam em idade ativa, ou correspondente a 14 e 59 anos, bem como a presença significativa de mulheres nessa faixa etária se comparada ao número de homens. Sendo assim, podemos supor a participação de agregados (as) no processo produtivo em Serra Acima nos primórdios do século XIX.

Quanto ao Estado civil, a maioria era de pessoas solteiras, mas, isso não isenta a existência daquelas que moravam em terras de outrem com suas respectivas famílias. Estes poderiam ocupar um pedaço de terra, plantar e/ou desenvolver atividades de trabalho nas lavouras do proprietário e/ou dar parte de sua produção em forma de pagamento pela ocupação da terra que lhe foi cedida.

**Tabela 15: Agregados (as) – Estado Civil. Serra Acima (1809)**

	Masculino		Feminino		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
<b>Estado civil</b>						
<b>Solteiros (as)</b>	55	91,7	79	86,81	134	88,74
<b>Casados (as)</b>	5	8,3	12	13,19	17	11,26

Obs.: Uma agregada não foi incluída na lista pelo fato do documento estar deteriorado na parte correspondente ao estado civil.

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA N° 075 | Referência Anterior: S/N° Fundo: Governadoria Lata: 1809.

Alguns agregados (as), assim como demais moradores de Serra Acima, foram citados no Mapa de População de 1809, com a especificação de pardo (a), caburé, cabra, índio (a), preta e crioula. Em alguns casos, essas denominações foram mencionadas como sobrenome do indivíduo, como foi o episódio de João Correa Caburé, solteiro, de 60 anos de idade, agregado do lavrador Ricardo Manoel de Albuquerque, de 74 anos de idade. E de Francisco Pardo, de 7 anos de idade, e Ricardo Pardo, 1 ano de idade, agregados do lavrador Manoel Peixoto, solteiro de 66 anos de idade.

Além disso, alguns agregados poderiam ter sido deixados pelos seus pais, como possivelmente era o caso de “João exposto”, solteiro, 12 anos de idade, agregado da mineira D. Custodia Maria das Neves, solteira de 48 anos de idade.

Ao levar em conta a ocupação dos donos das propriedades que possuíam agregados (as), podemos perceber em quais tipos de propriedade eles moravam, como fica apresentado na tabela a seguir.

**Tabela 16: Ocupação do proprietário (a)/famílias que apareceram agregados (as) em Serra Acima (1809)**

Tipos de atividade do proprietário (a) da residência	Agregados		Agregadas		Total	
	Número		Número		Número	%
	Até 13 anos	Acima de 14 anos	Até 13 anos	Acima de 14 anos	....	....
<b>Lavoura</b>	10	23	15	41	89	58,55
<b>Mineração</b>	15	6	12	15	48	31,58
<b>Agência</b>	3	....	2	2	7	4,60
<b>Tecelão</b>	....	....	3	....	3	1,97
<b>Latoeiro</b>	1	....	1	....	2	1,32
<b>Padre</b>	....	2	....	....	2	1,32
<b>Ocupação não especificada</b>	....	....	1	....	1	0,66

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria Lata: 1809.

Mais da metade dos agregados (as) estava morando na casa/propriedade de pessoas que viviam de lavoura, sendo que a grande maioria eram pessoas que tinham idades ativas, o que possibilita apontar sua respectiva participação nos afazeres presentes em Serra Acima. Além disso, moradores (as) em terras de outrem estavam, também, presentes em propriedades de mineiros, pessoas que viviam de agências, tecelão, latoeiro e religioso.

Pelos dados apresentados no Mapa de População de Serra Acima, as pessoas que viviam como agregadas estavam presente em diferentes tipos de propriedades/fogos, desde aquelas mais abastadas como também as pessoas pobres. Quanto ao número de famílias com agregados (as), podem ser observados na tabela abaixo.

**Tabela 17: Número de agregados (as) por família – Serra Acima (1809)**

Nº de Agregados	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	18
<b>Nº de Famílias com agregados</b>	27	13	8	2	5	1	...	...	2	...	1

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria Lata: 1809.

Conforme os dados apresentados na tabela, 27 famílias tinha apenas 1 agregado, enquanto 13 famílias tinham 2 agregados e assim por diante. Expressivo foi o número de 18 pessoas agregadas na propriedade do lavrador Manoel Peixoto.

Numa análise qualitativa dos dados disponíveis para os (as) agregados (as), é possível perceber uma complexidade de pessoas que assim eram denominadas. Para o distrito de Serra Acima, os agregados poderiam ser indivíduos sem vínculo familiar com os (as) chefes das famílias; ou poderiam ser parentes, tais como filho (a), irmão (ã), sogro (a), sobrinhos e netos; e órfãos ou expostos. Além disso, existiam famílias inteiras (pai, mãe e

filhos) morando na propriedade de outrem, assim como mulheres solteiras com filhos, e mulheres casadas, mas sem menção aos esposos e com filhos (as) que também eram agregados (as).

**Tabela 18: Posição do (a) agregado (a) junto às famílias – Serra Acima (1809)**

Posição dos Agregados junto às famílias	Masculino		Feminino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Parentes (especificados)	....	....	1	0,66	1	0,66
Possíveis parentes	14	9,21	17	11,18	31	20,39
Não-parentes	46	30,26	74	48,69	120	78,95

Obs.: O critério para possíveis parentes está relacionado quanto ao sobrenome dos mesmos, que reportam a idéia de que estavam ligados por laços parentais com os chefes ou esposas de chefes dos respectivos fogos.

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria Lata: 1809.

A maioria dos (as) agregados (as) possivelmente não tinha vínculo parental com as famílias que os (as) abrigavam. Porém, na citada fonte, pelo menos para as pessoas agregadas, não existe uniformidade das informações relatadas. Em alguns momentos, parentes que moravam junto com outros familiares não foram citados como agregados, apenas mencionando o grau de parentesco, enquanto noutros, foram citados como agregados. Porém, mesmo assim é possível afirmar que pessoas que faziam parte daquela categoria social poderiam ser parentas ou não.

Neste item procurei disponibilizar algumas informações sobre a população do distrito de Serra Acima, para o ano de 1809, conforme os dados disponíveis no Mapa de População da citada região. O objetivo foi apresentar características gerais da população (livre e escrava) numa localidade com significativa presença de propriedades rurais (criação de animais, lavoura, engenhos), ambientes esses, onde eram encontrados homens que trabalhavam como camaradas.

### 1.3 – População da Freguesia de Nossa Senhora de Brotas (1838)

Nossa Senhora de Brotas, ou apenas Brotas, era a denominação de um povoado que estava situado não muito distante de Cuiabá. Atualmente aquela localidade corresponde ao município de Acorizal-MT. Segundo a tradição local, o nome de Brotas é atribuído a uma homenagem a Nossa Senhora das Brotas, imagem que foi trazida por uma família de origem

portuguesa. Outra versão relata que, durante uma pescaria no Rio Cuiabá, os pescadores acharam a imagem da Santa enroscada numa rede.<sup>47</sup>

Em agosto de 1833, por meio de resolução Provincial, foi criado o Distrito Paroquial de Nossa Senhora das Brotas.<sup>48</sup> Assim como o Distrito de Serra Acima, a freguesia de Nossa Senhora de Brotas era uma localidade com concentração de propriedades rurais de lavoura, criação de animais e engenhos com produção de açúcar, e aguardente, que eram comercializados em Cuiabá.

Pertencente ao Termo do Cuiabá, Brotas era uma localidade basicamente com economia voltada para agricultura, engenho e criação de animais. Luíza Volpato menciona que Serra Acima, Nossa Senhora das Brotas, Santo Antônio do Rio Abaixo, Nossa Senhora da Guia e Nossa Senhora do Livramento eram freguesias rurais, e afirma também que surgidas durante o século XVIII, já em meados da centúria seguinte, estavam ligadas à pecuária e agricultura, que contribuíram com o abastecimento de Cuiabá.<sup>49</sup>

Sendo assim, pode-se afirmar que Brotas era uma localidade formada por áreas de agricultura tanto para a subsistência dos moradores locais, como para o comércio de Cuiabá.

Com relação à Lista dos Habitantes ou Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, é uma fonte manuscrita, censitária, datada de 23 de agosto de 1838, que foi organizada pelo Sr. Jose Pinto de Azevedo, Juiz de Paz do 2º Distrito, dirigida ao Vice Presidente da Província, José da Silva Guimarães (Cônego), que esteve na administração provincial entre 21 de maio e 16 de setembro de 1838.<sup>50</sup>

O rol da população foi organizado por fogo (residência), com as seguintes informações dos habitantes: chefe de fogo, nome, estado civil, idade, naturalidade, cor/descendência e, para algumas pessoas, foi mencionada a ocupação. No mesmo documento, está elencada a população livre e escrava, bem como as referências de cativos (as) por proprietário (a), a presença de agregados (as) e camaradas.

Ao observar a composição familiar disposta no Mapa de População de Brotas, é perceptível que parcela significativa das residências estava formada por núcleos familiares do tipo regular (pai, mãe e filhos) que poderiam possuir agregados (as), cativos (as) e camaradas. Porém, existiam mulheres e homens viúvos (as) com ou sem filhos, que poderiam ter

---

<sup>47</sup> FERREIRA, J. C. V., *Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso*.

<sup>48</sup> *Mapa das Comarcas e Paróquias da diocese de Cuiabá e Mato Grosso – 1849*, p. 21.

<sup>49</sup> Além das freguesias rurais, a autora menciona a existência de duas freguesias urbanas pertencentes a Cuiabá, a Sé que compunha o núcleo central, e a freguesia de São Gonçalo de Pedro II, correspondente à região do porto. VOLPATO, L. R. R., *Cativos do sertão*, p. 29.

<sup>50</sup> SILVA, P. P. C., *Governantes de Mato Grosso*.

agregados (as) ou não. Foi verificada uma complexa composição familiar, mas com significativa presença de famílias do tipo regular.

Para o ano de 1838, foram arrolados 292 fogos em toda a freguesia. Desse total, 101 mulheres e 191 homens eram chefes de família. O estado civil dessas pessoas está indicado na tabela que segue abaixo.

**Tabela 19: Estado Civil de Chefes de Fogo – Freguesia de Brotas (1838)**

Gênero	Casados (as)	Solteiros (as)	Viúvos (as)	Não Informado
Masculino	143	28	16	4
Feminino	3	51	34	13
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>79</b>	<b>50</b>	<b>17</b>

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, 1838*. Lata 1838. APMT.

Dos 191 homens que eram chefes de família, mais da metade eram casados, enquanto a grande maioria das mulheres que estavam na administração de residências eram solteiras. Esses dados são indicativos da presença feminina na administração familiar. Além disso, existiam pessoas viúvas.

Quanto à naturalidade das chefes de fogos, 48 mulheres foram mencionadas como naturais de Cuiabá, uma natural de Nação Mina, que se chamava Louriana Ferreira, viúva de 90 anos de idade, e uma mulher natural de Nação Benguela, que se chamava Maria Antonia, viúva de 50 anos de idade. Para as demais, ou seja, 51 mulheres não aparecem informação sobre o local de origem.

Já os homens chefes de fogos, 85 foram mencionados como naturais de Cuiabá; 1 de Lisboa; 1 de Goiás, denominado Barboza de S. Miguel, pardo, casado, 40 anos de idade; 1 era preto forro de Nação Congo, chamado Antonio da Silva, Casado de 70 anos de idade; 2 de São Paulo; e para 101 não apareceu tal informação.

Sendo assim, para a maioria dos (as) chefes de fogos, em que foram citadas a naturalidade, eram pessoas provenientes da cidade de Cuiabá, devido até mesmo a proximidade entre esta última localidade e a freguesia de Brotas. Porém, ainda assim existia a presença de indivíduos de regiões externas ao território da Província, o que contraria a idéia de isolamento do território de Mato Grosso.<sup>51</sup> Também deve ser considerada a presença de escravos (as) como chefes de fogo.

---

<sup>51</sup> Os discursos das elites daquele momento e em alguns trabalhos da historiografia recente sobre o Mato Grosso, apontam a ideia de isolamento da região. Domingos Sávio da Cunha Garcia argumenta que no começo dos anos



Entre livres e escravos, a população de Brotas, em 1838, totalizava em 1754 pessoas, sendo 1456 livres e 298 cativos.

**Tabela 20: População Livre – Freguesia de Brotas (1838)**

Faixa Etária	Masculina								Feminina								
	0 a 07 anos		08 a 15 anos		16 a 50 anos		51 a 95 anos		01 a 07 anos		08 a 15 anos		16 a 50 anos		51 a 90 anos		
Número e Percentual	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
	215	14,8	163	11,2	268	18,4	45	3,1	205	14,1	148	10,2	356	24,4	56	3,8	
Total	Nº	691								765							
	%	47,5%								52,5%							

Obs.: Porcentagem baseada no total de população livre.

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, 1838*. Lata 1838. APMT.

Os dados da população livre revelam apenas uma superioridade do número de mulheres em aproximadamente 5% em relação ao número de homens. Dentre os habitantes, existiam pessoas muito jovens, na tenra de idade, como também mulheres e homens de até 90 e 95 anos de idade, respectivamente.

No Mapa de População de Brotas não existe menção da ocupação da maioria das pessoas livres elencadas. Tal informação aparece apenas para 20 pessoas: 10 eram lavradores, 1 vivia de seu engenho, 2 viviam de engenho e roça, 1 era lavrador e inspetor, 1 era inspetor, 2 eram alfaiates, 1 era alferes e vivia de sua fazenda e roça, 2 eram militares (1 Capitão e 1 alferes). A composição familiar dessas pessoas mencionadas com ocupação pode ser verificada no Apêndice A deste estudo.

Ao analisar os dados sobre cor/descendência e/ou origem da população livre, percebe-se a presença de brancos, índios, negros, e mestiços.

---

de 1850 “a província de Mato Grosso ainda se encontrava em situação de isolamento muito grande”. GARCIA, D. S. C., *Mato Grosso (1850-1889) uma província na fronteira do Império*, 24. Esse autor atribui a ideia de isolamento às dificuldades encontradas durante o trajeto, e acaba por transpor visão das elites daquele momento, presente nos relatórios de presidentes de província, para suas reflexões. Acredito que a capitania/província de Mato Grosso estava sim distante de outras regiões do Brasil, mas de forma alguma estava isolada..

**Tabela 21: Classificação da população livre quanto a cor/descendência e/ou origem Freguesia de Brotas (1838)**

Especificação	Masculino				Feminino				Total	
	0 a 7 anos	8 a 15 anos	16 a 55 anos	Acima de 55 anos	0 a 7 anos	8 a 15 anos	16 a 55 anos	Acima de 55 anos	Nº	%
Branco (a)	38	32	53	12	33	33	46	6	253	17,4
Caboré	41	25	54	6	46	30	75	11	288	19,8
Caboré ou Crioulo (a)	....	2	1	1	6	3	7	1	21	1,4
Cabra	2	2	6	....	2	1	9	4	26	1,8
Crioulo (a)	1	3	7	....	2	2	9	4	28	1,9
Índio	....	1	....	....	....	....	....	....	1	0,06
Nação Benguela	....	....	....	....	....	....	1	1	2	0,1
Nação Congo	....	....	....	1	....	....	....	....	1	0,06
Nação Maucumbé	....	....	1	....	....	....	....	....	1	0,06
Nação Mina	....	....	....	....	....	....	....	1	1	0,06
Nação Mofum-bé	....	....	....	1	....	....	....	....	1	0,06
Pardo (a)	117	86	144	14	98	65	195	20	739	50,8
Não Informado	16	12	10	2	18	14	21	1*	94	6,5

Obs.: \*Uma mulher inserida no “Não mencionado” foi descrita como bastarda.

Porcentagem baseada no total da população livre.

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, 1838*. Lata 1838. APMT.

Conforme os dados da tabela acima, mais da metade da população livre de Brotas era mestiça. Pardos, caborés, cabras, indicam a presença de descendentes provenientes de relações entre brancos, índios e africanos. Além disso, existiam afrodescendentes, assim como negros provenientes de etnias africanas, que possivelmente eram pessoas libertas.

Entre a população livre, existiam em Brotas aquelas pessoas que eram desprovidas de moradia e viviam em casa de outrem. Pessoas agregadas estavam presentes na composição familiar de 70 fogos, totalizando 194 agregados (as).

**Tabela 22: Faixa etária de agregados (as) – Freguesia de Brotas (1838)**

Faixa etária	Homens	Mulheres
0 a 15 anos	51	39
16 a 50 anos	33	59
Acima de 50 anos	3	9
<b>Total</b>	<b>87</b>	<b>107</b>

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, 1838*. Lata 1838. APMT.

A maior parte das pessoas agregadas era do sexo feminino, sendo que a maioria dos homens agregados possuía idade entre 0 e 15 anos, enquanto as mulheres, a maioria estava entre 16 e 50 anos de idade. Expressiva era a presença de mulheres solteiras e com filhos (as) na situação de agregadas na casa de outrem.

Quanto ao número de agregados por família, 29 fogos possuíam apenas 1 agregado (a), 15 fogos possuíam 2, onze fogos, 3, e assim por diante, como fica demonstrado na tabela seguinte.

**Tabela 23: Número de agregados (as) por família – Freguesia de Brotas (1838)**

Nº de Agregados	1	2	3	4	5	6	7	8	11	12
<b>Total de Famílias com agregados (as)</b>	29	15	11	4	3	2	4	1	1	1

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, 1838*. Lata 1838. APMT.

Dentre os agregados existiam pessoas com distintos estados civis. Para 87 pessoas foi mencionada a situação de solteiras, casadas ou viúvas, como está organizado na tabela abaixo.

**Tabela 24: Estado Civil de agregados (as) – Freguesia de Brotas (1838)**

Estado Civil	Homem	Mulher	Total
Solteiro (a)	36	35	<b>71</b>
Casado (a)	7	8	<b>15</b>
Viúvo (a)	....	1	<b>1</b>

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, 1838*. Lata 1838. APMT.

Para as pessoas em que foi citada a situação civil, fica equilibrado o número de mulheres e homens casados (as), e solteiros (as). Porém, para apenas oito pessoas aparece menção a esposos (as), formando ao todo quatro casais, enquanto para os demais não existe menção aos seus respectivos parceiros.

Os dados do Mapa Populacional para a região e período indicado evidenciam que existiam famílias inteiras (pai, mãe e filhos) agregadas, como era o caso de Luciano Pinto, de 40 anos, e de sua esposa e seus cinco filhos, que eram agregados do Alferes Antonio Maria Pinto de Figueiredo; situação em que também se encontrava a família de Florentino Ferreira, homem pardo, 40 anos de idade, casado com Maria Theodora, que moravam com seus quatro filhos nas dependências de Antonio Leme do Prado, 84 anos, homem pardo e viúvo.

As pessoas que estavam na situação de moradoras na casa de outrem poderiam possuir ou não vínculo familiar com o (a) chefe da residência. Assim como os demais habitantes da freguesia de Brotas, eles poderiam ser caborés, pardos, brancos, crioulos etc. Poderiam ser, também, naturais de outros lugares, como por exemplo, o agregado Antonio Cardozo, homem caboré, solteiro de 46 anos, natural de São Paulo, e da agregada Maria da Penha, natural de Cuiabá, parda, solteira de 28 anos, ou poderiam ter nascido em Brotas, como era a situação de Maria Roza, caburé de 4 anos de idade.

A presença de agregados (as) se dava na casa de pessoas que possuíam famílias do tipo regular (pai, mãe e filhos), assim como de homens e mulheres nas situações de solteiros

(as) ou viúvas que poderiam ou não possuir filhos (as). Estavam também nas residências de proprietário (a) que possuía camaradas (empregados) e cativos (as). Quanto a estes últimos, depois de libertos, poderiam permanecer na propriedade do patrão ou buscar outra residência para viver como agregado, situação em que se enquadravam os libertos Domingos, solteiro de 54 anos, agregado de Maria Francisca, mulher parda, natural de Cuiabá de 40 anos, e também Antonio de Nação Mofum-bé, 90 anos de idade, agregado de Lourenço Teixeira da Silva, homem branco, viúvo de 32 anos de idade.

Ex-escravos também possuíam agregados, como era o caso de Antonio da Silva, 70 anos de idade, preto forro de Nação Congo, casado com Anna da Silva, de 68 anos, preta forra Nação Benguela que tinham como agregada Antonia da Silva, de 24 anos, caboré, solteira.

Essas características demonstram a complexidade de pessoas que eram agregadas. Algumas delas poderiam ajudar nos afazeres da residência ou das propriedades agrícolas nas quais estavam instaladas.

Com relação à população cativa, como citado anteriormente, totalizava em 298 pessoas. Sua distribuição quanto à faixa etária pode ser visualizada na tabela seguinte.

**Tabela 25: Faixa Etária da População Escrava – Freguesia de Brotas (1838)**

Faixa Etária	Masculina								Feminina								
	0 a 07 anos		08 a 15 anos		16 a 50 anos		51 a 95 anos		01 a 07 anos		08 a 15 anos		16 a 50 anos		51 a 90 anos		
Número e Percentual	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
	19	6,4	30	10,1	101	33,9	12	4	30	10,1	24	8	75	25,2	7	2,3	
Total	Nº	162								136							
	%	54,4%								45,6							

Obs.: Porcentagem calculada a partir do total da população escrava.

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, 1838*. Lata 1838. APMT.

O número de cativos era maior que o número de cativas. Assim como o número maior estava para escravos (as) que se encontravam na faixa etária entre 16 e 50 anos. Essa superioridade masculina, assim como o maior número de escravos com essas idades, pode ser atribuída à necessidade de mão-de-obra com idade ativa para trabalhar nos afazeres domésticos e/ou de lavoura, engenho etc.

A população cativa estava distribuída em 47 famílias. Algumas destas últimas com apenas 1 cativo, e outras com mais de 10. Além disso, eles estavam presentes em residências com ou sem agregados e camaradas. As características ocupacionais das

residências com presença de escravos pode ser consultada no Apêndice B do presente trabalho.

Alguns escravos eram originários do continente africano, enquanto outros eram nascidos no Brasil, tendo inclusive a presença de mestiços como cabra, pardo, caboré, mulato etc., como pode ser verificado na tabela seguinte.

**Tabela 26: Classificação da população escrava quanto a descendência e/ou origem. Freguesia de Brotas (1838)**

Especificação	Escravas				Escravos				Total	
	0 a 7 anos	8 a 15 anos	16 a 50 anos	Acima de 50 anos	0 a 7 anos	8 a 15 anos	16 a 50 anos	Acima de 50 anos	Nº	%
Benguela	....	....	1	3	....	....	9	2	15	5
Caboré	1	1	4	....	....	1	2	....	9	3
Cabra	5	3	16	....	5	3	8	2	42	14
Camundá	....	....	1	....	....	....	1	....	2	0,6
Crioulo (a)	19	12	41	4	12	21	45	2	156	53
Hauçá	....	....	....	....	....	....	3	1	4	1,3
Mulato (a)	1	....	1	....	....	1	....	1	4	1,3
Nação	....	....	....	....	....	....	2	....	2	0,6
Nação Angola	....	....	1	....	....	....	....	1	2	0,6
Nação Cavanje	....	....	....	....	....	....	1	....	1	0,3
Nação Congo	....	....	1	....	....	....	6	1	8	2,6
Nação Mina	....	....	1	....	....	....	5	1	7	2,3
Nação Moçambique	....	....	....	....	....	....	4	....	4	1,3
Nação Monjolo	....	....	....	....	....	....	3	....	3	1
Nação Rebelo	....	....	....	....	....	....	....	1	1	0,3
Nagô	....	....	....	....	....	....	3	....	3	1
Pardo (a)	....	7	7	....	2	4	4	....	24	8
Tapa	....	....	....	....	....	....	1	....	1	0,3
Não Informado	4	1	1	....	....	....	4	....	10	3,5

Obs.: Porcentagem baseada no total da população cativa.

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, 1838*. Lata 1838. APMT.

Mais da metade da população escrava foi classificada como crioula, seguida pelos cabras, e os de nação Benguela. Outras denominações como Nagô, Nação Mina, Nação Congo, Nação Cavanje, Nação Angola, Hauçá etc. podem indicar a origem étnica de escravos que trabalhavam nas propriedades agrícolas da freguesia de Nossa Senhora de Brotas. Algumas dessas denominações poderiam vir até mesmo junto ao nome do escravo, servindo como sobrenome ou algo para referenciá-lo.

Quanto ao estado civil, os (as) escravos (as) poderiam ser solteiros (as), casados (as) ou viúvos (as). Para algumas pessoas casadas não foram citados os seus parceiros, mas em algumas residências eles poderiam contrair matrimônio. Na casa de Manoel Gonçalves da Silva, homem branco, casado, 45 anos de idade, existia um casal de escravos cujo marido chamava-se Jozé, 45 anos de idade, crioulo, casado com Josefa, caburé de 20 anos de idade. E

também na casa de José Apolinário de Oliveira, natural de Cuiabá, homem branco, casado, de 50 anos de idade, possuía um casal de escravos, como por exemplo, Agostinho, homem cabra, 40 anos de idade, casado com Joanna Mina, de 40 anos.

O objetivo em apresentar algumas características da população livre e escrava do distrito de Serra Acima (1809) e da freguesia de Nossa Senhora de Brotas (1838) foi com intuito de demonstrar em quais tipos de ambientes camaradas também poderiam ser encontrados. Regiões com expressiva presença de propriedades agrícolas, e com participação de mão-de-obra cativa, homens livres e pobres conseguiram espaço para trabalharem como camaradas.

Além disso, a finalidade principal deste capítulo foi apresentar algumas informações sobre a capitania/província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX, para com base nesses mapas e outros tipos de documentos, discutir a presença de camaradas, presença esta que será tratada no capítulo seguinte.

## CAPÍTULO 2

### CAMARADAS, “VIVIAM DE AJUSTES”

*Não tardou muito para que os dois noturnos viajantes começassem a ouvir os latidos furiosos dos cães que no terreiro de Pereira denunciavam aproximação de gente suspeita junto à casa entregue à sua vigilante guarda. — Por aqui perto fica algum rancho, Mochu, avisou o camarada [José ao seu patrão, o viajante estrangeiro]; havemos enfim de descansar hoje... Mas, que gritaria faz a cachorrada!... São capazes de nos engolir antes que venha alguém saber se somos cristãos [criatura humana de boa intenção] ou não... Safa! Que Canzoada [ajuntamento de cães]!... Ó Mochu, o senhor deve ir na frente... rompendo a marcha... — Você, respondeu o alemão, bate neles com cacete... — Nada, retrucou José com energia, isso não é do ajuste... Quem está montado, caminhe adiante... Ainda por cima agora essa! (Alfredo d'Escragnolle Taunay)<sup>52</sup>*

#### 2.1 – Livres e pobres: historiografia brasileira e regional

O estudo das pessoas comuns ganhou espaço significativo nas produções historiográficas a partir da década de 1970. Esse impulso surgiu com a renovação e diversificação de objetos, fontes, metodologias e a elaboração de novas teorias da história verificadas ao longo do século XX, quando questões foram lançadas e novas temáticas passaram a ser alvo/objeto de preocupação dos historiadores.<sup>53</sup> O enfoque deslocou-se do político para o social e cultural, ocorrendo maior interesse pelas pessoas pobres. Os populares passaram a ter destaque nas produções históricas, e o político, as relações diplomáticas e a cultura de elite não eram mais o único interesse dos pesquisadores, que passaram a dar importância para o estudo do cotidiano da maioria da população que vivia e produzia modos de vida peculiares.

Autores a exemplo de Carlo Ginzburg, Peter Burke, Jim Sharpe e Edward Thompson ressaltaram a importância em se estudar as parcelas da população que não faziam

---

<sup>52</sup> TAUNAY, A. E., *Inocência*, p. 63.

<sup>53</sup> A renovação historiográfica está relacionada com a trilogia organizada, em 1974, por Jacques Le Goff e Pierre Nora, *História: Novos Problemas, Novas Abordagens, Novos Objetos*, que ampliou a noção de fontes como quaisquer vestígios deixados pelo homem e não apenas a documentação escrita, oficial, além de expandir as possibilidades metodológicas, incluindo os importantes diálogos com as ciências irmãs, ver LE GOFF, J.; NORA, P. (Org.), *História: Novos Problemas*. Ainda sobre a renovação historiográfica e a diversidade de objetos e fontes, ver: LE GOFF, J. (Org.), *A História Nova.*; BURKE, P. (Org.), *A escrita da história.*; CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.), *Domínios da história.*; CHARTIER, R. *À beira da falésia.*; PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*.

parte das elites.<sup>54</sup> Eles criticaram a historiografia que por muito tempo desconsiderou o estudo das ações de pessoas comuns.

Para pensar a presença de parcela da população pobre da capitania e província de Mato Grosso foi preciso entender como se deu essa presença em outras regiões do Brasil. Nesse sentido, foram cruciais os trabalhos que tiveram os livres e pobres como foco de estudo. Caio Prado Júnior é apontado como um dos primeiros a considerar a presença daquela camada na sociedade colonial. Em seu livro *Formação do Brasil contemporâneo* (1ª edição de 1942), descreve a composição social do Brasil no período colonial e aponta a presença de livres e pobres. Afirma que entre as duas categorias nitidamente definidas (escravos e senhores) e “entrosadas na obra da colonização comprime-se o número que vai avultando com o tempo dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos sem ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma”. Caio Prado destaca as atividades desenvolvidas por livres e pobres, e definiu aquela camada social como sendo constituída, sobretudo de “pretos e mulatos forros ou fugidos da escravidão; índios destacados de seu *habitat* nativo [...] mestiços de todos os matizes e categorias [...] e até brancos, brancos puros [...]”.<sup>55</sup>

A complexidade da camada intermediária pode ser observada em algumas produções historiográficas surgidas nos últimos 50 anos que contemplam o estudo de livres pobres em diferentes regiões do Brasil Colônia e Império.<sup>56</sup> Uma dessas referências é o trabalho de Maria Sylvia de Carvalho Franco. A autora pesquisou a sociedade cafeeira no século XIX pertencente à região do Vale do Paraíba, trabalhou com processos crimes presentes na documentação de Guaratinguetá, de modo que apreendeu aspectos sociais e a violência entranhada no meio social. A obra refere-se ao homem livre e pobre no que diz respeito às condições materiais de vida, as relações sociais engendradas no interior dos pequenos grupos e a participação desses homens na sociedade. Além disso, discute a figura dos livres mais abastados que compuseram o sistema mais ativo de dominação por meio das organizações a que estiveram ligados.

---

<sup>54</sup> GINZBURG, C., *O queijo e os vermes.*; GINZBURG, C., *Mitos, emblemas, sinais.*; BURKE, P., *Cultura popular na idade moderna.*; BURKE, P., *Variedades de história cultural.*; SHARPE, J., *A história vista de baixo.*; THOMPSON, E., *Costumes em comum.*

<sup>55</sup> PRADO JÚNIOR, C., *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 281-282.

<sup>56</sup> Dentre outras obras que apresentarei a seguir, menciono, também, artigos que se referem à temática e que contribuíram para o presente estudo: GRAHAM, R., *Ao mesmo tempo sitiados e sitiados.*; MENESES, J. N. C., *A terra de quem lavra e semeia.*; MENESES, J. N. C., *Homens que não mineram.*; MIRANDA, L. L., *Embates sociais cotidianos na São Paulo setecentista.*; PAIVA, E. F., *Depois do cativo: a vida dos libertos nas Minas Gerais do século XVIII.*; RESENDE, E. M., *Flagrantes do cotidiano.*; RESENDE, M. L. C., “*Brasis coloniales*”: *índios e mestiços nas Minas Gerais Setecentistas.*; LAMOUNIER, M. L., *Agricultura e mercado de trabalho.*



Carvalho Franco analisa a violência presente nas relações de vizinhança, cooperação e parentesco, setores estes fundamentais da vida comunitária. Descreve a maneira como livres e pobres estiveram ligados aos ambientes rurais no desenvolver de distintas atividades, e aponta algumas características de categorias sociais que faziam parte da camada intermediária da sociedade.<sup>57</sup> *Homens livres na ordem escravocrata* é considerado marco na historiografia sobre o tema, por analisar um estrato social até então relegado por outros historiadores. Ao mesmo tempo é uma chamada para o estudo de outras temáticas que fazem parte do contexto histórico do Brasil nos séculos XVIII e XIX.

A temática ligada aos livres e pobres também foi abordada por Eni de Mesquita Samara, que enfatizou a importância de se estudar o trabalho livre na história do Brasil no período do escravismo. A estudiosa afirma que a mão de obra livre era um recurso constantemente utilizado nas áreas exportadoras e nas de serviços de abastecimento. Ao estudar os agregados, Samara utilizou como fonte principal os *Maços de População (1773 a 1829)* guardados no Arquivo do Estado de São Paulo. A análise encadeia-se pelo viés de como se deu o aproveitamento da mão de obra livre no mercado de abastecimento, cidades etc. sob a perspectiva do trabalho. Critica a historiografia que relegou a presença de livres pobres nas áreas monocultoras de exportação, onde não saía do binômio senhor/escravo. Afirma que é impossível negar a presença daquela parcela da população, já que “a própria estrutura e natureza da sociedade latifundiária e escravocrata deu origem, portanto, a uma formação *sui generis* de homens livres e sem propriedade, que não foram integrados na produção mercantil propriamente dita”, inserindo nesse contexto o surgimento da figura do agregado presente, no final do século XVIII e começo do XIX, nas áreas ligadas à lavoura canavieira em São Paulo.<sup>58</sup>

É uma obra de referência no estudo da população livre pobre, já que discute as formas de trabalho livre nos espaços ibéricos e a presença de uma parcela da camada intermediária, os agregados, categoria esta presente na sociedade brasileira colonial e imperial.

Saindo da região de monocultura de exportação (Vale do Paraíba, SP e RJ), a presença de livres pobres foi estudada por Laura de Mello e Souza nas áreas de mineração das Gerais no século XVIII. Decidida a estudar os “esquecidos”, Mello e Souza justifica a escolha da temática:

---

<sup>57</sup> FRANCO, M. S. de C., *Homens livres na ordem escravocrata*.

<sup>58</sup> SAMARA, E. M., *Lavoura canavieira, trabalho livre e cotidiano*, p. 58.

Quando todos os meus companheiros mais chegados ou quase toda minha geração estudava o escravismo, focalizando de várias formas os seus protagonistas principais – os escravos –, pensei poder contribuir à discussão pelo seu avesso, ou seja, trazendo à baila um vasto contingente humano afeito ao trabalho assistemático e esporádico: homens livres pobres, sempre prestes a se tornarem desocupados, habituados ao biscate e à incerteza de um eterno ser e não ser. No mundo onde os extremos – senhores e escravos – eram bem definidos e capazes de definir, o homem livre pobre era, parecia-me, o marginal entre os marginais.<sup>59</sup>

Mello e Souza afasta-se do conceito de marginal utilizado por sociólogos e historiadores latino-americanos na década de 1960 e 1970, preferindo a utilização da categoria *desclassificado social*. Para a autora, já que existia uma ordem classificadora, o seu reverso era a desclassificação, assim, enquanto uns são bem classificados, outros não o são e nestes últimos estava inserida a população livre e pobre. Nesse sentido, aquelas pessoas que não eram escravas nem senhores são definidas, pela autora, como desclassificados sociais, termo este usado por Caio Prado Júnior para se referir à população da camada intermediária. Num primeiro momento, Mello e Souza discute a pobreza mineira, ou seja, as condicionantes que levaram as regiões das Gerais à pobreza. Apresenta as causas da pobreza para depois analisar os pobres, os desclassificados sociais, os vadios naquela sociedade do século XVIII. Aborda a desclassificação social no Ocidente para então situá-la no Brasil e na região mineira, bem como o aproveitamento daquele contingente humano na abertura de entradas, nos presídios, obras públicas, lavouras, policiamento particular, no processo de expansão territorial, nas fronteiras, como membros de corpos militares etc.<sup>60</sup>

Hebe Maria Mattos de Castro, na obra *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*, discute a presença de pequenos agricultores em Capivary, município da Baixada Fluminense, na segunda metade do século XIX. Ela procurou entender como se dava a agricultura escravista não exportadora e as condições de existência dos homens livres pobres num momento em que o trabalho escravo entrava em crise. Dentre os objetivos da obra está em apresentar aspectos de vida, produção, trabalho e posição social dos lavradores pobres em Capivary.<sup>61</sup>

É preciso considerar a multiplicidade de tipologias sociais que faziam parte da camada intermediária, cada qual com suas peculiaridades. Enquanto Maria Sylvia de Carvalho Franco estudou os homens livres pobres no meio rural, Maria Odila da Silva Dias pesquisou

---

<sup>59</sup> SOUZA, L. de M., *Desclassificados do ouro*, p. 10.

<sup>60</sup> SOUZA, L. de M., *Desclassificados do ouro*, p. 21-32. Dentre as obras que discutem os livres pobres a partir dos conceitos de marginal/marginalidade, menciono o livro de KOWARICK, L., *Trabalho e vadiagem*.

<sup>61</sup> CASTRO, H. M. M., *Ao sul da história*.

as mulheres livres e pobres, escravas e libertas que viveram no espaço urbano da cidade de São Paulo no século XIX.

A autora apresenta as relações cotidianas de mulheres pobres que viviam em São Paulo nos oitocentos, em que articula três temáticas bastante discutidas nas décadas de 1970 e 1980: cotidiano, pessoas comuns e mulheres. Em várias partes do livro é mencionada a importância em se estudar o cotidiano e os excluídos, muitas vezes relegados pela historiografia. Como vendedoras de tabuleiros, quitandeiras, artesãs, lavadeiras etc., as mulheres conseguiram garantir seu próprio sustento e o de seus dependentes; lançavam-se às ruas da cidade de São Paulo em ocupações que ficavam à margem do trabalho assalariado. São apresentadas as tentativas de disciplinarização dessas mulheres no espaço urbano e as formas usadas pelas mesmas para ludibriar a lei.

Maria Odila utilizou variadas fontes para apreender as características de mulheres pobres: autos de devassas, processos, legislação repressiva, registros de ocorrências, registros da Câmara Municipal, atas, ofícios diversos, crônicas (observadores contemporâneos), leis municipais, códigos de posturas, maços de população entre 1804 a 1836 e relatos de viajantes.<sup>62</sup> Essa última fonte é um recurso bastante utilizado no estudo dos mais variados aspectos da sociedade colonial e imperial do Brasil. Os viajantes estrangeiros, ao percorrerem o território, deixaram suas impressões sobre a fauna, a flora, a geografia, características econômicas, sociais e culturais dos espaços percorridos etc. Fonte riquíssima em informações, principalmente nas descrições de aspectos do cotidiano e dos habitantes locais, foi matéria-prima principal utilizada por José Carlos Barreiro que apresenta alguns aspectos da sociedade brasileira. Por meio de pesquisa intensa e leitura atenta das descrições estereotipadas dos viajantes, Barreiro conseguiu representar características de vida, trabalho, cultura e a especificidade do protesto popular brasileiro no século XIX. É uma obra que lança luzes em como trabalhar com relatos de viajantes, e entender como e por quê os livres pobres foram representados com olhares preconceituosos, além de evidenciar elementos gerais e específicos das classes subalternas nas diversas regiões brasileiras.<sup>63</sup>

Outro trabalho sobre o tema livre pobre é o de Valter Martins, que teve como protagonistas principais os pequenos lavradores da vila de São Carlos, hoje Campinas – SP, de modo que analisou aqueles homens por um viés de inclusão e não de exclusão da sociedade em que viviam. O historiador constatou que o cultivo de alimentos por parte dos pequenos agricultores se dava no contexto familiar e com ajuda de reduzido número de

---

<sup>62</sup> DIAS, M. O. L. da S., *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*.

<sup>63</sup> BARREIRO, J. C., *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX*.

escravos. Nesse sentido, o trabalhador era o patrão de si e tinha liberdade para decidir sobre o tempo e intensidade de seu trabalho. O cruzamento de informações entre os mapas de população e inventários *post mortem* evidenciou que parte daqueles pequenos agricultores acumularam certo capital, o que permitiu a ascensão social e enriquecimento em alguns casos.<sup>64</sup>

*Nem Senhores, nem escravos* é um livro que apresenta outra vertente no estudo de parcela da população livre pobre, por destacar como alguns conseguiam acumular riquezas. Além disso, a impressão que se tem ao ler o livro citado é de estarmos na vila de São Carlos na primeira metade do século XIX.

Ainda para o município de Campinas-SP menciono o estudo de Denise de Moura, que analisa a trajetória dos homens livres e pobres na sociedade cafeeira daquela localidade no momento em que ocorria a crise do trabalho escravo, segunda metade do século XIX. A autora apresenta o viver, os arranjos, os conflitos etc. que faziam parte do cotidiano das mais distintas pessoas que faziam parte da camada da população livre e pobre, e o olhar da elite em relação à mesma.<sup>65</sup>

Maços de população e inventários *post mortem* também foram fontes utilizadas por Francisco Eduardo de Andrade, que estudou as Minas Gerais agrícolas no período que segue ao auge da mineração. O cruzamento de nomes de chefes de família presentes nas duas fontes permitiu ao mencionado autor compreender aspectos econômicos e sociais de roceiros e fazendeiros na primeira metade do século XIX, na região que correspondia ao termo de Mariana. Ao ressaltar a complexidade dos ambientes agrícolas daquela região, Francisco Andrade conseguiu estabelecer distinções entre os grandes e pequenos agricultores a partir do número de cativos que possuíam. Apesar do autor não usar o termo livre pobre, estuda aqueles que não eram grandes fazendeiros, nem escravos, mas que necessitavam da família e, às vezes, auxiliados de poucos cativos para sobreviverem daquilo que conseguiam tirar da terra por eles ocupada.<sup>66</sup>

A leitura da bibliografia relacionada possibilitou entender a complexidade, as características e os modos de vida daquela parcela da sociedade, bem como as fontes e as metodologias adotadas pelos pesquisadores. Informações estas importantes para pensar os camaradas no Mato Grosso na primeira metade do século XIX.

---

<sup>64</sup> MARTINS, V., *Nem senhores, nem escravos*.

<sup>65</sup> MOURA, D. A. S., *Saindo das sombras*.

<sup>66</sup> ANDRADE, F. E., *Entre a roça e o engenho*.

Com relação à historiografia regional, um dos, senão o primeiro estudo que menciona a presença da camada intermediária na sociedade local foi Virgílio Corrêa Filho, na obra *Pantanaes Matogrossense: devassamento e ocupação*. O autor se reporta à existência de pessoas livres e pobres, que, segundo ele, eram indispensáveis nas fazendas e usinas da região. Corrêa Filho se refere àquelas pessoas como constituintes de uma “classe de inferior nível social”, da qual faziam parte: “agregados, camaradas e os que não se alistam em nenhum destes grupos, embora vivam igualmente desprovidos de haveres, como os ribeirinhos modestos”. Na mencionada obra, Virgílio tece considerações sobre os séculos XIX e XX, e ao se referir à figura do camarada o define como “trabalhador rural”, a quem nos municípios sulinos, nas primeiras décadas dos noventa, passou a ser chamado de peão “por influência forasteira”.<sup>67</sup> As discussões em torno de “ser camarada” está presente no item seguinte desta pesquisa. Por ora, é preciso frisar o pioneirismo das abordagens de Virgílio Corrêa Filho sobre a presença de pessoas pobres para a região de Mato Grosso no século XIX.

Outros estudos ao discutirem a sociedade mato-grossense nos séculos XVIII e XIX, abordaram indiretamente a presença dos livres e pobres ao considerarem as relações com outros grupos sociais e a inserção de todos eles na sociedade/cotidiano.<sup>68</sup>

O único trabalho identificado e que se refere em sua totalidade à temática relacionada a livre pobre para o Mato Grosso do século XIX é o de Eula Wojciechowski, que discute o comportamento e cotidiano de homens livres pobres direcionados aos quartéis da província de Mato Grosso. A autora percebe alguns conflitos entre livres pobres e autoridades provinciais, resultantes das medidas de disciplinarização que a elite dominante tentava impor àquela parcela da sociedade, usando como mecanismo o recrutamento militar. Argumenta sobre a idéia de *civilização* presente naquele momento histórico, de modo a entender os olhares das elites em relação às pessoas comuns e os mecanismos usados para “civilizá-las”. Discute as condições de vida dos recrutados antes e depois de serem direcionados aos quartéis, em que constata que nem todos eram vadios, criminosos e perniciosos à ordem pública e muitos mantinham uma ocupação. A obra de Eula é importante para entender não somente a idéia de “civilização”, o olhar estereotipado da elite, as estratégias criadas para impor uma lógica de vida desconhecida pelos livres pobres, mas também em percebê-los

---

<sup>67</sup> CORREA FILHO, V., *Pantanaes matogrossense*, p. 122-123.

<sup>68</sup> ALEIXO, L. H. G., *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*.; VOLPATO, L. R. R., *A conquista da terra no universo da pobreza*.; LUCÍDIO, J. A. B., *Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois*.; VOLPATO, L. R. R., *Cativos do sertão*.; JESUS, N. M., *Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do Sul (1727-1808)*.; MACHADO FILHO, O., *Ilegalismos e jogos de poder*.

como pessoas que resistiram para manter suas práticas e costumes que foram gestados a partir de um viver característico.<sup>69</sup>

Pelas obras mencionadas, além de muitas outras aqui não citadas, é perceptível o aumento, nas últimas três décadas, de trabalhos voltados para o Mato Grosso nos séculos XVIII e XIX. Porém, o estudo de livres pobres ainda é pouco explorado na historiografia regional, e procurando contribuir na discussão sobre a mesma é que se pode enfatizar a importância deste trabalho. De maneira geral, procuro entender alguns dos atores sociais que estiveram presentes nos ambientes rurais da província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX, suas condições de vida, trabalho e participação na dinâmica interna. Dentre outras categorias identificadas nos ambientes rurais, estudei os camaradas, mas isso não isenta a menção de outros personagens que também faziam parte daquele contexto.

## 2.2 – Ser Camarada

Os estratos da população livre do Mato Grosso, na primeira metade do século XIX, eram compostos, basicamente, por: 1) uma pequena elite local, mas poderosa em relação às demais parcelas da população, composta por proprietários de terras e escravos, comerciantes de grandes cabedais, importadores e exportadores, altos funcionários públicos e/ou de altas patentes militares, alguns desses dois últimos poderiam, também, ser grandes comerciantes ou proprietários de terras e escravos; 2) Abaixo dessa elite estava a camada média da população, formada por médicos, poucos engenheiros, oficiais militares, advogados, promotores, chefes de polícia, magistrados e membros da Igreja; 3) Logo em seguida, na escala mais baixa, estava uma camada da população, conhecida pela historiografia como livres e pobres. Além das camadas livres, existia a da população escrava, já que se tratava de uma sociedade escravista, e que a presença e participação de cativos era uma realidade.

Dentre a camada livre e pobre, a documentação nos revela a presença dos camaradas. Bastante mencionado em diversas situações relacionadas aos ambientes urbanos e rurais, sua presença se dava em atividades ligadas à extração, lavoura, criação de gado vacum e cavalar, nos transportes fluvial e terrestre, dentre outras.

---

<sup>69</sup> WOJCIECHOWSKI, E., *“Sem lei nem rei”*: debochados, vadios e perniciosos. Os soldados militares na Província de Mato Grosso, 1850 a 1864.

A presença de camaradas na região mais central da América do Sul pode ser buscada ainda nas primeiras décadas do século XVIII. Para o ano de 1721, José Barbosa de Sá narrou a chegada de vários paulistas às minas do Cuiabá, dentre eles, “o capitão José de Sá Arruda, com perda de muita escravatura e camaradas”.<sup>70</sup> Nos Anais de Vila Bela da Santíssima Trindade<sup>71</sup> e da Câmara do Senado do Cuiabá,<sup>72</sup> existem referências a camaradas nas explorações pelo território, na fundação de povoados, nas bandeiras contra os indígenas, no policiamento e defesa de comboios terrestres, fluviais, de propriedades rurais e nas investidas das minas de ouro. Quanto a estas últimas, está aquela que ocorreu no ano de 1745, em que “tinha Antônio de Almeida Falcão mandado um filho seu, com o padre Leme e outros camaradas, a cercar os sertões da parte do oriente, a fim somente de descobrir ouro”.<sup>73</sup>

A origem da presença de camaradas e demais livres e pobres na região pode ser buscada nas expedições que partiam de São Paulo organizadas para prear índios, e também, posteriormente com a descoberta de ouro, nas monções organizadas para explorar os veios auríferos, e no comércio e transporte que ligava Ararituaba (Porto Feliz) a Cuiabá e vice-versa. Além desses, podemos acrescentar todos os tipos de pessoas, com as mais diferentes ocupações que, sabendo das minas de ouro, se direcionaram para as mesmas em busca do metal precioso. Vale lembrar que o paulista Fernando Dias Falcão organizou à sua custa uma monção que, em 1719, “seguia com destino ao rio Coxipó, conduzindo os elementos indispensáveis à exploração das riquezas encontradas. Levava ferreiros, carpinteiros, alfaiates, e tudo quanto parecesse necessário ao aumento do arraial”.<sup>74</sup>

Além de mineiros, comerciantes, trabalhadores de ofício etc. vieram também livres e pobres que se empregavam nas monções, seja como pilotos, remeiros, proeiros, guias etc.

Atrelado àquelas pessoas, é possível mencionar o escravo negro e o índio que foram utilizados em diversas atividades ligadas ou não à mineração. Desse conjunto formado por diferentes grupos humanos, configurou-se uma sociedade heterogênea, híbrida, onde a mestiçagem foi uma realidade.<sup>75</sup>

Trabalhadores de ofício, monçoeiros, militares, libertos, indígenas e todo tipo de pessoas que se direcionaram e se estabeleceram na região, inicialmente atraídas pelo ouro e

---

<sup>70</sup> SÁ, J. B., *Relação das povoações do Cuyabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos*, p. 9.

<sup>71</sup> ANAIS DE VILA BELA – 1734-1789.

<sup>72</sup> ANNAES DO SENNADO DA CAMARA DO CUYABÁ – 1719-1830.

<sup>73</sup> ANAIS DE VILA BELA – 1734-1789, p. 47.

<sup>74</sup> HOLANDA, S. B., *Monções*, p. 45.

<sup>75</sup> Ver: SILVA, J. V., *Mistura de cores*.

depois empregadas em atividades ligadas a ambientes urbanos e rurais que se formaram na capitania e depois província de Mato Grosso, são os personagens que deram início à formação de um grupo complexo de homens e mulheres que não eram senhores nem escravos, mas que estavam na condição de livres e pobres. É nesse grupo que podemos buscar a origem dos camaradas, ou seja, homens livres que firmavam acordo com outra pessoa (patrão/patroa) para prestar determinados serviços, recebendo em troca um pagamento pelas tarefas realizadas.

Contudo, o que era ser camarada em Mato Grosso da primeira metade do século XIX? Quais atividades desenvolviam? Quais aspectos de vida e trabalho? À medida que a análise da documentação foi iniciada, constatei considerável número de informações referentes a essa categoria social. É dela que tratarei neste capítulo, em especial daqueles camaradas que realizavam atividades em ambientes rurais.

Segundo o *Vocabulário portuguez e latino* de Raphael Bluteau (1712-1728), a palavra camarada ou camarãda “deriva-se de camara, ou de cama, e vale o mesmo que companheiro de casa, e mesa; e é particular usado entre gente de guerra, e soldados, alistados na mesma companhia, ou que vivem no campo, ou arraial debaixo da mesma tenda; companhia; gente da mesma facção”.<sup>76</sup>

A expressão camarada era usada nos ambientes militares para tratamento a companheiros de serviço, como foi ressaltado acima. Por Exemplo, em 1823 foi realizado no Presídio de Miranda um Auto de Devassa para apurar os fatos tramados por alguns soldados que pretendiam tomar o Parque das Armas, o Paiol de Pólvora e prender o comandante. As testemunhas, ao deporem, utilizaram o termo camarada para se referirem a outros companheiros pertencentes ao corpo militar.<sup>77</sup> Com mesmo sentido, foi usada por José Pinto de Figueiredo, 19 anos, solteiro, natural da província de Mato Grosso, morador da cidade de Cuiabá, que assim como seu camarada Joaquim José da Silva, vivia “de seus soldos, como Guarda Municipal”. Ambos estavam fazendo ronda policial na cidade onde residiam, quando avistaram um tumulto de pessoas, de onde fugia um homem que estava sendo acusado de roubo. Ao perceberem algo de errado, correram pra prender o indivíduo. Ao descrever a ação policial, ambos utilizaram a palavra camarada para se referirem a si e a outros colegas de serviço que faziam parte da mesma patrulha.<sup>78</sup> Nesse contexto, vale considerar que o termo era usado entre os militares para denominarem seus companheiros de serviço.

---

<sup>76</sup> BLUTEAU, R., *Vocabulário portuguez e latino* – (1712-1728). Significado semelhante pode ser encontrado em dicionários publicados no século XIX, ver: *Novo Diccionario da Língua Portugueza* – 1806; SILVA, A. de M., *Diccionario da língua portugueza* – 1813.

<sup>77</sup> *Processo 104* – 1823, APMT.

<sup>78</sup> *Processo 133* – 1835, APMT.



A palavra camarada servia também para designar a ocupação de determinadas pessoas pertencentes à sociedade brasileira do século XIX, e no caso do presente estudo, da capitania/província de Mato Grosso para a primeira metade do mesmo século.

Francis Castelnau<sup>79</sup>, em viagem à província de Mato Grosso, ao percorrer Vila Maria em 1845, descreveu a exploração da ipecacuanha, fez a seguinte menção:

Além das pessoas necessárias à navegação, as canoas dos poaieiros levam certo número de indivíduos, contratados à razão de 6 a 7 mil réis por mês, com direito à comida; são os chamados camaradas, nome que no interior se dá a todos os assalariados.<sup>80</sup>

Conforme as observações do viajante, camarada eram os trabalhadores contratados que recebiam em troca salários e alimentação pelos serviços prestados. Em outras partes dos relatos de Castelnau aparecem vestígios de que camaradas eram homens que recebiam um soldo por serviços prestados na navegação, no transporte terrestre e na extração da poaia, e que poderiam desenvolver diversas atividades. Da mesma forma, o viajante Bartolomé Bossi,<sup>81</sup> quando percorreu a região da vila do Diamantino, mencionou que na expedição pelo rio Arinos contratou dois práticos e “doze remadores a que dão o nome de camaradas”.<sup>82</sup>

Hercules Florence<sup>83</sup> chamou de camaradas os trabalhadores contratados em Porto Feliz para a navegação até Cuiabá. Em alguns trechos do relato, o viajante os descreveu como sendo remeiros, em outras, mencionou apenas como camaradas. As menções a essa categoria apareceram esparsamente, relacionadas a trabalhos surgidos em atividade da navegação

---

<sup>79</sup> Francis de La Porte, conde de Castelnau, foi chefe de uma expedição no Brasil enviada pelo governo francês, em 1843. Resolvidos a cruzar a América do Sul, percorreram as províncias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, chegaram à Bolívia, Peru, e depois o Amazonas até o Pará, no Brasil. A descrição dessa expedição científica está presente no diário de viagem do Conde de Castelnau que, além de estudos botânicos, geológicos, zoológicos, meteorológicos, existem observações sobre costumes dos habitantes das mencionadas regiões. CASTELNAU, F., *Expedições às regiões centrais da América do Sul*.

<sup>80</sup> CASTELNAU, F., *Expedições às regiões centrais da América do Sul*, p. 422. [grifos meus]

<sup>81</sup> Genovês, nascido por volta de 1819, Bartolomé Bossi morava desde jovem em Buenos Aires. Em 1862 partiu de Montevideu comandando uma expedição ao interior de Mato Grosso, que tinha por intuito dedicar as observações ao barão de Mauá e fazer um levantamento para elaborar um mapa da região, onde permaneceu até 1863. Seu diário de viagem contém descrições geográfica, física, mineralógica além de etnográfica. BOSSI, B., *Viagem pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e o Arinos, tributário do grande Amazonas*, p. 9-12.

<sup>82</sup> BOSSI, B., *Viagem pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço, Cuiabá e o Arinos, tributário do grande Amazonas*, p. 84.

<sup>83</sup> O francês Antoine Hercules Romuald Florence chegou ao Brasil em 1824. No ano seguinte foi contratado pelo cônsul da Rússia no Brasil, barão de Langsdorff, como desenhista de uma expedição científica pelas províncias de São Paulo, Mato Grosso e Pará. Seu relato de viagem contém as descrições da expedição, bem como desenhos de índios, monções, vegetação, vilas etc. FLORENCE, H., *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, p. 11-32.

fluvial como abicamento de canoa, passagem por cachoeiras, descrições do percurso e histórias de viagens anteriores que eram contadas pelos membros da tripulação.<sup>84</sup>

Na viagem em direção à vila do Diamantino, em maio de 1827, Georg Heinrich von Langsdorff,<sup>85</sup> em seu diário, menciona o termo camarada para se referir a um homem contratado para as funções de tocador de tropa.

No dia 14, de manhã, os animais estavam reunidos e tudo pronto para a viagem. Um tocador (camarada), alegando estar doente, não quis mais nos acompanhar. Com isso, tivemos que alugar um outro às pressas, por 24 oitava (=28.800 réis), ida e volta. Felizmente encontramos um.<sup>86</sup>

Chamado por camarada ou pela atividade que desenvolvia, fica evidente nos relatos de viajantes que camarada era ser trabalhador contratado para desenvolver determinadas atividades e recebia certa remuneração pela realização das mesmas.

Nos processos crimes e cíveis referentes à província de Mato Grosso entre os anos de 1822-1850, esses trabalhadores declararam nos seus depoimentos que tinham por ocupação “viver como camarada”. Como exemplo, Faustino de Sousa Braga, crioulo, natural da cidade de Mato Grosso, morador na cidade de Cuiabá, “de trinta anos mais ou menos”, testemunha de um homicídio, antes de ser interrogado sobre o que sabia do crime, declarou ser solteiro e que vivia “de ser camarada”,<sup>87</sup> ou seja, era um trabalhador livre que vendia sua força de trabalho em troca de um soldo.

Nos depoimentos, ao identificar o depoente, o Juiz perguntava local de origem, de morada, idade, e os meios pelos quais garantia o sustento. Camarada também era a ocupação de Paulo Pinto Guedes, empregado de Antônio Leite Moreira. Paulo foi assassinado por outros três camaradas, Antônio Corrêa, Marcelino Corrêa, e Manoel de Souza, na freguesia de São Luis de Vila Maria, distrito da vila de Poconé, da comarca de Cuiabá. Embriagados, os três camaradas acusados estavam “disputando com o falecido, e provocando-o no beco do quartel” e logo em seguida aconteceu o assassinato de Paulo Pinto Guedes, morto com uma porretada que lhe “partiu a cabeça”. Dois dos três acusados foram presos, o terceiro fugiu, e prestaram depoimento sobre o que havia ocorrido. No relatar dos fatos, Antônio Corrêa,

---

<sup>84</sup> FLORENCE, H., *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*.

<sup>85</sup> Médico e explorador alemão, Langsdorff foi nomeado cônsul-geral da Rússia no Rio de Janeiro por Alexandre I. Em 1825, chefiou a expedição científica a mando do Império Russo ao interior do Brasil, na qual Hercules Florence participou como segundo desenhista. FLORENCE, H., *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, p. 17-18.

<sup>86</sup> LANGSDORFF, G. H. von., *Os Diários de Langsdorff*, p. 95.

<sup>87</sup> *Processo 124 – 1832*, APMT.

natural do Distrito de Vila Maria e que nele residia desde o seu nascimento, declarou “que vivia de ajuste para prestar seus serviços, e que esta era a sua profissão” e que dera a facada na vítima e “que o fato que tinha alegar em sua defesa era o estado de embriaguês, em que se achava”. Perguntado sobre o mesmo homicídio, o outro réu, Manoel de Souza, natural do distrito de Vila Maria, declarou que vivia “de ajustes e esta [era] a sua profissão”, e “que pelo estado da embriaguês em que se achava, não sabe se fizera algum mal ao paciente [vítima]”. No mesmo processo, uma das testemunhas era Reginaldo Xavier, pardo, solteiro, de 22 anos de idade, natural do Baixo Paraguai, morador do Distrito onde aconteceu o crime, declarou “que viv[ia] de seus ajustes de camarada” e “que sabia por ver e presenciar que Antônio Corrêa e Manoel de Souza e Marcelino Corrêa eram os que tinham matado Paulo Pinto Guedes” porque foram insultar a vítima na casa da mesma.<sup>88</sup>

Em 22 de outubro de 1838, Manoel Gomes da Silva Marques seguia no transporte de mercadorias pela estrada que ligava a cidade de Cuiabá ao Distrito de Serra Acima. Juntamente estavam seu camarada Alexandre Pedro e seu escravo, o preto Africano de nome José. Durante o trajeto, Manoel Gomes empreendeu alguns castigos ao escravo por este prestar o serviço de arrumar as cargas na besta com má vontade.

Em resposta ao castigo, o escravo lhe deu uma facada no braço esquerdo, uma na coxa esquerda e outra nas costas, levando seu dono a óbito. As pessoas que prestaram socorro à vítima, Manoel Gomes da Silva, foram chamadas para depor, dentre as testemunhas estava o camarada, o único que vira o acontecido. Antes de relatar o que sabia do assassinato, Alexandre Pedro, de quarenta anos de idade, solteiro, natural da província de Mato Grosso, declarou “que vive de ajuste como camarada”. Quando o juiz interrogou o escravo (réu), perguntou se conhecia as pessoas que prestaram depoimento contra ele, e o tempo que as conhecia, respondeu que das testemunhas que juraram só conhecia Alexandre Pedro, “desde que seu senhor o ajustara para camarada”. Pelos exemplos citados acima, e pela fala do escravo, camarada era um trabalhador contratado por ajuste.<sup>89</sup>

O vocábulo *ajuste* no *Vocabulário portuguez e latino* significa convenção, pacto, concerto.<sup>90</sup> Portanto, viver de ajuste como camarada significava fazer um acordo, um trato, convenção, pacto com um contratante, ou seja, ajuste pode ser usado para definir uma combinação entre duas partes, em que serviços seriam prestados em troca de um soldo.

---

<sup>88</sup> *Processo 135 – 1836, APMT. (grifos meus)*

<sup>89</sup> *Processo 145 – 1838, APMT. (grifos meus)*

<sup>90</sup> BLUTEAU. R., *Vocabulário portuguez e latino – (1712-1728)*.

Pelas descrições apresentadas, podemos afirmar que camarada também era um termo usado para se referir a trabalhadores livres ou libertos que eram contratados para desenvolver uma determinada atividade. Os acordos de trabalho poderiam ser temporários ou não. E os trabalhadores assim definidos poderiam saber algum ofício específico, sendo contratados para tal, ou empregados para desenvolver atividades diversas.

Podemos supor que a utilização de um vocábulo português para definir aspectos de coleguismo, proximidade, reconhecimento e parceria, ganhou novo significado no Brasil nos séculos XVIII e XIX, para se referir a uma pessoa livre que vendia sua força de trabalho a quem dela necessitasse, justamente pelo fato de que o contratante, ao negociar com o contratado os serviços a serem prestados, estreitava-se certa aproximação entre ambos, às vezes no convívio diário, ou na proximidade das tarefas realizadas. Não precisava necessariamente morar sob o mesmo teto, mas o ajuste estabelecia algumas relações entre patrão e empregado, o que levou usualmente a utilização da palavra camarada para se referir a uma categoria de trabalhadores livres.

Os camaradas estavam presentes nos meios urbanos e rurais da capitania/província de Mato Grosso, no desenvolver de todo tipo de atividade. Poderiam ser encontrados também nas áreas de mineração, contratados por mineiros (as). Os camaradas nos ambientes urbanos poderiam ser vistos morando nos arredores das cidades, ou na casa de seus patrões. Em Cuiabá, por exemplo, eram contratados por famílias que poderiam ou não possuir escravos, para desenvolver diversos tipos de atividades como transporte de todo tipo de carga, serviços de pedreiro, ferreiro, marceneiros etc. As mulheres livres e pobres trabalhavam como lavadeiras, engomadeiras, costureiras etc.<sup>91</sup> Porém, a intenção aqui é apreender camaradas em atividades ligadas a ambientes rurais da capitania/província de Mato Grosso durante a primeira metade do século XIX, ou seja, em propriedades com lavoura, criação de gado, engenhos, fazendas, em atividades de extração, nas explorações pelo território, nas vias terrestres e fluviais etc.

### **2.3 – Camaradas – Acordos de trabalho**

Condutores de carga, vaqueiro, remador, trabalhador de lavoura, guia, ferreiro e carpinteiro eram ocupações presentes em ambientes rurais, e também desenvolvidas por

---

<sup>91</sup> Ver VOLPATO, L. R. R., *Cativos do sertão*.

camaradas. Estes eram homens<sup>92</sup> que firmavam ajustes temporários, o suficiente para percorrer os locais da capitania/província, ou poderia durar mais tempo, sendo que o serviço a ser realizado era que demandava o período do acordo de trabalho. Camaradas da navegação, por exemplo, contratados em Cuiabá para conduzir uma embarcação até São Paulo, tornavam-se camaradas de quem os contratasse durante o tempo da viagem, da mesma forma que um condutor de tropa por um período em que estivesse responsável por uma determinada carga. Além disso, o acordo poderia durar o tempo do cultivo de uma lavoura (preparação da terra, plantio, colheita e transporte) ou durar mais tempo, como por exemplo, camaradas que moravam por longos períodos na propriedade do patrão.

Numa sociedade em que nem todos eram alfabetizados, onde a educação formal estava restrita a uma minoria,<sup>93</sup> os acordos se davam oralmente ou por escrito. A palavra servia como validade das responsabilidades a serem cumpridas entre as partes, e também como garantia de que o tempo de conclusão, a forma de pagamento e a realização das tarefas seriam cumpridas. Mas, os acordos orais não eram regra, existiam aqueles que eram fechados por meio de contrato por escrito.

No decorrer do século XIX, nos discursos das elites e dos governantes do Império do Brasil, existia menção para reprimir a vadiagem, a indolência, a vagabundagem. Aquelas pessoas que não trabalhavam numa atividade regular e sistemática poderiam ser taxadas de vadias, preguiçosas e desordeiras. Era preciso criar mecanismos para inibir o viver daqueles (as) que fugiam a uma vida que não precisassem se sujeitar diretamente a um patrão/patroa ou trabalhar sistematicamente. É necessário não desconsiderar que o Brasil dos oitocentos era uma sociedade escravocrata, em que o negro era mão de obra utilizada tanto na produção exportável como em parcela da produção direcionada para o mercado interno. O trabalho regular, sistemático era identificado por parcela da população livre como trabalho cativo. Sendo assim, alguns dos indivíduos livres recusavam se submeterem ao trabalho regular.

Como exemplo da visão das elites em relação ao viver das pessoas comuns, apresento as observações de Joaquim Ferreira Moutinho,<sup>94</sup> que para justificar o “atraso” da agricultura e o elevado preço dos produtos em Mato Grosso, atribui suas causas à “preguiça e

---

<sup>92</sup> Na documentação cotejada não existe informação sobre camaradas do sexo feminino.

<sup>93</sup> É importante frisar que, em sua maioria, os camaradas e demais livres e pobres identificados nos processos cíveis e crimes não assinavam os depoimentos por não saberem ler e escrever, neste caso, eles (as) faziam o sinal da Cruz, ou era preciso que uma outra pessoa assinasse “a rogo”.

<sup>94</sup> Comerciante e membro da elite, Joaquim Ferreira Moutinho nasceu em Santo Ildefonso, freguesia portuguesa do Conselho do Porto – Portugal. Viveu 18 anos em Cuiabá (1846-1868). MOUTINHO, J. F., *Notícia sobre a província de Matto Grosso*, p. 5-6.

indolência” da maioria da população. O cronista relata que se o perguntasse qual a razão das causas do vultoso valor dos produtos agrícolas, a resposta seria a seguinte:

“a preguiça e a indolência responderão: – falta de braços! E se não dizem – falta de terras, é porque protestam contra 48 mil léguas quadradas, (segundo o compendio de Geografia de Thomaz Pompeu de Souza Brasil) de terras que ainda se acham no seu estado primitivo, isto é, em sertão bruto.

E se o Brasil banir a escravidão; se reconhecer que um homem não deve ser escravo de outro; se repelir, civilizado como é hoje, o comércio imoral da carne humana, perece de fome a província de Mato Grosso?

Há de perecer... O seu defeito principal é a preguiça, é a indolência [...].

A fome e a miséria são só devidas à preguiça do povo, que ali devia viver na abundância.

Qual o motivo porque uma mulher, que não tem o que comer no dia seguinte; que mora em um rancho de palha, que não possui mais que uma rede velha e rota, que verte a saúde por todos os poros – rejeita 30\$000 por mês para amamentar uma criança, recebendo além do salário um bom tratamento, ao passo que não tem pejo de estender a mão para implorar a caridade pública?

Qual o motivo porque uma rapariga que vive na prostituição rejeita 20\$000 mensais para a servir de criada grave, e prefere ao ganho certo da nudez e a fome, uma vez que tenha liberdade para viver na devassidão?

E homens robustos – que passam a vida em contínua bebedeira, deitados debaixo de míseras palhoças, acordando somente para comerem um pouco de mandioca, porque recusam 30\$000 por mês para servirem como criados ou camaradas?

Não será tudo isto negação completa ao trabalho, amor excessivo à preguiça?<sup>95</sup>

Para Moutinho, a causa dos problemas agrícolas na província de Mato Grosso estava relacionada à preguiça, à indolência da população, já que nem todos queriam trabalhar numa atividade que “garantiria” algum pecúlio. A população que o cronista se referia era a camada composta por pessoas pobres; o mesmo ressaltou que se a escravidão fosse abolida, a Província iria perecer de fome. Se um indivíduo que não estivesse submisso, ou empregado num trabalho regular, era considerado vadio e indolente. Era preciso mudar o viver de pessoas que produziam seus cotidianos numa lógica diferente daquela pensada pelas elites. Estas últimas estavam com olhares voltados para os países “civilizados” da Europa, em que já era comum o trabalho assalariado, sistemático, regular, apoiado nas bases do capital industrial.

Nesse sentido, para regularizar o trabalho no Império, foram criadas as leis de locação de serviço, legislação que se referia ao trabalho. O escravo, o trabalhador livre “nacional” e o imigrante estrangeiro eram tratados de forma diferente perante essa legislação.

---

<sup>95</sup> MOUTINHO, J. F., *Notícia sobre a província de Matto Grosso*, p. 31-33.

Isso fica evidente na Lei de 13 de setembro de 1830 que regulava os contratos de prestação de serviços de brasileiros e estrangeiros,<sup>96</sup> e na Lei de Nº.108 de 11 de outubro de 1837, que tratava especificamente dos contratos de prestação de serviços de estrangeiros.<sup>97</sup> Legislações sobre o trabalho e que compreende a temporalidade da presente pesquisa.<sup>98</sup>

Como mencionado anteriormente, os acordos de trabalho dos camaradas na região mais Central da América do Sul se davam de forma oral ou por escrito. Esta última ficou regulamentada pela lei de 13 de setembro de 1830. Foi a primeira legislação referente à locação e prestação de serviço do século XIX, elaborada para regulamentar o trabalho da população livre nacional. Ela possuía oito artigos que visavam estabelecer mecanismos para a questão do cumprimento dos contratos por tempo definido ou por empreitada, havendo adiantamento do pagamento no todo ou em parte da quantia contratada.

O contrato por escrito assegurava para aquele que contratasse os serviços (patrão), a transferência do contrato para outro, contanto que não piorasse a condição do contratado, nem que tivesse alguma proibição, no contrato, da transferência. Ficava proibido apartar-se do contrato enquanto uma das partes estivesse cumprindo a sua obrigação. Nessas condições, desfazer o contrato, ou seja, deixar de cumprir com o que estivesse estipulado, acarretaria o pagamento dos serviços prestados e mais a metade do preço combinado.<sup>99</sup> Se não ocorressem essas medidas, os problemas de acordo de trabalho seriam resolvidos perante um Juiz de Paz.

Art. 2, item III. Será compelido pelo Juiz de Paz, depois de ouvido verbalmente, a satisfação dos jornais, soldada, ou preço, e a todas as outras condições do contrato, sendo preso, se em dois dias depois da condenação não fizer efetivamente o pagamento ou não prestar caução suficiente.<sup>100</sup>

O trabalhador que quisesse se isentar em prestar os serviços – enquanto o contratante estivesse cumprindo a sua obrigação – teria que devolver os recebimentos adiantados, descontados os serviços prestados, e pagar a metade do resto que ganharia se

---

<sup>96</sup> A Lei de 13 de setembro de 1830 em seu Artigo de Nº. 7 definia que o contrato regulamentado por lei não poderia “celebrar-se, debaixo de qualquer pretexto que seja, com os africanos bárbaros, a exceção daqueles, que atualmente existem no Brasil”. BRAZIL, *Lei de 13 de setembro de 1830*, p. 33.

<sup>97</sup> A lei n.108 de 11 de outubro de 1837 tinha dezessete artigos e tratava especificamente dos contratos de prestação de serviços de estrangeiros. In: BRAZIL, *Lei n.108 – 11 de outubro de 1837. Sobre imigrante estrangeiro* ver, BEIGUELMAN, P., *Formação do povo no complexo cafeeiro.*; COSTA, E. V., *Da senzala à colônia.*; COSTA, E. V., *Da monarquia à república.*; MARTINS, J. de S., *O cativo da terra.*

<sup>98</sup> No século XIX também existia, para a segunda metade do século XIX, o Decreto de Nº. 2.827 publicado em 15 de março de 1879, lei que regulamentava o contrato de locação de serviços tanto ao trabalhador nacional quanto ao estrangeiro. Essa Lei não será discutida nesse trabalho por compreender um período posterior à temporalidade dessa pesquisa. In: BRAZIL, *Decreto Nº. 2827 – 15 de março de 1879.*

<sup>99</sup> BRAZIL. *Lei de 13 de setembro de 1830.*

<sup>100</sup> BRAZIL. *Lei de 13 de setembro de 1830.*

cumprisse o contrato por inteiro.<sup>101</sup> Caso não fizesse isso, o Juiz de Paz mandaria o trabalhador cumprir o seu dever, “castigando-o correcionalmente com prisão até indenizar a outra parte”.<sup>102</sup> O 5º artigo regulamentava que o prestador de serviços (trabalhador/contratado), “que se evadindo ao cumprimento do contrato, se ausentar do lugar, ser[ia] a ele reconduzido preso por deprecada<sup>103</sup> do Juiz de Paz, provando-se na presença deste o contrato, e a infração”.

De maneira geral, a lei de 1830 dava total garantia ao contratante (patrão) e poucas garantias aos prestadores de serviço (empregados), além de obrigar este último em cumprir o contrato sob pena de prisão. Nesse sentido, a lei procurava implantar a disciplina para o trabalho, que é o mesmo que obrigar um ou vários indivíduos a se enquadrarem num tipo de trabalho regular, em que serviços deveriam ser prestados mediante o que estava estipulado no contrato por escrito. A indisciplina no trabalho fazia parte dos discursos recorrentes no trâmite político do Império do Brasil, na primeira metade do século XIX. Quando cito os discursos das elites políticas, ele está sendo mencionado no sentido de que também eram as vozes dos patrões, das elites econômicas, já que políticos eram proprietários de terras, de lavoura, de criação, de escravos, eram comerciantes, e que tinham camaradas e demais livres e pobres como empregados. Além disso, aqueles membros das elites que não ocupavam postos na política e na administração estavam ligados a políticos por amizade, compadrio, laços familiares etc.

Porém, mesmo após a legislação de 1830, muitos acordos de trabalho não eram feitos perante um contrato por escrito regulamentado pela justiça. Para alguns camaradas era preferível firmar acordos orais e/ou mesmo temporários, ao invés de ficarem submetidos a um contrato por escrito ou que demorassem muito tempo. Nem todos os camaradas identificados nas fontes foram ajustados por um contrato escrito, mas existiam aqueles que como Leonardo Baliza e Antônio Maciel de Almeida fecharam este último tipo de acordo.

---

<sup>101</sup> Art. 3. In: BRAZIL, *Lei de 13 de setembro de 1830*.

<sup>102</sup> Art. 4. In: BRAZIL, *Lei de 13 de setembro de 1830*.

<sup>103</sup> Deprecada é a denominação que se dá à carta precatória. Esta é o expediente pelo qual o juiz se dirige ao titular de outra jurisdição que não a sua, de categoria igual ou superior a de que se reveste, para solicitar-lhe que seja feita determinada diligência que só pode ter lugar no território cuja jurisdição lhe está afeta. O juiz que expede a precatória é chamado de deprecante e o que recebe, deprecado. A precatória, ordinariamente, é expedida por carta, mas, quando a parte o preferir, por telegrama, radiograma, telefone e fax, ou em mão do procurador. *DEPRECADA*. Disponível em: <http://noticias.pgr.mpf.gov.br/servicos/glossario>. Acesso em 20/01/2010. A Lei de 13 de setembro de 1830 regulamentava que as deprecadas do Juiz de Paz seriam simples cartas, que tivesse a súplica e os motivos da prisão, “sem outra formalidade mais que a assinatura do Juiz de Paz e seu Escrivão”. Art. 6. In: BRAZIL, *Lei de 13 de setembro de 1830*.



No ano de 1840, os irmãos Leonardo Baliza e Antônio Maciel de Almeida, naturais da vila de Santarém, província do Pará, filhos de João Pedro e de Engenaura Maria vieram, em fins de março, para a província de Mato Grosso com o negociante da vila do Diamantino, Francisco Prudente de Almeida, contratados como camaradas. Chegados a Diamantino, foram suspeitos de fazerem parte dos “rebeldes” que atacaram a província do Pará. Para apurar os fatos, o Juiz de Paz de Nossa Senhora da Conceição do Alto Paraguai Diamantino, Tenente Ribeiro Dias, inquiriu os dois irmãos sobre os motivos de suas vindas para a província de Mato Grosso. Interrogados sobre em companhia de quem tinham ido para a Província, os irmãos responderam que foram com o negociante Francisco Prudente de Almeida, com quem ajustaram serviços, e ao mesmo tempo em que “mostr[aram] o papel do trato de letrado entre eles nos termos da lei”. Como o referido negociante estava presente, foi, em seguida, questionado se era verdade o que os irmãos declararam, e ele afirmou que:

sabe por ver que em fi[ns] de março deste ano [1840] estando ele testemunha principiando no seu regresso para esta Província [Mato Grosso] [...], na altura de mais ou menos no sertão do Pará abaixo do lugar onde se achava Barboza aí alcançou o dito Baliza e seu irmão Antônio Manoel de Almeida em uma montaria vindo remetido por José Feliciano a feitoria de suas canoas, e como ele testemunha estava com falta de gente aí ajustou em quatro de abril, como consta do papel de fato que apresentou neste ato conforme a Lei provincial a respeito.<sup>104</sup>

Além do contrato escrito, é possível apreender pelo trecho acima como se dava o acordo referente aos serviços de camarada. Na necessidade de pessoal para desenvolver determinadas atividades no percurso, o negociante combinou com os irmãos para irem à província de Mato Grosso. Ao mesmo tempo, é possível perceber o que um acordo de trabalho por escrito poderia significar naquele momento. O documento serviu como uma das provas apresentadas ao Juiz de Paz de que os camaradas eram trabalhadores, pessoas residentes na vila de Santarém no Pará e que tinham filiação, o que poderia contribuir para isentá-los da suspeita de serem “rebeldes”. No mesmo processo de interrogação, foram intimadas mais duas pessoas que confirmaram o local de residência e o nome dos pais dos dois camaradas.<sup>105</sup>

---

<sup>104</sup> *Processo 150 – 1840, APMT.*

<sup>105</sup> As duas pessoas interrogadas foram: Vitoriano Pereira de Campos, natural da cidade de Cuiabá, cinquenta anos de idade, casado e vivia “de suas agências”; e Antônio Pedro dos Santos, natural da vila de Santarém, província do Pará, solteiro, trinta anos de idade “mais ou menos”, residia na província de Mato Grosso onde era militar da Primeira Linha.

Naquele momento, primeiro semestre de 1840, a província do Pará ainda era palco de uma grande revolta conhecida pelo nome de Cabanagem (1835-1840), assim denominada porque nela participou a população pobre em diversos pontos da província, tanto nos ambientes urbanos quanto nos rurais, onde viviam em modestas cabanas. A situação política vivida no país após a abdicação do Imperador Dom Pedro I fez agravar disputas políticas que já eram presentes no momento da Independência, em 1822, e tiveram seus reflexos nas diversas províncias durante a regência. Além disso, o descontentamento popular em relação à miséria em que viviam, contribuiu para surgir em vários pontos do Brasil movimentos de revolta entre lideranças políticas com grande participação de livres pobres. A cabanagem enquadra-se no contexto das revoltas do período regencial. Conforme as afirmações de Marcello Otávio Basile, foi o mais notável movimento popular ocorrido durante o Império.

Foi o único em que as camadas de baixa condição social (índios, caboclos e negros) conseguiram ocupar o governo de toda uma província durante um período de tempo relativamente intenso (nove meses). Todavia, os *cabanos* não possuíam qualquer programa de governo que definisse seus objetivos, e nem apresentaram um conjunto sistemático de exigências. Em suas proclamações, transparece apenas o ódio a portugueses, estrangeiros e maçons, e a defesa da liberdade, da religião católica, do Pará e de Pedro II. Constituiu, assim, um movimento motivado pela insatisfação com as interferências do governo central, pela lusofobia exacerbada e pelo rancor contra os poderosos em geral, e impulsionado pela agitação sociopolítica da época e pelas liberdades que passaram a desfrutar as províncias.<sup>106</sup>

O receio dos Governos Imperial e provinciais de propagar as revoltas para outras regiões do país fez com que diversas medidas fossem adotadas. Dentre elas, a de interrogar qualquer suspeito de ser “rebelde” que viesse do Pará, como ocorreu entre os dois camaradas Leonardo Baliza e Antônio Maciel de Almeida, citados no processo acima. Além disso, o presidente da província de Mato Grosso Estevão Ribeiro de Resende<sup>107</sup>, em relatório apresentado à Assembléia Legislativa, afirmou que mandara reforçar a defesa para combater a entrada de rebeldes da província vizinha.

Continuando as forças da legalidade em suas operações contra os rebeldes recolhidos ao Baixo Amazonas, província do Grão Pará, tive certeza de que, havendo estes sofrido considerável derrota no ataque do ponto do Maranhão

---

<sup>106</sup> BASILE, M. O. C., *O Império Brasileiro: panorama político*, p. 232.

<sup>107</sup> Estevão Ribeiro de Resende, Marquês de Valença, foi presidente de província e advogado. Seu documento de nomeação para presidir Mato Grosso, por meio de Carta Imperial, é datado de 09/02/1838. A posse: 16/09/1838 e saída: 25/10/1840, no total sua administração durou dois anos, um mês e nove dias. In: SILVA, P. P. C., *Governantes de Mato Grosso*.

Grande, ao qual ainda ousados se arrojaram no ano próximo passado, acossados pela força, tiveram de passar-se para o rio Tapajoz, e por consequência a ocupar posições mais próximas da nossa província. Dei imediatamente séria atenção a esse movimento, e quando já me ocupava com providências, a bem da segurança do nosso território, e levando o destacamento da 1ª Linha estabelecido em vila do Diamantino ao maior número de praças, que era possível distrair das guarnições e rondas da fronteira, e recomendando às autoridades locais toda a vigilância, e mais severa polícia sobre o porto de embarque do rio Arinos, [...].<sup>108</sup>

As medidas tomadas pelo presidente em reforçar a fiscalização na fronteira entre Mato Grosso e Pará e controlar o porto do rio Arinos, onde se dava o fluxo de navegação comercial entre as duas províncias, demonstra o temor que tinha das revoltas populares. Além disso, o presidente Estevão Ribeiro de Rezende presenciou em sua administração resquícios de agitações civis e militares da rebelião conhecida pelo nome de Rusga, que ocorrera na cidade de Cuiabá e em diversos pontos da província no ano de 1834.<sup>109</sup> “Os momentos posteriores à Rusga foram delicados. De 1834 a 1850, os governos não eram considerados completamente estáveis, podendo irromper, a qualquer momento, algum movimento de contestação ao governante nomeado pela Coroa”, as contendas ocorriam entre o grupo do partido Conservador e Liberal.<sup>110</sup> Temendo, assim, o retorno de agitações que poderiam afetar a segurança e integridade da Província, Estevão Ribeiro de Resende não hesitou em tomar medidas para impedir a entrada de rebeldes no território de Mato Grosso.

Assim como ocorreu a participação de livres e pobres na Cabanagem, membros daquela camada social também estiveram presentes na Rusga. Dentre eles é possível apontar a presença de camaradas naquele movimento. A historiografia regional ainda carece de estudos sobre a participação de livres e pobres, assim como escravos, na Rusga e demais movimentos sociais que podem ter eclodido no período colonial e imperial. Sendo assim, são necessários estudos que tenham como foco de análise essas temáticas.

Retomando o caso dos camaradas vindos do Pará, os mesmos foram barrados e interrogados pelo controle criado para impedir a entrada de rebeldes. No processo analisado,

---

<sup>108</sup> *Discurso que recitou o presidente Estevão Ribeiro de Resende, presidente da província de Mato Grosso, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de março de 1840*, p. 3.

<sup>109</sup> Em 30 de maio de 1834 eclodiu uma Rebelião na província de Mato Grosso, conhecida pelo nome de Rusga e que resultou na tomada temporária do poder por parte dos nativistas locais e na desarticulação de tradicionais forças do controle político e econômico. Sobre esse acontecimento ver CORREA, V. B., *História e violência em Mato Grosso*.

<sup>110</sup> SENA, E. C., *Entre anarquizadores e pessoas de costumes - A dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870)*, p. 57. Sobre os conflitos e disputas políticas entre Estevão Ribeiro de Rezende e deputados da Assembléia Legislativa de Mato Grosso, bem como as disputas encetadas entre executivo e legislativo naquele momento (1835 e 1870) em Mato Grosso ver a obra de Ernesto Sena. Já sobre o contexto da política na Corte Imperial, no período pós-abdicação de Dom Pedro I, bem como a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial, ver: MATTOS, I. R., *O tempo Saquarema*.

não há menção se os irmãos foram presos, já que se tratava de uma investigação para apurar se eles eram ou não rebeldes.<sup>111</sup> A justificativa de vir trabalhar por ajustes com o negociante foi usada para reforçar que eram trabalhadores e não vadios, rebeldes, preguiçosos como as elites de então viam a população pobre naquele momento histórico.

A ideia de que o contrato por escrito pudesse prender o contratado ao contratante, restringindo assim sua liberdade, possivelmente causava entre alguns camaradas a repulsa em não querer assinar o contrato de trabalho. Para tentarem burlar a legislação ou o acordo informal, camaradas encontravam na fuga o meio para não cumprirem o acordo de trabalho. Essa foi a atitude de muitos camaradas contratados pelo Major do Exército, Luiz Soares Viegas, que realizaram uma viagem entre o Rio de Janeiro e a povoação de Miranda na província de Mato Grosso.

[2 de outubro de 1858] [...] No dia seis do próximo passado mês [6 de setembro], fugiu um camarada paisano, e a nove [dia nove] dois [camaradas]. Na madrugada de vinte e quatro para vinte e cinco, desertara oito soldados, inclusive o desertor do contingente de artilharia dos dois que foram capturados na Serra-Negra de nome José Pedro de Farias. Fiz partir em busca destes desertores duas escoltas que, demorando-se cinco dias, nada conseguiram. Um dos camaradas paisanos que seguira em uma destas escoltas na mesma noite em que elas se recolheram, ausentou-se levando mais dois, todos pilotos, subindo rio acima em um batelão do morador Peixoto.<sup>112</sup>

A fuga de camaradas também foi identificada em outras atividades como em propriedades rurais e de extração. Na abertura de estradas e demais explorações pelo sul da província de Mato Grosso, no ano de 1837, o fazendeiro Joaquim Francisco de Lopes argumentou que, para não perder a mão-de-obra do camarada Francisco Alves de Lima, empregado na expedição, moveu vários esforços para acomodar e dar assistência a ele, tendo em vista que o mencionado trabalhador já tinha feito vários ensaios para deixar o serviço.<sup>113</sup>

Escoltas eram enviadas para prender os camaradas fugitivos, e quando pegos, eram enquadrados nos artigos da Lei de 1830 mencionados anteriormente. A fuga também foi

---

<sup>111</sup> No mesmo discurso apresentado pelo presidente Estevão Ribeiro de Resende em 1840, existe referência de que estava preso na polícia de Diamantino um grupo de rebeldes encontrados dentro do território da Província e que permaneceriam naquela condição até as ordens do Governo Central. In: *Discurso que recitou o presidente Estevão Ribeiro de Resende, presidente da província de Mato Grosso, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de março de 1840*, p. 4. Segundo Marcello Otávio Basile, os últimos rebeldes da Cabanagem renderam-se em agosto de 1840, aproveitando o decreto da anistia geral no mesmo mês. BASILE, M. O. C., *O Império Brasileiro: panorama político*, p. 231.

<sup>112</sup> VIEGAS, L. S., *Itinerário da viagem da Corte à Vila de Miranda, província de Mato-Grosso – 1858-1859*, p. 475-476.

<sup>113</sup> LOPES, J. F., *Para reconhecer o sertão de Santana do Paranaíba, abrir um caminho daquela povoação até Miranda e introduzir melhoramentos no Picadão (do Tabuado até Piracicaba) – 1829 a 1839*, p. 55.

um mecanismo encontrado por outros livres e pobres para não realizarem a atividade de trabalho; essa foi atitude do arrieiro contratado por José de Miranda da Silva Reis e Joaquim da Gama Lobo d'Eça para a viagem que realizou entre Santos e Cuiabá. O arrieiro fugiu levando a quantia de 180\$000 réis que já havia recebido como adiantamento.<sup>114</sup>

É possível pensar em inúmeros motivos para argumentar a fuga de camaradas para não cumprirem um acordo de trabalho. Além daquela de não quererem trabalhar num serviço regular, em que ficariam presos a um patrão, pode ser relacionado, também, o receio que tinham das dificuldades que encontrariam na realização das jornadas de trabalho, este caso principalmente para camaradas da navegação, de condução de tropa, de extração e de atividades de exploração. Como será discutido no capítulo seguinte, os empecilhos nessas atividades eram muitos. É provável que alguns camaradas temessem os obstáculos que encontrariam na realização das mesmas. Assim, pode ser atribuída a repulsa daqueles que se recusavam ou desistiam de trabalhar na navegação, como também, em outras atividades, como por exemplo, a dificuldade de Joaquim Francisco Lopes e João Henrique Elliott em encontrar camaradas para trabalhar nas explorações que realizaram em 1847.

As fadigas, privações e perigos inseparáveis da vida do sertanista tinham intimidado de tal maneira a gente que nos havia acompanhado, que não foi possível arranjar camaradas suficientes para esta quinta entrada: com dificuldade achamos dois companheiros, e com esta pequena comitiva, constando de quatro pessoas, no dia 15 de Março saímos da campina do Inhohó, e entramos no sertão.<sup>115</sup>

Ter que ausentarem-se da família, amigos etc. poderia contribuir para desistência de camaradas nos acordos de trabalho, em que as dificuldades a serem enfrentadas poderiam interromper a vida daqueles homens livres que corriam o risco de morrerem antes de reencontrar os entes queridos. No capítulo seguinte, discutirei as dificuldades e a morte de camaradas na realização de atividades de trabalho.

A desistência pode ser também relacionada à simples vontade do camarada não querer continuar na realização de um serviço. Com o viver pautado em estilos em que o trabalho regular não lhes era característico, eles se recusavam a serem enquadrados num modo de vida que fugia à lógica que aprenderam no decorrer das suas vivências. A atividade

---

<sup>114</sup> REIS, J. M. S.; EÇA, J. G. L., *Itinerário da viagem terrestre da cidade de Santos, na província de S. Paulo, à Cuyabá, capital da província de Mato Grosso – 1857*, p. 328.

<sup>115</sup> *Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o Baixo Paraguai na província de Mato Grosso: feitas nos anos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descritas pelo Sr. João Henrique Elliott*, p. 159.

sistemática poderia inibir o ir e vir, os arranjos temporários, e a não necessidade de trabalhar regularmente de parcela dos homens livres e pobres. A perda desses elementos poderia servir de incentivo para que alguns camaradas decidissem afastar de uma atividade já iniciada ou, até mesmo, não aceitar um serviço que demorasse mais tempo para ser completado.

As fugas causavam prejuízos para os patrões que poderiam perder algum adiantamento dado aos camaradas, além de que a falta de um trabalhador prejudicava as expedições, comboios fluviais ou terrestres, e nos serviços de lavoura e de criação de animais, em que era preciso suprir sua falta por outra mão de obra.

O presidente de província José Antônio Pimenta Bueno,<sup>116</sup> em discurso recitado na Assembléia Legislativa Provincial, fez a seguinte ponderação em relação aos camaradas que desistiam da navegação entre as províncias de Mato Grosso e Pará.

Duas providências precisamos da Administração da Província do Pará: a 1ª é uma disposição Legislativa que puna os camaradas desertores da tripulação das canoas, que descem desta Província, e estabeleça polícia ativa a seu respeito, para que não abandonem os patrões; outra é a derrubada das árvores silvestres no lugar, ou várzea, denominada – Sayval.<sup>117</sup>

Anos antes do presidente de província citar a ocorrência de camaradas que desistiam dos acordos de trabalho na navegação entre Mato Grosso e o Pará, pelo rio Arinos, Miguel João de Castro e Antonio Thomé de França, responsáveis pela expedição para abrir aquela via de comunicação entre 1812 e 1813, já noticiavam, em seus relatos de viagem, a desistência de camaradas empregados na navegação. A falta daqueles indivíduos acarretava o enfraquecimento do contingente da frota, a diminuição do número de canoas, além de outros prejuízos ao contratante, como por exemplo, a perda de parte da carga que conduzia em algumas canoas, já que ficavam impossibilitadas de continuarem a viagem por falta de trabalhadores.<sup>118</sup> Ao se referir à mesma via de comunicação vinte e quatro anos depois, José Antônio Pimenta Bueno apontou que era preciso facilitar os contatos e viabilizar o comércio com o Pará. Para tal, propunha a criação de medidas repressivas para inibir as ações de

---

<sup>116</sup> Advogado, Marques de São Vicente, José Antônio Pimenta Bueno foi presidente da Província de Mato Grosso entre 23/08/1836 e 21/05/1837, nomeado por Carta Imperial de 05/11/1835. In: SILVA, P. P. C., *Governantes de Mato Grosso*.

<sup>117</sup> *DISCURSO recitado pelo Exm. Presidente da província de Matto Grosso, José Antônio Pimenta Bueno, na abertura da terceira sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em o dia 1º de março de 1837*, p. 15.

<sup>118</sup> CASTRO, M. J.; FRANÇA, A. T., *Abertura de comunicação commercial entre o Districto de Cuyabá e a cidade do Pará, por meio da navegação dos rios Arinos e Tapajós – 1812-1813*.

camaradas que desistiam das viagens na navegação que partia do porto próximo à vila do Diamantino até Santarém na Província vizinha.

O descontentamento de patrões com as fugas e o não cumprimento dos acordos de trabalho por parte dos camaradas era algo evidente. Para aqueles que expressaram por escrito suas raivas, demonstraram o modo como eles viam os camaradas, articulando sua visão estereotipada e de patronato com a atitude do empregado de não realizar o que havia combinado no ajuste de trabalho.

Estes camaradas paisanos é a gente pior que se pode considerar; inventam mil receios, já de serem recrutados, já de não serem pagos e, enfim, de tudo quanto lhes vem à cabeça, desgraçados dos que precisam de semelhante canalha. Tem pedido ajuste de contas, ao que não tenho anuído pela certeza, que tenho, de que depois de o conseguirem, se ausentarão deixando-me neste lugar sem poder seguir viagem.<sup>119</sup>

Essas observações de Luiz Soares Viegas, chefe de uma viagem fluvial realizada entre Rio de Janeiro e Miranda, foram escritas após ele noticiar que um camarada havia fugido num batelão que ele enviara no dia 30 de março de 1859 à fazenda de João Ferreira, situada no sul da província de Mato Grosso para buscar mantimentos. Essa passagem demonstra o olhar preconceituoso e revoltante de alguém que contratara os serviços de um camarada que não cumpriu com o acordo. A generalização feita pelo viajante transmite a impressão de que todos os homens livres que trabalhavam como camaradas era “gente pior que se pode considerar”, e que não cumpriam com os ajustes de trabalho. Nem todos os camaradas deixavam de realizar as atividades às quais se comprometiam desenvolver. Existiam aqueles que permaneciam na realização da tarefa e, quando a terminava, renovava o acordo com o mesmo patrão ou buscavam outros ajustes de trabalho.

A insatisfação não era somente por parte de patrões. Camaradas que sentiam prejudicados com atividades que extrapolavam a quantidade, o tempo ou a distância do que havia sido acordado, repassavam seus questionamentos ao contratante, ameaçavam não continuar a realização das tarefas se o acordo não fosse cumprido e/ou revisto, e reajustado o que havia sido combinado. Assim aconteceu com alguns dos camaradas que trabalhavam na viagem empreendida pelo mesmo viajante, Luiz Soares Viegas, que apresentou seu descontentamento sobre os camaradas citado logo acima.

---

<sup>119</sup> VIEGAS, L. S., *Itinerário da viagem da Corte à Vila de Miranda, província de Mato-Grosso – 1858-1859*, p. 522-523.

Hoje [11 de abril de 1859] choveu todo o dia e noite, continuando a molhar parte das cargas, pois quase todas as toldas estão em pedaços. Tratei de mandar conduzir as duas canoas, que ficaram nas – Sete-Voltas – mas os camaradas não se quiseram prestar a isso, dizendo que tinham concluído a viagem com nove meses, quando eu lhes disse que era de quatro, etc. Prometi-lhes gratificações, responderam que aceitariam se logo que aqui chegassem com as canoas os despedissem; não anui.<sup>120</sup>

Especificamente naquela viagem, fica evidente que o período de sua realização extrapolou o prazo que havia sido combinado. Talvez esse seja alguns dos elementos que contribuiu para que camaradas fugissem, ao perceberem que estavam sendo explorados. No dia seguinte, 12/04/1859, o viajante mencionou que os camaradas ainda insistiam em não realizar a tarefa, e ficava impossibilitado de recuperar as canoas, argumentando que: “se mandar soldados, temo algum sinistro”. Naquele comboio iam, além de artefatos militares e trabalhadores da navegação, homens livres que haviam sido recrutados e enviados para servirem como praças em Miranda.<sup>121</sup> Luiz Soares Viegas temia enviar soldados para efetivar o serviço, sendo que eles poderiam desertar-se e fugirem com a canoa. A repulsa de parte de camaradas e demais livres pobres perante o recrutamento será discutido em outra parte deste estudo. Por ora ressalto que camaradas, quando não contentes com aquilo que deveriam ser cumpridos por seus patrões, requisitavam seus direitos e se recusavam em não realizar os serviços.

O acordo escrito ou oral definia a(s) atividade(s), o período de sua realização e/ou a quantidade de serviços a serem prestados pelos camaradas, enquanto ao patrão ficava estipulado o valor a ser pago. A remuneração pelos serviços prestados era em dinheiro, e poderia ser complementado com fornecimento de alimentação, vestimenta e instrumentos de trabalho. Quanto ao pagamento, para cada atividade encontrei um valor diferenciado, como fica demonstrado na tabela seguinte:

---

<sup>120</sup> VIEGAS, L. S., *Itinerário da viagem da Corte à Vila de Miranda, província de Mato-Grosso – 1858-1859*, p. 528.

<sup>121</sup> A expedição partiu em 14 de julho de 1858 “com dezessete canoas a maioria grande, e quatro balsas, que são dois batelões unidos por traves, fornecidos todos estes vasos por setenta soldados e trinta camaradas inclusive alguns doentes, número muito insuficiente, e por isso, nesse mesmo dia, officiei ao Exm. Presidente de S. Paulo requisitando-lhe que mandasse uma força de vinte praças a alcançar-nos. [...] As canoas vão muito carregadas, levando, além das cargas, imensos sacos de farinha, feijão, muitos caixões de toucinho, de carne seca e de vaca, açúcar, café, barris de restillo etc.”. In: VIEGAS, L. S., *Itinerário da viagem da Corte à Vila de Miranda, província de Mato-Grosso – 1858-1859*, p. 462.



**Tabela 27 – Valores de pagamento a Camaradas**

Camarada da navegação		Camarada na condução de tropa		Camarada vaqueiro		Camarada na extração da ipecacuanha		Camarada sem serviço especificado/ atividade diversa	
Ano	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor	Ano	Valor
1826	20 francos mensais	1827	24 oitavas ou 28\$800 reis de ida e volta	1860	3\$000 a 5\$000 réis por mês	1845	6\$000 a 7\$000 réis por mês	1827	3 oitavas ou 3\$600 réis por mês
1830	6 a 7 vinténs [ou 4\$830 a 5\$635 réis*]	1860	160\$000 réis	.....	.....	.....	.....	1860	30\$000 réis
1845	100\$000 réis	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....
1858	100\$000 réis	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....
1859	2\$000 réis por dia [ou 60\$000 réis por mês]	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....	.....

\* Segundo as Observações de Joaquim Ferreira Moutinho: 2 vinténs é igual a 1\$610 réis.

Tabela elaborada a partir das informações encontradas nas seguintes fontes: LEVERGER, A., *Derrota de navegação interior: da Vila de Porto Feliz na Província de São Paulo à cidade de Cuiabá capital da província de Mato Grosso – 1830.*; VIEGAS, L. S., *Itinerário da viagem da Corte à Vila de Miranda, província de Mato-Grosso – 1858-1859.*; WAEHNELDT, R., *Exploração da província de Mato Grosso.*; MOUTINHO, J. F., *Notícia sobre a província de Matto Grosso.*; CASTELNAU, F. *Expedições às regiões centrais da América do Sul.*; FLORENCE, H., *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829.*; LANGSDORFF, G. H. von., *Os Diários de Langsdorff.*

Os valores apresentados acima calculados em francos, vinténs ou réis evidenciam a complexidade dos cálculos realizados para o pagamento de camaradas. Segundo Joaquim Ferreira Moutinho, essa era uma especificidade do modo como se contava o dinheiro no Mato Grosso do século XIX, e aponta que essa especificidade estava relacionada à existência do ouro em pó, que anteriormente foi utilizado para realizar os menores pagamentos. Segundo Moutinho, os cálculos eram os seguintes:

Conta-se até hoje o dinheiro por oitavas, valendo cada uma 1:200 rs. Na moeda de cobre, porém está todo o segredo da contagem, porque chamam a 40 réis = 1 vintém, a 1 vintém = dez réis, e a dez réis = 1 cinquinho.

Quase todo o cobre que existe na província é em moedas de dez réis, raríssimas hoje no resto do Império.

Uma pataca tem ali o mesmo valor de 320 réis, mas meia pataca [corresponde a] 300 réis. Um cruzado, sendo aberto é 750, e fechado é 480; um tostão é 200 réis, dois tostões são 400, mas dez tostões são um mil réis. Oitava e quarto, dois vinténs, dez réis e cinquinho são 1,610 réis.

O estrangeiro, habituado a contar de um modo muito diferente àquele, que ali se usa, luta ao princípio com muita dificuldade para compreender esse modo de contar, à que depois se acostuma.<sup>122</sup>

Para além das medidas de valores utilizadas na província de Mato Grosso, a tabela acima demonstra a variação dos valores de pagamento dados a camaradas. Essas diferenças podem ser percebidas entre as distintas ocupações em que eles eram contratados e até nos mesmos afazeres. Por exemplo, os camaradas da navegação contratados, em momentos

<sup>122</sup> MOUTINHO, J. F., *Notícia sobre a província de Matto Grosso*, p. 16.

diferentes, na mesma viagem comandada por Luiz Soares Viegas receberam diferentes valores. Os onze camaradas contratados em novembro de 1858 receberiam cada um 100\$000 réis pela viagem, enquanto que os dez camaradas contratados em abril do ano seguinte receberiam 2\$000 réis por dia. Talvez essa diferença estivesse relacionada com a distância e o tempo de trabalho dos camaradas que foram contratados em distintos momentos e lugares. Percurso mais longo possivelmente resultaria em pagamento maior aos camaradas da navegação. São necessários estudos voltados para as taxas de soldos pagos a trabalhadores livres, bem como as condicionantes da variação de valores para as diferentes atividades por eles realizadas.

Os valores de pagamento dados a camaradas variavam entre 3\$000 e 160\$000 réis. Nesse sentido, podemos supor que não existia um valor pré-determinado para o pagamento de camaradas, mas no geral, ele dificilmente ultrapassava os 300\$000 réis mensais. Lúcia Helena Gaeta Aleixo apresenta algumas taxas de salário pagas a camaradas e demais pessoas livres na província de Mato Grosso entre os anos de 1858 a 1886. Segundo os dados apresentados pela autora, o pagamento dos camaradas girava em torno de 15\$000 a 80\$000 réis.<sup>123</sup>

Essas diferenças numéricas podem ser vinculadas ao tipo, quantidade e tempo do serviço a ser desenvolvido. Ao fecharem acordos, os patrões estabeleciam as tarefas que o camarada deveria realizar e combinavam qual o valor que seria pago pelas mesmas. Esse pagamento poderia ser efetivado depois de uma viagem, no caso de condutores de tropa e daqueles que trabalhavam na navegação; após as etapas do cultivo de uma lavoura (plantio, colheita etc.); depois de um dia, uma semana ou um mês de trabalho etc. Além disso, existia a situação de camaradas que recebiam algum adiantamento pela atividade que ainda iriam desenvolver. Daí a angústia de alguns patrões, alvos da fuga de camaradas, perdiam não somente a mão de obra, como também certa quantia de dinheiro que já havia sido pago.

Além do salário e instrumentos de trabalho, os camaradas poderiam receber alimentação, vestuário, e para alguns casos, como aqueles que trabalhavam em propriedades de criação e de lavoura, receberiam um teto para morarem sob as dependências do patrão. As especificidades de cada uma das atividades desenvolvidas por camaradas serão discutidas no capítulo seguinte.

Na sociedade escravista da qual fazia parte a capitania/província de Mato Grosso no século XIX, as condições de trabalho de parcela da população livre e pobre nem sempre

---

<sup>123</sup> ALEIXO, L. H. G., *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*, p. 75.

eram estáveis. Os acordos poderiam ser temporários ou não e, quando surgidos, nem sempre estariam nos locais de origem dos indivíduos, o que obrigava o deslocamento para outras regiões do Brasil. Essa situação estava presente entre parcela dos camaradas, como homens livres seguiam para onde pudessem garantir meios para sobreviver.

Alguns camaradas viveram de forma que fugiam a normas de uma vida estável. Para parte deles, a estabilidade poderia deixá-los propensos ao recrutamento, a acordos de trabalho rígidos, a sistemas de endividamento etc. Além disso, os afazeres cotidianos possibilitavam, em alguns casos, que camaradas conciliassem o trabalho nas suas residências (lavoura, etc.), com as tarefas a serem realizadas nas propriedades do patrão.

Em contrapartida, existiam camaradas que percorriam diferentes espaços e permaneciam numa vida em constantes ou esporádicas mobilidades.

## 2.4 – Camaradas – Mobilidade espacial/recrutamento militar

*O camarada José, no entanto, trouxera para dentro [da casa do Pereira] todas as malas e canastras e sem cerimônia alguma intrometeu-se na conversação.*

*— Este Mochu [o viajante estrangeiro], disse, vem de muito longe só por causa destas histórias de barboletas, e com o negócio ganha coco grosso... Quanto a mim...*

*— Juque [o camarada], atalhou Meyer [o patrão] com fleuma, vai bota os animais no pasto.*

*— Não, disse Pereira, solte-os no terreiro até raiar o dia; roerão o que acharem; há por aí muito resto de milho nos sabugos...*

*— Pois é o que fiz, declarou o camarada; mas como lhes dizia, sou carioca do Rio de Janeiro, chamo-me José Pinho e venho de bem longe acompanhando este alamão, que é um homem muito de bem. (Alfredo d'Escragnolle Taunay)<sup>124</sup>*

No Processo de investigação referente aos irmãos Leonardo Baliza e Antônio Maciel de Almeida, que saíram da província do Pará para trabalhar como camaradas em Mato Grosso contratados por um negociante, foi possível perceber outra característica muito presente entre os camaradas, a mobilidade espacial. Ao afirmar a existência dessa mobilidade entre parcela daqueles homens que “viviam de ajustes” não estou generalizando que todos os camaradas identificados na documentação pesquisada não se fixavam na região, e que a população era flutuante e itinerante, pelo contrário, existiam aqueles que permaneciam nos

---

<sup>124</sup> TAUNAY, A. E., *Inocência*, p. 67.

ambientes urbanos ou rurais da capitania/província de Mato Grosso. Como foi o caso de Antônio Corrêa e Manoel de Souza, que eram naturais do Distrito de Vila Maria e que nele residiam desde os seus respectivos nascimentos,<sup>125</sup> e de Alexandre Pedro, que mencionou ser apenas natural da província de Mato Grosso e que ainda residia na mesma,<sup>126</sup> como foi mencionado anteriormente. Da mesma forma, existiam camaradas que se deslocavam no interior da própria capitania/província, como era a situação de Reginaldo Xavier, natural do Baixo Paraguai, mas que em 1836 estava morando no Distrito de Vila Maria,<sup>127</sup> e também dos camaradas Joaquim Leite, Luiz José da Costa e Antônio dos Santos, que eram naturais de Cuiabá, e que assim como o camarada Benedito, homem pardo de 30 anos de idade, que era natural de São Paulo, estavam trabalhando, em 1838, na freguesia de Nossa Senhora de Brotas, na província de Mato Grosso.<sup>128</sup>

Sendo assim, a mobilidade está sendo mencionada para demonstrar a liberdade que parcela da população livre pobre possuía, sendo ela um indicativo da condição de livre presente entre aqueles (as) que não eram senhores ou escravos. O deslocar de um lugar em busca de oportunidade de trabalho era comum entre aqueles que tinham sua força de trabalho, especializada em algum ofício ou não, para oferecer a quem dela precisasse.

Valderez Antônio Silva, ao consultar a documentação cartorial de Porto Feliz em São Paulo, conseguiu identificar 60 homens que declararam trabalhar na rota das monções nos primeiros anos do século XIX. Dentre as naturalidades informadas por aqueles homens, ele conseguiu constatar que apenas quatro eram provenientes de localidades não abrangidas pela calha média do Tietê ou de seus afluentes. Já as duas localidades de origem da maioria eram os pontos terminais daquela rota de navegação: Porto Feliz e Cuiabá. Sendo que 30 homens eram naturais de Porto Feliz, 12 de Cuiabá, 7 de Itu, 3 de Sorocaba, 2 de Parnaíba (Santana de Parnaíba), 2 de Piracicaba, 2 de São Paulo, 1 de Mogi Mirim e 1 de Viamão (RS).<sup>129</sup> Dentre os que eram provenientes de Cuiabá estava o camarada Constantino Pinto, caboré, de 20 anos de idade; Francisco de Paula, camarada, homem pardo, solteiro, de 20 anos de idade; os camaradas Francisco José de Freitas Lima, bastardo; e Francisco Nobre, branco, ambos com 18 anos de idade e solteiros; Joaquim de Melo, camarada, 20 anos, solteiro e bastardo,<sup>130</sup> que entre outros que trabalhavam na navegação, saíram de suas localidades de origem e estavam

---

<sup>125</sup> *Processo 135 – 1836, APMT.*

<sup>126</sup> *Processo 145 – 1838, APMT.*

<sup>127</sup> *Processo 135 – 1836, APMT.*

<sup>128</sup> *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas – 1838, APMT.*

<sup>129</sup> SILVA, V. A., *Os fantasmas do rio*, p. 33-34.

<sup>130</sup> Trabalhadores na navegação para Cuiabá, identificados nos autos de devassa do Cartório do 1º Ofício de Porto Feliz, nas décadas de 1800 e 1810. (Anexos) In: SILVA, V. A., *Os fantasmas do rio*, p. 121-123.

residindo ou situados em Porto Feliz. Esses exemplos servem para reforçar a idéia da mobilidade entre parcela da população livre, em especial de camaradas. No caso dos trabalhadores da navegação e da condução de tropa, a mobilidade também pode ser relacionada ao tipo de atividade que desempenhavam, ou seja, o deslocar possibilitava o ir e vir entre um lugar e outro, e até mesmo a mudança do local de moradia.

Pedro d'Alcantara, natural da cidade de Goiás, filho de José Alves da Silva e de Izabel Maria, tinha de dezenove para vinte anos de idade, solteiro, não sabia ler nem escrever, vivia como camarada, era desertor da Primeira Companhia de Caçadores do Corpo Fixo da província de Goiás. Partiu desta última para a província de Mato Grosso numa tropa em 2 de agosto de 1846 em companhia de mais três desertores chamados João Ferreira da Costa, Benedito da Trindade e Joaquim Luís. Questionado pelo Chefe de Polícia de Cuiabá sobre o destino dos demais desertores, respondeu que “seguiram para São Paulo como camaradas”.<sup>131</sup> Esse caso é mais um exemplo de mobilidade que existia entre parcela da população livre e pobre. Os quatro camaradas desertores do serviço militar em Goiás fugiram para a província de Mato Grosso, foram contratados em uma tropa que teve como destino Cuiabá. Ao chegar à cidade, três daqueles indivíduos seguiram para São Paulo como camaradas, percorrendo ao todo três províncias, conduzidos por oportunidades de trabalho e/ou para fugir do recrutamento.

Além disso, esses exemplos evidenciam a dinâmica existente na sociedade Imperial, em que existiam contatos entre as províncias. O deslocamento e a mobilidade de algumas pessoas contribuem para reforçar a idéia de não-isolamento da região.

Ao mesmo tempo, deve-se levar em conta a repulsa que parte da população livre tinha do serviço militar. Para a composição dos corpos militares era preciso recorrer ao alistamento forçado, já que a quantidade de voluntários era insignificante para as necessidades de defesa do território do país. Além disso, o Exército, durante todo o período imperial, serviu como espaço disciplinador. Seu efetivo era formado por todo tipo de homem livre pobre, criminosos ou qualquer outra pessoa que pudesse colocar “em risco” a ordem pública. Homens envolvidos em brigas, embriagados, e que não desenvolvessem atividades regulares e sistemáticas, considerados ociosos, corriam o risco de serem presos pela polícia e depois direcionados a quartéis da província para servir no Exército.<sup>132</sup> Segundo Hendrik Kraay, “a própria linguagem do recrutamento destacava sua natureza coercitiva: as autoridades falavam

---

<sup>131</sup> *Processo 179 – 1847, APMT.*

<sup>132</sup> SOUZA, A. B., *O Exército na consolidação do Império.*

da ‘apreensão’ e da ‘prisão’ dos que recrutavam”.<sup>133</sup> Na linguagem popular, a palavra recrutamento, muitas vezes, estava associada a uma ação forçada.

A Decisão Nº. 67 de 10 de Julho de 1822 definia o modo que deveria ser feito o recrutamento. Essa decisão, conhecida também como Instruções para o recrutamento, era composta de dezoito artigos, e vigorou no Império do Brasil até 1875, momento em que foi aprovada uma reforma nos procedimentos que instituiu o alistamento de corte universalizante, seguido de sorteio, como forma de selecionar os homens a serem recrutados.<sup>134</sup>

Uma das formas centrais do que prescrevia as Instruções de 1822 era fazer o recrutamento forçado. Estava propenso a esse tipo de recrutamento todo homem branco e pardo solteiro,<sup>135</sup> entre 18 e 35 anos de idade, que não gozasse nenhuma isenção legal, ou seja, se os homens entre essas faixas etárias estivessem empregados em alguma atividade considerada “útil”, ou se eram de utilidade a sua família. Por exemplo, as Instruções isentavam do recrutamento os homens casados, o irmão de órfão responsável pela subsistência deste, o filho único de lavrador, o filho único de viúva, carpinteiros, tropeiros, boiadeiros, pescadores, estudantes com atestado dos professores certificando sua aplicação, dentre outras pessoas consideradas úteis para o Império. Porém, as Instruções de 1822 limitavam essas isenções ao definir que não bastava que as pessoas exercessem essas ocupações, mas que também tivesse bom comportamento.<sup>136</sup>

Nesse sentido, o indivíduo poderia até estar empenhado em alguma atividade, mas se não comportasse conforme aos padrões pensados pelas autoridades e elites, poderia ser recrutado.

Estavam propensos a serem recrutados aqueles indivíduos que não se enquadravam nas condições descritas acima. Qualquer homem que não estivesse empenhado num trabalho regular deveria ser vigiado e, em alguns casos, punido. Essas medidas tentavam fazer com que aquelas pessoas que viviam numa lógica diferenciada, deveriam mudar o modo de vida, ou seja, teriam que servir como mão de obra para algum senhor seja no comércio, agricultura, pecuária ou demais atividades econômicas presentes na província de Mato Grosso, além de deixarem de agir como pessoas que “colocassem em risco” a “disciplina” e a

---

<sup>133</sup> KRAAY, H., *Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial*.

<sup>134</sup> BRAZIL. *Lei Nº. 2556* – 26 de setembro de 1874. Hendrik Kraay argumenta que a aprovação desta lei “em vez de marcar o êxito de uma longa campanha de reforma, ela tornou-se letra morta. Sem a capacidade de impô-la face à oposição dos diversos beneficiários do sistema de recrutamento em tempo de paz, o governo imperial pouco esforçou-se para mandar executá-la; durante os anos 1870 e 1880 o recrutamento forçado continuou sem mudanças significativas”. In: KRAAY, H., *Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial*.

<sup>135</sup> Segundo Hendrik Kraay, “a omissão de pretos livres seria logo retificada, mas, nos anos de 1820, o exército rejeitava negros devido à sua cor”. In: KRAAY, H., *Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial*.

<sup>136</sup> BRAZIL. *Decisão Nº. 67* – 10 de Julho de 1822.

“ordem” da localidade. Era necessário evitar o uso da aguardente, práticas de batuque ou outras manifestações como o siriri e o cururu,<sup>137</sup> jogos e festejos altas horas da noite. Situações estas que faziam parte do viver do livre e pobre, dentre eles os camaradas, na província de Mato Grosso na primeira metade do século XIX.

O recrutamento poderia ser realizado por meio de coerção física e como medida de disciplinarização. Os quartéis absorviam homens livres e pobres para que lhes fossem impostas novas posturas. Como afirma Eula Wojciechowski,

Uma das medidas de disciplinarização estendidas à província de Mato Grosso foi a de tentar preparar a população pobre, que devido a determinantes econômicos locais ainda convivia com a desnecessidade de hábitos rigorosos de trabalho, para as relações capitalistas. Nesse sentido, os quartéis absorveram os homens livres pobres para que lhes fossem ensinadas novas posturas frente à sociedade, principalmente sobre o trabalho.<sup>138</sup>

O homem livre pobre sem ocupação, ou que não estivesse ligado a um trabalho regular, além de ser classificado como vadio, ocioso, nocivo à sociedade, corria o risco de ser recrutado. Isso servia até mesmo para aqueles que possuíam um ofício/ocupação.<sup>139</sup> Mas o que é preciso ressaltar, é que o recrutamento era temido por parcela da população livre que, quando podia, fugia antes de ser recrutado, ou até mesmo quando já fazia parte das forças militares.

A repulsa ao recrutamento por parte de alguns militares é um dos elementos, que vinculado às péssimas condições em que viviam nos quartéis (falta de pagamento, alimentação e vestuário, por exemplo), contribuíram para o surgimento de contendas ocorridas em ambientes militares do Mato Grosso no século XIX, como a que ocorreu, por exemplo, em 1823 quando alguns soldados da Legião da 1ª Linha tentaram tomar o Parque das Armas, o Paiol de Pólvora e prender o Comandante do Presídio de Miranda, já citado neste trabalho.<sup>140</sup> Luiz D’Alincourt noticiava, no ano seguinte à mencionada revolta, que a guarnição do Presídio contava setenta indivíduos, incluindo o comandante, oficiais inferiores, soldados da legião de linha e pedestres, e que na maior parte do ano faltava-lhe “o

---

<sup>137</sup> O Siriri e o Cururu eram tipos de dança praticada pelas pessoas das classes mais baixas do território de Mato Grosso. Utilizavam da viola de cocho que, segundo Joaquim Moutinho, era uma “viola grosseira, do adufo e do tambor que é feito de um pedaço de pau oco, coberto com couro de boi afinado ao calor do fogo”. Ao som desse instrumento dançavam o Cururu, em que formavam uma roda composta de homens, “um dos quais tocava o afamado cocho, e volteando burlescamente, cantavam à porfia numa toada versos improvisados”. MOUTINHO, J. F., *Notícia sobre a província de Matto Grosso*, p. 18-19.

<sup>138</sup> WOJCIECHOWSKI, E., “*Sem lei nem rei*”: *debochados, vadios e perniciosos*, p 28.

<sup>139</sup> *Processo 167 – 1844*, APMT.

<sup>140</sup> *Processo 104 – 1823*, APMT.

municiamento da boca, exceto carne, e quanto a soldo, basta dizer que neste ano [1824], só lhe tem ido um mês de vencimento”<sup>141</sup>.

Dentro dos quartéis existiam casos de soldados que não se submetiam ao controle da hierarquia militar, já que insistiam em agir de acordo com suas vontades.

Insistiam em resolver seus problemas e produzir seu cotidiano como haviam aprendido no decorrer da sua existência. Resistiam a partir de suas convicções e modo de interpretar o contexto social. Se para os oficiais militares uma fuga temporária parecia um ato de insubordinação, para o soldado poderia parecer simplesmente o direito natural de ir e vir para onde quisesse e quando bem quisesse. Para o homem livre pobre, resistir era, entre outras coisas, não cooperar com a dominação social, nem sempre se opondo diretamente a ela, mas defendendo as suas visões de mundo, o que, conseqüentemente, acarretava prejuízo aos interesses da classe dominante.<sup>142</sup>

Fugidos dos quartéis, presídios e fortes, os militares buscavam refúgio em matas, quilombos, empregavam-se como camaradas em propriedades rurais, na extração da ipecacuanha ou até mesmo nos serviços de transportes. Eula Wojciechowski, por exemplo, argumenta a existência de casos de militares que se desertaram do serviço militar, e procuraram acordos de trabalho como camaradas em propriedades rurais em troca de sustento e abrigo para se refugiarem. Segundo a autora, a ilegalidade do desertor poderia levar a exploração do mesmo por um senhor que, sabendo da situação do ex-soldado, aproveitava da mesma, exigindo serviço em troca da alimentação e da proteção e/ou pagava remuneração menores a homens naquelas situações.<sup>143</sup>

Luiza Rios Ricci Volpato afirma que, devido à quantidade de soldados na capital da província, Cuiabá, era constante a presença de desertores, homens que não suportando a vida na caserna buscavam outros meios de vida, como por exemplo, assumir uma vida clandestina próximo às povoações, ou arranjavam acordos de trabalho como camarada, tentando disfarçar sua condição de desertor.<sup>144</sup> Fato semelhante em relação aos quatro ex-soldados do Corpo Fixo de Goiás que foram contratados como camaradas. Para aqueles que davam baixas ou se desertaram das forças militares, o trabalho como camarada era uma alternativa para prover o sustento. Ser camarada era uma maneira de livres pobres garantirem meios para sobreviver.

---

<sup>141</sup> ALINCOURT, L. D', *Resumo das explorações feitas pelo engenheiro Luiz D'Alincourt, desde o registro de Camapuã até a cidade de Cuyabá – 1824*, p. 341.

<sup>142</sup> WOJCIECHOWSKI, E., “*Sem lei nem rei*”: *debochados, vadios e perniciosos*, p. 64-65.

<sup>143</sup> WOJCIECHOWSKI, E., “*Sem lei nem rei*”: *debochados, vadios e perniciosos*, p. 66.

<sup>144</sup> VOLPATO, L. R. R., *Cativos do sertão*, p. 207.



Porém, o recrutamento poderia apresentar um papel ambivalente ao poder servir de refúgio para alguns camaradas que tentavam escapar dos trabalhos que mostravam uma outra realidade daquela prometida nos contratos de trabalho (oral ou escrito). Dentre as alternativas, é possível apontar a fuga para não cumprir o acordo de trabalho, como discutido anteriormente, e/ou o alistamento militar. No ano de 1850, o fazendeiro de gado e lavoura Joaquim José Gomes da Silva<sup>145</sup> denunciou o Capitão do Estado Maior de 1ª classe, José Joaquim de Carvalho, de abuso de poder na região do Baixo Paraguai (Coimbra, Albuquerque). Dentre os itens da denúncia, o acusa de alistar alguns de seus camaradas. Diante da denúncia, foi montado um processo de investigação para apurar os fatos, convocando o capitão para prestar esclarecimentos e testemunhas para depor. Em carta escrita pelo capitão José Joaquim de Carvalho, direcionada ao presidente da província, se posicionando em relação à denúncia, afirmou que:

Em princípio de janeiro último apresentaram-se no meu quartel os paisanos João Antonio Baptista e João Leite da Lus ambos oferecendo-se para a praça; mas informando-me de que eram camaradas de Joaquim José Gomes da Silva, a quem, por circunstâncias que omito, não queria dar-lhe o menor motivo de queixa, aconselhei-os a que continuassem no serviço do seu patrão, e retiraram-se.<sup>146</sup>

O capitão José Joaquim de Carvalho descreve que foi procurado pelos camaradas para que os recrutassem como praças. Pelo que deixa a entender o trecho acima da carta do comandante, os camaradas não queriam mais trabalhar para o seu patrão, não apresentando os motivos para tal pedido de alistamento. Entre os motivos, que por sinal não foram mencionados, podemos supor, dentre outros, que o trabalho forçado e a opressão vivida por aqueles camaradas contribuíram para que fossem procurar o alistamento militar, ou que eles estavam buscando o alistamento para fugirem do acordo de trabalho firmado com Joaquim José Gomes da Silva.

O uso do alistamento como mecanismo para não cumprir o acordo de trabalho por parte dos camaradas foi descrito por Joaquim Ferreira Moutinho na extração da poaia, da seguinte forma:

---

<sup>145</sup> Joaquim José Gomes da Silva, conhecido também como o Barão de Vila Maria, era filho de Joaquim José Gomes da Silva e de Rosa Thereza Inocência do Nascimento. Foi casado com sua prima de segundo grau, Maria da Glória Pereira Leite, filha do coronel João Pereira Leite, proprietário da Fazenda Jacobina. Joaquim Gomes da Silva morava ao sul de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, onde foi proprietário da Fazenda Firme. Foi também importante político, filiado ao Partido Conservador, e ocupou vários cargos de destaque na administração provincial em Mato Grosso. In: MESQUITA, J., *Genealogia Matogrossense*.

<sup>146</sup> *Processo 194 – 1850, APMT.*

O empreendedor que tenta este ramo de comércio, ajusta 10 ou 12 camaradas que, se bem que não peçam um salário exagerado, fazem contudo despesas e se tornam caríssimos, porque, quando se contratam, devem cada um 400\$009 a 500\$000, e o patrão, para tê-los ao seu serviço, é forçado a pagar ao credor; e essas quantias as mais da vezes se perdem, em razão de fugirem os camaradas quando vêem a sua dívida crescida, ou por assentarem praça no exército, causando assim graves prejuízos.<sup>147</sup>

A citação acima também serve para refletir sobre o sistema de endividamento a que trabalhadores livres poderiam ficar sujeitos ao controle de seus patrões, e reforçar a idéia de que, apesar de uma parcela dos homens livres tivesse repulsa ao recrutamento, refugiando antes mesmo de serem recrutados ou se desertando quando já faziam parte das forças militares, como foi o caso dos três soldados do Corpo de Ligeiros de Goiás que foram para a província de Mato Grosso, citado anteriormente, o recrutamento, em alguns casos, poderia ser uma alternativa para camaradas fugirem de dívidas, dos acordos de trabalho e/ou da opressão que sofriam junto a seus patrões. Tornar-se praça de uma força militar talvez fosse menos sofrível para alguns que continuar submissos a certas opressões existentes no cotidiano de trabalho.<sup>148</sup> Assim como para outros, seria melhor trabalhar como camarada em propriedades, correndo o risco até mesmo se tornarem reféns da condição de desertores e obrigados a trabalhos em troca de proteção, comida ou pagamentos menores como apontado por Eula Wojciechowski, do que permanecer na caserna.

Dependendo da influência política, econômica ou social do patrão, ele conseguia livrar seus empregados do recrutamento e dar-lhes proteção. Camaradas que se enquadravam nessa situação acabavam por cair na rede de dependências do patrão, fazendo parte de sua clientela. Porém, é preciso considerar que

Se a proteção do recrutamento foi um indicador do *status* de honrado e um dos benefícios concedidos aos clientes fiéis, a ameaça do recrutamento caiu sobre os clientes indóceis. [...] Da mesma maneira que a elite local podia proteger seus clientes fiéis, podia também definir os infieis como vadios ou criminosos [...]. Em resumo, patronos e clientes estavam mutuamente comprometidos em relações recíprocas das quais não podiam facilmente quebrar as normas.<sup>149</sup>

As relações entre camaradas e patrões eram muitas. Quanto ao tempo, poderiam ser provisórias ou não; quanto às relações, poderiam ser de dependências pessoais ou não; quanto ao tipo, poderiam ser amistosas ou de conflitos. Neste último caso estavam os

---

<sup>147</sup> MOUTINHO, J. F., *Notícia sobre a província de Matto Grosso*, p. 28.

<sup>148</sup> VOLPATO, L. R. R. *Cativos do sertão*, p. 206.

<sup>149</sup> KRAAY, H., *Repensando o recrutamento militar no Brasil Imperial*.

camaradas que descumpriam um acordo de trabalho, que defendiam seus interesses ao se recusarem em trabalhar, de patrões que prendiam seus camaradas a partir da vigilância de capanga que inclusive poderiam ser outros camaradas de confiança, e de camaradas que matavam patrões ou vice-versa.<sup>150</sup>

A intenção aqui não é esgotar o assunto recrutamento, o que serve como temática para outras pesquisas. Mas, ressaltar que homens livres que trabalhavam como camaradas poderiam ser recrutados, ou seja, mesmo que tivessem uma ocupação, poderiam ser considerados pelas autoridades e membros das elites como vadios, preguiçosos, perturbadores da ordem pública, desocupados e que assim deveriam ser conduzidos aos quartéis da Província para serem reeducado dentro da “ordem” e da “disciplina”.

## **2.5 – Camaradas: índios, negros, brancos, mestiços e estrangeiros.**

Na população de Mato Grosso e dentre os camaradas para o período estudado, era visível a presença indígena. Para o século XVIII temos o estudo de Jovam Vilela da Silva que discute a política de povoamento e a composição da população da capitania de Mato Grosso. Conforme as observações do autor, os indígenas foram de fundamental importância para avolumar a população e utilizados no processo de povoação, já que alguns conglomerados humanos eram compostos em sua maioria por nativos. A presença indígena “na composição da população mato-grossense foi uma realidade”.<sup>151</sup>

[...] a maior parte dos lugares, arraiais, vilas, presídios e fortalezas possuiu um volume populacional nativo significativo. Além disso, as missões e aldeias que foram criadas para acolher e desenvolver a política portuguesa populacional com o descimento de diversas nações nativas. Nesse conjunto é necessário ainda acrescentar aqueles nativos tidos por administrados, que estavam nas mãos de particulares, produtos das guerras justas.<sup>152</sup>

Sendo assim, desde os setecentos foi significativa a participação indígena na configuração populacional da região.

---

<sup>150</sup> Oswaldo Machado Filho cita o caso de um homem chamado Firmiano Firmino Ferreira Cândido que foi assassinado, na década de 1870, por seus escravos e camaradas de sua fazenda na Baía do Chané, na região de Corumbá. In: MACHADO FILHO, O., *Ilegalismos e jogos de poder*, p. 87.

<sup>151</sup> SILVA, J. V., *Mistura de cores*, p. 164.

<sup>152</sup> SILVA, J. V., *Mistura de cores*, p. 310.

Era comum a presença de índios Guaná em Cuiabá desenvolvendo atividades onde recebiam em troca certa quantia em dinheiro. Francis Castelnau, em 1845, numa expedição pelos rios Cuiabá e São Lourenço descreveu que contratou “para remadores uns doze índios Guaná; mas, na hora de partida, percebeu que todos eles haviam desertado.”<sup>153</sup> Os Guaná eram contratados na navegação, e assim como demais camaradas, também tinham liberdade de decisão, já que desertavam do serviço. Castelnau ainda menciona que as causas da deserção foram decorrentes da quantidade de mosquitos que atacavam os viajantes, afirma que os Guaná tinham temor àqueles insetos.<sup>154</sup> O intuito aqui não é discutir as causas da deserção, mas entender que camarada também poderia ser um índio, que, no convívio com o colonizador, empregava-se em atividades assalariadas. Na região de Albuquerque era possível perceber indígenas em fazendas de gado e lavoura trabalhando como camaradas.<sup>155</sup>

Da mesma forma, índios Guaná trabalhavam tanto em propriedades rurais como na navegação. Em 1846, Augusto Leverger informou que:

A aldeia da tribo Guaná está em menos de uma milha de distância da freguesia [de Albuquerque]; tem atualmente pouca gente; grande porção dos seus habitantes veio formar outra aldeia nas margens do Cuiabá perto da cidade.

Os índios desta nação costumam ajustarem-se como jornaleiros; existem em grande número, espalhados pela cidade de Cuiabá, e pelos sítios do seu distrito. São também eles que tripulam boa parte das canoas, que se empregam na navegação da província, no interior dela e para S. Paulo.<sup>156</sup>

A presença dos Guaná na província de Mato Grosso foi estudada por Verone Cristina Silva, que discute a localização daquele grupo, primeiramente na região de Albuquerque, e depois em Cuiabá, como apontado por Augusto Leverger. Os Guaná que habitavam as margens do rio Paraguai foram reunidos em 1819 na Missão de Nossa Senhora da Misericórdia. Nesse mesmo período, já era visível sua participação na sociedade cuiabana no comércio, na agricultura, na confecção de produtos artesanais e na prestação de serviços. Entre os anos de 1843 e 1844, a maioria dos Guaná de Albuquerque migrou para Cuiabá e ali se fixaram à margem direita do rio Cuiabá, em frente ao Porto Geral.<sup>157</sup> Nesse sentido, os

---

<sup>153</sup> CASTELNAU, F., *Expedições às regiões centrais da América do Sul*, p. 355.

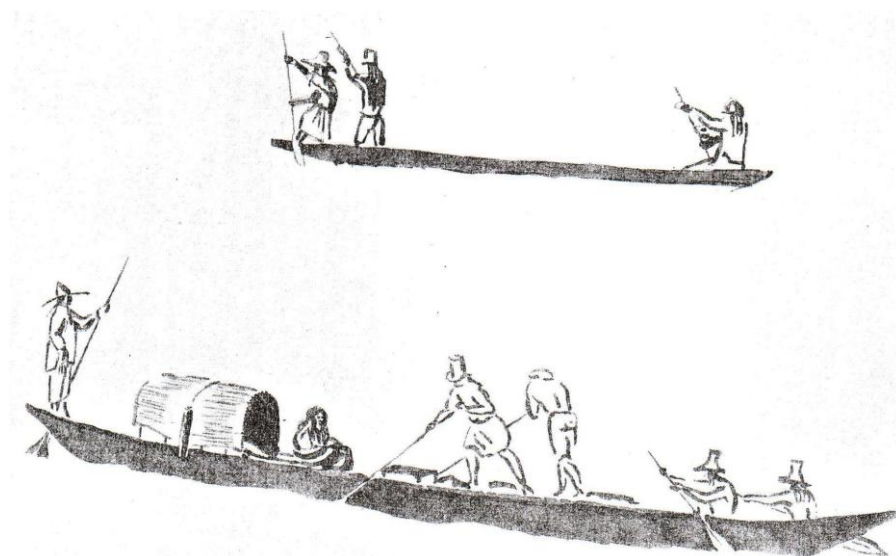
<sup>154</sup> CASTELNAU, F., *Expedições às regiões centrais da América do Sul*, p. 356.

<sup>155</sup> No processo de número 194 referente a investigações sobre a denúncia de abuso de poder feita por Joaquim José Gomes da Silva contra o Comandante do Baixo Paraguai, Capitão José Joaquim de Carvalho, este último foi intimado para dar esclarecimentos. E na carta com as respostas, afirma que recebeu o despacho de pedido de esclarecimentos entregue por um índio Quinquinau que trabalhava como camarada. In: *Processo 194 – 1850*, APMT.

<sup>156</sup> LEVERGER, A., *Roteiro da navegação do rio Paraguay desde a foz do S. Lourenço até o Paraná – 1846*, p. 222.

<sup>157</sup> SILVA, V. C., *Missão, aldeamento e cidade. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)*, p. 6.

Guaná estavam presentes na sociedade de Mato Grosso no século XIX, e nas fontes consultadas para esta pesquisa, foi possível perceber que alguns deles firmavam acordos de trabalho como camaradas.



**Figura 4 – Índios Guaná que iam a Cuiabá (Hercules Florence).** Fonte: FLORENCE, H., *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829*, p. 137.

Índios dos grupos Layana, Guaicuru e Guachim viviam, em 1847, como agregados ou camaradas nas fazendas vizinhas ao Presídio de Miranda.<sup>158</sup> Alguns bororo trabalhavam nas fazendas de gado próximas aos rios Jaurú e São Lourenço. Índios Mundurucu, Apiacá ou pertencentes a outros grupos, trabalhavam na navegação fluvial entre Mato Grosso e Pará tanto no percurso pelo rio Arinos,<sup>159</sup> como pelo Madeira, Mamoré e Guaporé.<sup>160</sup>

Os indígenas poderiam ser contratados como camaradas para trabalhar nos afazeres de remeiros, vaqueiros, lavradores, na extração de poaia, nos serviços de condução, na abertura de estradas, explorações pelo interior do território etc.

Índios que viviam aldeados, também eram contratados para realização de serviços para particulares ou em serviço público, e existia uma legislação específica dispendo a respeito da contratação de seus trabalhos. Na década de 1840, os contratos de serviços

---

<sup>158</sup> *Itinerario das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da vila de Antonina e o Baixo Paraguai na província de Mato Grosso: feitas nos anos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes, e descritas pelo Sr. João Henrique Elliott*, p. 172.

<sup>159</sup> CASTRO, M. J.; FRANÇA, A. T., *Abertura de comunicação commercial entre o Districto de Cuyabá e a cidade do Pará*, p. 137.

<sup>160</sup> COUTINHO, F. S., *Informação sobre o modo porque se effectua a navegação do Pará para Mato Grosso, e o que se pode estabelecer para maior vantagem do commércio e do Estado*, p. 47.

deveriam ser feitos por escrito, em que definia as atividades de trabalhos a serem realizadas, e para que ambos, locatário e locador, cumprissem os acordos de trabalho. Segundo Verone Cristina Silva, o Aviso de 02/09/1845 – *Sobre o Trabalho dos Índios em Casas de Particulares e Outras Providencias* – teve por intuito “prevenir a continuidade de muitos indígenas prestarem serviços a particulares sem perceber salários, e trabalhar como cativos”.<sup>161</sup> Contratante e contratado que não cumprissem com as atividades estabelecidas nos acordos seriam punidos. Sobre esse assunto a autora exemplifica um índio Caiapó que não cumpriu o Contrato de Prestação de Serviço, e foi forçado a trabalhar no Arsenal de Guerra em Cuiabá, com o objetivo de corrigir o ato de ociosidade do índio. É importante frisar que essas medidas faziam parte do controle e disciplinarização que o Governo tentava impor às populações indígenas naquele momento histórico.<sup>162</sup>

Essas leis regulamentavam o contrato de locação de índios “mansos” na província. Elas determinavam que os contratos fossem feitos por escrito perante o Juiz de Paz com assistência do Diretor Geral ou de Aldeias e, na falta destes, um curador nomeado por um juiz. Nos contratos de trabalho deveriam ser especificados os acordos entre as duas partes (contratantes e contratados), estipular a natureza dos serviços, o tempo para sua realização (não podendo exceder a um ano), o valor pago pelo mesmo e o tipo de pagamento. Em relação aos índios que seriam empregados na navegação, deveria ser regulamentado, o máximo da estadia no porto de destino, e o valor da diária a pagar, caso o contratante excedesse o tempo máximo no porto. Dentre outros itens, os locatários deveriam tratar bem os índios contratados, além de fornecer comida sólida e suficiente ao menos duas vezes por dia, e tratar de suas enfermidades.<sup>163</sup> Porém, os contratos de trabalho indígena não seguiram rigorosamente a legislação, e muitos acordos ainda ocorriam na informalidade.<sup>164</sup>

A ação do governo em regulamentar o contrato de trabalho dos índios foi apontada por Lúcia Helena Gaeta Aleixo como meio de disponibilizar aquela mão de obra para o trabalho assalariado, já que a província possuía considerável população indígena que acabava recebendo um salário mais baixo que os demais camaradas. Aleixo analisou as taxas de salário pagas na segunda metade do século XIX na extração da ipecacuanha, e constatou

---

<sup>161</sup> SILVA, V. C., *Missão, aldeamento e cidade. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)*, p. 68.

<sup>162</sup> Sobre aldeamentos, acordos de trabalho referente à utilização de mão de obra indígena, controle da população indígena e resistência dos Guaná a tais medidas, ver SILVA, V. C., *Missão, aldeamento e cidade. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)*.

<sup>163</sup> Extrato do Contrato de Locação de Serviço dos Índios Manso da província de Mato Grosso. Livro de Atos Legislativos Provinciais, 6 de junho de 1853. p. 94-95. Cuiabá, Arquivo de Mato Grosso (APMT) Apud ALEIXO, L. H. G., *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*, p. 109-110 (Anexos).

<sup>164</sup> SILVA, V. C., *Missão, aldeamento e cidade. Os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901)*, p. 72.

que os índios recebiam menos em relação aos demais camaradas empregados naquele serviço.<sup>165</sup>

Discriminado dentre os discriminados (demais livres pobres), os índios, ao receberem menores salários, tinham sua mão de obra desvalorizada. Expulsos de suas terras, os indígenas das diferentes etnias que habitavam a região foram dizimados, reduzidos em missões e explorados no decorrer de todo o processo de ocupação do território. Presentes na sociedade que se formou na região mais central da América do Sul, no convívio com o branco e o negro deram origem a mestiços provenientes do cruzamento entre ambos. A participação indígena foi importante na configuração sócio-cultural do Brasil. Segundo Maria Resende, na capitania de Minas Gerais era constante a presença de índios vivendo nas vilas e lugarejos, da mesma forma que a capitania era “um reservatório de mestiços de procedência indígena”.<sup>166</sup>

A mestiçagem estava presente entre os camaradas. Em alguns dos processos crimes consultados foram informadas as características físicas dos depoentes (réus, testemunhas, vítimas), sendo alguns dos camaradas descritos como crioulo<sup>167</sup> ou pardo<sup>168</sup>. No Mapa de População de 1838, da freguesia de Nossa Senhora das Brotas, Distrito de Cuiabá, foram levantados 26 homens que trabalhavam como camaradas, especificados com as seguintes denominações:

**Tabela 28 – Camaradas na Freguesia de Brotas (1838)**

Especificação	Pardo	Caboré	Crioulo	Branco	Não informado	Total
Camarada	15	6	3*	1	1	26

\* Um camarada incluído neste grupo foi descrito com a letra “C”, não especificando se era caboré ou crioulo, já que os dois tipos foram referidos em outras partes do documento com a mesma letra, porém, havia uma especificação anterior que dava a entender se eram caborés ou crioulos, enquanto que para o referido caso, não houve, o que dificultou a identificação do mesmo.

Fonte: *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, 1838*. Lata 1838. APMT.

Como fica evidente na tabela acima, a maioria dos camaradas relacionados, ao menos em Brotas, eram mestiços, o que não excluía a presença de brancos em tal atividade.

Segundo o *Vocabulário português e latino* de Raphael Bluteau, crioulo era escravo nascido na casa do seu senhor,<sup>169</sup> um descendente de negro africano nascido no Brasil. No *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, crioulo significa todo indivíduo negro; pode se referir tanto a um negro nascido na América, como aos nativos de determinada

<sup>165</sup> ALEIXO, L. H. G., *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*, p. 71-72.

<sup>166</sup> RESENDE, M. L. C., “*Brasis coloniales*”: *índios e mestiços nas Minas Gerais Setecentistas*, p. 227.

<sup>167</sup> *Processo 124 – 1832*, APMT.

<sup>168</sup> *Processo 135 – 1836*, APMT.; e *Processo 138 – 1837*, APMT.

<sup>169</sup> BLUTEAU, R., *Vocabulário português e latino – 1712-1728*.

região, ou ao escravo nascido na casa de seu senhor,<sup>170</sup> porém, no caso do camarada identificado no processo crime o termo crioulo foi usado para se referir à ancestralidade e à cor da pele do indivíduo, sendo filho de negro africano e com a tez escura, ou seja, era um livre ou liberto. Já no caso do pardo, conforme Bluteau, é uma “cor entre branco e preto, própria do pardal, donde lhe veio o nome [...]” e no caso do homem pardo, pede para ver o verbete mulato, que se referia à “filha e filho de branco e negra, ou de negro e de mulher branca. Esse nome mulato vem de Mú, ou mulo, animal gerado de dois outros de diferentes espécies”.<sup>171</sup> Para o caso da capitania de Mato Grosso, mulatos ou caborés eram designações sociais para se referirem aos cruzamentos de negros e índios. Nas Minas Gerais do século XVIII, pardo também foi usado para designar índios mestiços,<sup>172</sup> nesse sentido, o termo se referia a mestiços com a tez mais clara do que os negros e mais escuras que os brancos, podendo ser descendentes de negros africanos, brancos ou índios.

Hebe Maria Mattos de Castro, em estudo sobre os significados da liberdade no sudeste escravista do Brasil, discute que a literatura sobre o assunto, em geral, considera pardo aquele com pele mais clara (ou menos escura) do mestiço, como sinônimo de mulato. A autora, ao consultar os processos crimes e cíveis correspondentes à região por ela estudada, constatou que todas as testemunhas nascidas livres foram qualificadas como brancas ou pardas. Ela ressalta que no período colonial e no século XIX o termo pardo, no Sudeste, não era utilizado apenas como referência à cor da pele mais clara do mestiço, mas antes era usada como uma maneira de marcar uma diferença social, que variava conforme o caso, na condição mais geral de não-branco. Para Hebe Mattos,

[...] o qualificativo ‘pardo’ sintetizava, como nenhum outro, a conjunção entre classificação racial e social no mundo escravista. Para tornarem-se simplesmente ‘pardos’, os homens livres descendentes de africanos dependiam de um reconhecimento social de sua condição de livres, construído com base nas relações pessoais e comunitárias que estabeleciam [...].<sup>173</sup>

Porém, para a capitania/província de Mato Grosso, na primeira metade do século XIX, o termo pardo parece que era utilizado mais como uma referência à cor da pele e/ou à ancestralidade africana dos indivíduos, já que nas fontes consultadas encontrei referências a escravos pardos. Além do termo pardo (a), existia as seguintes terminologias para escravos

<sup>170</sup> FERREIRA, A. B. H., *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*, p. 575.

<sup>171</sup> BLUTEAU, R., *Vocabulário portuguez e latino – 1712-1728*.

<sup>172</sup> RESENDE, M. L. C., “*Brasis coloniales*”: *índios e mestiços nas Minas Gerais Setecentistas*, p. 228.

<sup>173</sup> CASTRO, H. M. M., *Das cores do silêncio*, p. 35.



(as): preto (a), crioulo (a), cabra,<sup>174</sup> mulato (a) e caboré. Essas especificações demonstram que se tratava de escravos mestiços. Ainda para os escravos, encontrei também as seguintes especificações: Nação Congo, Nação Minas, Benguela, Nação Nagô ou somente Nagô, Nação Monjolo, Nação Angola, Nação Moçambique, denominações essas que vinham junto ao nome dos cativos e podemos supor que estivessem relacionadas com seus respectivos locais/etnias de origem.<sup>175</sup> Para a população livre, encontrei os termos: pardo (a), caboré, cabra, branco (a), crioulo (a), e preto (a).<sup>176</sup>

Numa sociedade em que a cor da pele, as características físicas, e o lugar de origem das pessoas poderiam ser referenciais de escravidão ou liberdade – ser branco era ser livre, enquanto pretos e mestiços poderiam ser livres, libertos ou escravos. Além disso, serviam como referenciais de identificação, como uma extensão do nome, em alguns casos, mencionados como o sobrenome de uma pessoa, como era o caso dos camaradas Thomás Índio, 42 anos, homem casado; Joaquim Angola, homem solteiro de 70 anos de idade; Felipe Caboré, solteiro de 30 anos de idade; Mariano Castelhana, casado, 30 anos e Antonio Preto, solteiro, 55 anos.<sup>177</sup>

Região de fronteira e de mineração que, num primeiro momento, serviu como divisor das possessões das Coroas Portuguesa e Espanhola e depois entre o Império Brasileiro e as Repúblicas Boliviana e Paraguai, Mato Grosso era um espaço que mantinha contato com as possessões estrangeiras vizinhas. Não raro era o caso de estrangeiros que procuraram algumas regiões da Colônia ou do Império para tentar sobreviver, como foi o caso de Mariano Castelhana que trabalhava como camarada no distrito de Serra Acima em 1809.

Ainda em relação ao nome de pessoas elencadas na fonte ora em destaque, assim como em outros documentos utilizados nesta pesquisa, os livres pobres identificados foram citados, em sua maioria, não mais com um nome e um sobrenome. O que me chama atenção é que muitas vezes os próprios nomes das pessoas dão pistas de sua condição social e econômica. De maneira geral, as pessoas mais abastadas apareceram elencadas com muitos sobrenomes, acima de três (incluindo o nome), enquanto as demais (dentre elas alguns dos camaradas) aparecem não mais com um nome e um sobrenome.

Seja pardo, crioulo, caboré, ou qualquer outra terminologia, o que elas nos

---

<sup>174</sup> *Mapa de População do Distrito de Serra Acima – 1809, APMT.; Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas – 1838, APMT.*

<sup>175</sup> *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas – 1838, APMT.*

<sup>176</sup> *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas – 1838, APMT.; Mapa de População do Distrito de Serra Acima – 1809, APMT.*

<sup>177</sup> *Mapa de População do Distrito de Serra Acima – 1809, APMT.*

revelam é uma sociedade complexa quanto aos grupos humanos, formada a partir da convivência entre índios, brancos e negros. A mestiçagem estava presente na capitania/província de Mato Grosso. Os mestiços poderiam ser livres ou escravos; os que trabalhavam na condição de camaradas, eram pessoas livres.

## 2.6 – Camaradas: estado civil/faixa etária

Os camaradas poderiam morar em propriedade do patrão, ou possuir sua residência fora da mesma. No distrito de Serra Acima, em 1809, foram relacionados oitenta homens com a ocupação de camarada, sendo que nesse total apareceram casados e solteiros, como fica especificado na tabela abaixo.

**Tabela 29: Estado civil de camaradas – Distrito de Serra Acima (1809)**

Faixa etária	Menos de 20 anos	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	Acima de 60 anos	Total	
							Nº	%
Camaradas casados	.....	2	7	3	2	1	15	18,75
Camaradas solteiros	16	20	9	10	5	3	63	78,75
Camaradas não especificados*	.....	1	.....	.....	1	.....	2	2,5
<b>Total</b>	<b>16</b>	<b>23</b>	<b>16</b>	<b>13</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>80</b>	

Obs. Três camaradas solteiros apareceram com erros de idade, mas acredito que eles tivessem respectivamente 19, 16 e 14 anos de idade. Neste sentido, os inseri dentre os camaradas que tinham menos de 20 anos.

\* Fragmentação no documento.

Camarada casado mais novo tinha 20 anos de idade, e o mais velho, 61 anos.

Camarada solteiro mais novo tinha 12 anos, e o mais velho tinha 70 anos.

Fonte: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA Nº 075 | Referência Anterior: S/Nº Fundo: Governadoria Lata: 1809.

Na freguesia de Nossa Senhora de Brotas, em 1838, foram listado 26 camaradas no rol da população: 12 solteiros e 14 não foram mencionados o estado civil.<sup>178</sup> Conforme fica especificado no quadro acima, no distrito de Serra Acima o número de camaradas solteiros, em todas as faixas etárias, era maior do que o número de casados. Não identifiquei as causas do diferencial entre os números de solteiros e casados, mas o que ele nos revela, pelo menos para a região de Serra Acima, em 1809, e para os camaradas que foram mencionados, o estado civil da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, em 1838, é de número superior de camaradas solteiros em relação aos casados, além de que trabalhar como camarada era um meio para garantir a subsistência daqueles homens e, para os que eram casados, de suas respectivas

<sup>178</sup> *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas – 1838, APMT.*

famílias formadas por esposas e filhos. Camaradas casados e solteiros foram identificados em outras atividades, como por exemplo, nos transportes terrestre e fluvial.

Ainda em relação aos camaradas casados do quadro acima, dos 15 recenseados apenas para 5 camaradas apareceram menção às esposas. Essa era a situação, por exemplo, de Mariano Castelhana, de 30 anos, camarada, casado com Maria Geralda, castelhana, 25 anos, com quem teve uma filha chamada Maria Ignacia, que, em 1809, tinha 3 anos de idade; e o caso de Joaquim Soares de 30 anos, camarada casado com Ighes Índia, de 23 anos de idade. Os 15 camaradas apenas foram citados como casados, sem qualquer menção às esposas dos mesmos. Quando recenseadas, não foi especificado se as mulheres de camaradas desenvolviam algum tipo de atividade.

Dos 80 camaradas levantados na população de Serra Acima, 3 foram elencados com filhos. Todos nesta situação eram casados. Mas, apenas para Mariano Castelhana, citado anteriormente, foi mencionado o nome da esposa, enquanto para os dois restantes não houve menção à companheira, mas somente a dos seus filhos. Cada camarada era pai de somente 1 filho(a). Dentre esses três casos citados, existia aquele em que o filho também trabalhava como camarada, situação esta do camarada Antônio Pereira, de 15 anos de idade, filho de um camarada de 35 anos de idade e que também se chamava Antônio Pereira. Essa informação nos dá pistas de que trabalhar como camarada poderia ser uma ocupação passada de pai para filho.

Nos mapas de população, esses homens casados e com filhos apareceram com a ocupação de camaradas, mas isso não os isentava de ocuparem um pedaço de terra e desenvolverem outras atividades, principalmente aquelas relacionadas ao plantio. A produção de alimentos na região de Mato Grosso, na primeira metade do século XIX, não estava restrita apenas a pequenos e grandes lavradores. O plantio de alimento acontecia também como um viés de complemento para a subsistência de algumas pessoas que desenvolviam outras atividades, como camaradas, por exemplo. Nesse sentido, existiam homens que a exemplo de Manoel Joaquim Padilha era um lavrador e já tinha trabalhado como camarada na propriedade de seu vizinho.<sup>179</sup>

A situação de ser solteiro ou casado, morar ou não na propriedade do patrão foi percebida para outras ocupações, como a de arrieiro, feitor, ferreiro e carpinteiro. Estes ofícios também apareceram citados no Mapa de População do distrito de Serra Acima de 1809, e

---

<sup>179</sup> *Processo 189 – 1849, APMT.*

assim como os camaradas constituíam famílias ou permaneciam solteiros, moravam ou não nas terras do patrão/patroa.

Nas fontes consultadas, foi perceptível que trabalhar como camarada era uma ocupação de homens com diferente faixa etária. Tomando os mapas de População do distrito de Serra acima (1809) e da freguesia de Nossa Senhora de Brotas (1838), podemos verificar essas diferenças.

**Tabela 30: Faixa etária de camaradas**

Faixa etária	Até 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 em diante
<b>Distrito de Serra Acima (1809)</b>	16	23	16	13	8	3	1
<b>Freguesia de Nossa Senhora de Brotas (1838)</b>	5	12	6	2	.....	.....	.....
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>35</b>	<b>22</b>	<b>15</b>	<b>8</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

Fontes: Fontes: *Mapa de População do Distrito de Serra Acima*, tirada pelo Capitão da 3ª Companhia das Ordenanças Apolinário de Oliveira Gago. 1809. BR MTAPMT.SG. MAP. 4440 CAIXA N° 075 | Referência Anterior: S/N° Fundo: Governadoria Lata: 1809.; *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas, 1838*. Lata 1838. APMT.

Trabalhar como camarada poderia começar cedo, por exemplo, com a idade de 12 anos, situação em que se enquadrava Manoel Roiz em 1809,<sup>180</sup> e outro Manoel em 1838.<sup>181</sup> Nos processos crimes e mapas de população existe menção a camaradas de diferentes faixas etárias, entre 12 e 25 anos, 25 e 50 anos, 50 e 60 anos, e até mesmo 70 anos de idade, como era o caso de Joaquim Angola.<sup>182</sup> Conforme os dados da tabela acima, a maioria dos homens que trabalhavam como camaradas no distrito de Serra Acima e freguesia de Nossa Senhora de Brotas para o período mencionado, tinham entre 20 e 29 anos de idade, seguidos por aqueles entre 30 e 39 anos, e até 19 anos. Essas informações nos dão pistas de que a maioria dos camaradas, ao menos naquelas localidades e período indicado nos mapas de população, possuía idades ativas e possivelmente força física para desenvolver determinadas atividades. Daí possivelmente a maioria dos homens que trabalhavam como camaradas nas duas localidades possuíam idades abaixo de 50 anos. Nos processos crimes e cíveis, assim como nos relatos de viagem, quando informada, a idade de camaradas estava principalmente entre 18 de 45 anos de idade.

Jovem ou idoso, trabalhar como camarada na capitania/província de Mato Grosso durante a primeira metade do século XIX poderia ser um meio para garantir o sustento de si para aqueles que eram solteiros, ou também da família, para aqueles que eram casados. É

<sup>180</sup> *Mapa de População do Distrito de Serra Acima – 1809, APMT..*

<sup>181</sup> *Mapa de População da freguesia de Nossa Senhora de Brotas – 1838, APMT.*

<sup>182</sup> *Mapa de População do Distrito de Serra Acima – 1809, APMT.*

compreensível que tarefas que exigiam maiores esforços físicos não seriam ocupadas por pessoas idosas ou muito jovens, ficando a critério do camarada escolher em qual serviço trabalhar e/ou ao patrão em contratar uma pessoa que preenchesse requisitos que ele procurava para desenvolver uma atividade. Da mesma forma que alguns poderiam ser camaradas de um patrão por longos períodos e outros somente em atividades temporárias.

## 2.7 – Camaradas – vontades próprias/autonomia

Trabalhar como camarada poderia ser uma ocupação temporária para alguns ou permanente para outros. Em situações de necessidade, de diferentes razões e/ou situação, a assumiam para poder atingir um objetivo imediato, como assegurar a subsistência, por exemplo.

Laura de Mello e Souza, em estudo sobre os livres e pobres na capitania de Minas Gerais no século XVIII, ressalta o caráter dos trabalhos reservados àquela parcela da população, como incertos, esporádicos e aleatórios, empregados em atividade que os escravos não podiam desenvolver, como: funções de supervisão, defesa, policiamento e tarefas complementares à produção (desmatamento e preparo do solo).<sup>183</sup>

Dentre os serviços disponíveis para aquela camada da população, é necessário não desconsiderar que entre os livres e pobres existissem pessoas que tinham livre arbítrio em desenvolver ou não algumas atividades. Nas fontes consultadas, foi perceptível que entre os camaradas existiam aqueles que agiam a partir de suas vontades próprias, já que poderiam ou não aceitar uma oferta de trabalho, até mesmo continuar ou não na execução de uma atividade. Por exemplo, em citação mencionada anteriormente, o viajante Georg Heinrich von Langsdorff descreve, ao percorrer a vila do Diamantino numa manhã, quando os animais da tropa estavam reunidos e tudo pronto para a viagem, um camarada com a função de tocador de tropa foi até aquele viajante para informar que estava desistindo da expedição.<sup>184</sup>

Em semelhante caso estavam os três desertores do Corpo de Fijo de Goiás, que decidiram seguir para São Paulo ao invés de continuar em Cuiabá, como fez o outro desertor (camarada). Neste caso, poderia haver algumas condicionantes que contribuíssem para tal decisão, como: fugir do recrutamento e/ou buscar trabalho, que pode ser adicionado, também, à vontade em não mais viver na província de Mato Grosso.

---

<sup>183</sup> SOUZA, L. M., *Desclassificados do ouro*, p. 91.

<sup>184</sup> LANGSDORFF, G. H. von, *Os Diários de Langsdorff*.

Sendo assim, a vontade está relacionada a permitir que o ser humano, por exemplo, expresse os seus desejos e sentimentos. Ela corresponde à capacidade de agir em consciência e deliberadamente. O termo vontade por si já expressa algo que vem do ser que a está sentido. A expressão *vontade própria* vem reforçar a ideia de que a ação de algumas pessoas estava vinculada aos seus desejos, anseios, aspirações, vontades etc.

Maria Sylvia de Carvalho Franco discute a presença de agregados e camaradas na região do Vale do Paraíba no século XIX enquanto categorias sociais. A autora busca suas raízes no surgimento da exploração lucrativa da terra. Segundo ela, as formas de vida do caipira tradicional foram rompidas pelo processo de concentração de terras nas mãos de poucos com a monocultura de exportação. Franco argumenta a ideia de que os camaradas não agiam em conformidade com suas vontades próprias, afirma que para “agregados ou camaradas, a anulação de sua vontade se revela na simples incapacidade de tomar uma decisão autônoma”. A autora cita um processo crime relativo ao rapto de uma jovem, em que uma das testemunhas relata que o réu pediu para guardar a menor em sua casa, e a testemunha não atendeu ao pedido porque precisaria do consentimento do patrão, já que era agregado.<sup>185</sup> Referindo-se a esse processo, Franco atribui a agregados e camaradas a incapacidade de tomar uma decisão autônoma.<sup>186</sup>

Morador na terra que pertencia a outrem, é compreensível que agregados não deveriam esconder uma pessoa raptada na propriedade que não era sua, mas atribuir a esse fato a incapacidade de agregados e camaradas tomarem uma decisão própria, os estariam isentando de suas condições humanas, como se não agissem conforme suas racionalidades próprias. Além disso, Franco generaliza ao colocar agregado e camarada numa mesma condição. Camaradas, pelo menos na documentação cotejada referente à província de Mato Grosso, eram pessoas livres que viviam por contratos de trabalho e poderiam ou não morar na propriedade do patrão, já agregado era morador em propriedade alheia.

Para estudar a camada livre e pobre nos oitocentos é necessário analisar sua complexidade e evitar generalizações. Pessoas que faziam parte daquele estrato, mesmo discriminados pela elite, tiveram participação na configuração social, econômica e cultural da capitania/província de Mato Grosso durante a primeira metade do século XIX. O presente

---

<sup>185</sup> FRANCO, M. S. C., *Homens livres na ordem escravocrata*, p. 98 e p. 103.

<sup>186</sup> Jessé José Freire de Souza utiliza as reflexões de Carvalho Franco para discutir *a constituição do poder pessoal: o dependente formalmente “livre”* na sociedade escravocrata. Ele utiliza com mais cautela a ideia de dependência por parte de alguns livres e pobres. Para se referir a estes últimos, ele se apropria da expressão *dependente formalmente livre* elaborada pela autora de *Homens livres na ordem escravocrata*, e apresenta a figura do agregado como aquele que estava sujeito às dependências de um senhor. In: SOUZA, J. J. F., *A construção social da subcidadania*, p. 125.

estudo considera que parcela dos camaradas e demais livres pobres tinham capacidade de tomar decisões.

Um trecho do relato de Langsdorff permite perceber a liberdade de alguns camaradas em abandonar o emprego. Arrumando a carga para seguir viagem de Mato Grosso ao Pará, o viajante descreveu a seguinte situação:

Hoje [18/03/1828], eu estava ocupado com os animais que haviam retornado descarregados, dando as últimas ordens para o pessoal, quando fui importunado com a visita de cortesia do Capitão Xavier (pelo menos, foi o que ele disse). Na verdade, porém, a sua intenção era procurar o índio Apiacá Alexandre, que trabalhava em seu engenho, mas, por causa do salário baixo, veio se juntar a nós.<sup>187</sup>

Em busca de melhor salário, o índio Alexandre deixou o engenho para ir trabalhar na expedição de Langsdorff. A busca por melhores pagamentos pelos serviços prestados era um dos elementos para a troca de trabalho, o que mais uma vez evidencia a liberdade das escolhas por parcela dos camaradas. Situações parecidas passavam os camaradas que desistiam dos acordos de trabalho, se recusavam a realizar um serviço que inclusive poderiam explorá-los e demonstravam sua resistência ao continuar vivendo conforme suas lógicas de vida.

Ao menos para o Mato Grosso, no período em estudo, existiam camaradas que tinham iniciativa de tomar uma decisão que nem sempre estivesse relacionada à vontade de seu patrão. Aliás, nem todos os camaradas ficavam subordinados a um patrão por muito tempo, tendo em vista que existiam ajustes temporários. Para entender as atitudes de camaradas que agiam conforme as suas racionalidades, é necessário considerar a liberdade daqueles homens livres.

Como já afirmei anteriormente, camaradas poderiam trabalhar em serviço temporário e eventual. O trabalho regular e sistemático não era bem visto na sociedade escravocrata, já que estava associado à condição de escravidão. Parcela das pessoas livres não queria ser identificada como tal, ressaltando assim sua condição de livres.<sup>188</sup> Numa sociedade mestiça, como a que se configurou no Mato Grosso da primeira metade do século XIX, em que livres e escravos poderiam ser pretos, pardos, caborés, cabras e mulatos, fica perceptível que a noção de liberdade não estava relacionada somente à cor branca. Para a população não-

---

<sup>187</sup> LANGSDORFF, G. H. Von, *Os diários de Langsdorff*, p.221-222.

<sup>188</sup> Quando afirmo a repulsa dos livres de serem associados a escravos, de forma alguma nego as relações sociais estabelecida entre ambos.

branca ela deveria ser buscada na não necessidade de trabalhar regularmente. Para alguns livres, a recusa ao trabalho regular talvez estivesse relacionada à iniciativa em acentuar sua liberdade, diferenciando-se dos cativos.

Para o Sudeste escravista, Hebe Maria Mattos de Castro discute que a noção de liberdade presente até pelo menos a primeira metade do século XIX era um atributo do homem branco e potencializadora do não trabalho, em que a pulverização e acessibilidade da propriedade cativa, presente até meados do mesmo século, possibilitou a homens livres e forros adquirirem escravos. A facilidade de acesso à propriedade escrava levava à legitimação da liberdade o ideal de não-trabalho. Desse modo, um homem seria livre à medida que não trabalhasse regularmente ou vivesse de rendas. Para a autora, durante a segunda metade do século XIX, entretanto, essas representações da liberdade começaram a ter suas bases solapadas em que o crescimento demográfico de negros e mestiços, livres ou libertos, já não permitia perceber os não-brancos livres como exceções controladas. Além de que o acesso aos escravos não tinha a mesma facilidade depois da extinção do tráfico negreiro em 1850, em que os cativos antes pertencentes a pequenos senhores, vilas e cidades do sudeste e de outras regiões passaram a ser direcionados às maiores lavouras da região. Sendo assim, redefinem-se os significados emprestados à noção de liberdade, mesmo que a idéia de liberdade não seja mais identificada com a cor branca e com a posse de cativos, essa idéia ainda continua a definir-se em oposição à escravidão.<sup>189</sup>

Acredito que em Mato Grosso, na primeira metade do século XIX, não trabalhar regularmente, ou não trabalhar para outrem, para alguns livres e pobres, poderia ser ideal de liberdade. Para o pequeno lavrador, por exemplo, não trabalhar regularmente para outro e viver de sua lavoura, poderia ser uma forma de expressar ou manter sua condição de livre. Mesmo que o pequeno lavrador fosse contratado como camarada numa propriedade vizinha, ele não estaria submetido a trabalho regular, já que a preparação da terra, plantio e colheita, eram elementos que ocupavam somente determinados períodos. Já para alguns camaradas, não precisar trabalhar regularmente talvez pudesse ser uma maneira de não serem tratados e/ou confundidos como escravos. É claro que nem todos os camaradas estavam nessa situação, já que alguns poderiam permanecer muito mais tempo no desenvolver de uma atividade.

Como afirmou Edna Maria Resende,

---

<sup>189</sup>CASTRO, H. M. M., *Das Cores do silêncio*, p. 38-40.



Talvez a autonomia dessa camada social seja a chave para compreendermos a marginalização presente no discurso da época, atribuindo ao livre pobre o estereótipo de vadio e desclassificado. A facilidade de os homens livres garantirem sua sobrevivência sem se subordinar aos grandes proprietários, a autonomia que tinham para buscar assalariamento eventual e temporário, a aversão ao trabalho regular para outrem faziam com que escapassem do controle social presente nas relações de dependência pessoal. Assim, homens livres e libertos, ao se negarem a trabalhar regularmente para outrem e ao fugirem do controle direto dos grupos dominantes, eram tidos como vadios pela elite.<sup>190</sup>

Nos relatórios de presidentes da província de Mato Grosso, relatos de viajantes e crônicas existem descrições estereotipadas da visão da elite em relação à população livre e pobre. Mas como ressaltou Resende, talvez a busca por autonomia e a não subordinação de parte daquela camada social seja a chave para entender porque os livres pobres na província de Mato Grosso eram chamados de “vadios”, “não aptos ao trabalho”, “que se contentavam somente em garantir seu alimento diário”.

Para tentar tirar a autonomia de camaradas existiam casos de patrões que subjugavam os empregados, procurando mantê-los junto às propriedades por sistema de endividamento<sup>191</sup> ou sob forte vigia de feitor ou capataz. Na impossibilidade de comprar escravos, ou conforme o tipo de atividade a ser desenvolvida em que não era viável usar a força cativa, como as de extração da ipecacuanha, por exemplo, possivelmente proprietários recorreriam aos livres e pobres e procurassem não perder aquela mão-de-obra, impedindo-os, pelo uso da força, de abandonar a propriedade e/ou serviço.

Talvez esteja aí a questão colocada pela historiografia que discute a presença de camaradas na sociedade da província de Mato Grosso<sup>192</sup> e de outras regiões do Brasil<sup>193</sup> em generalizar que todos eles não tinham vontades próprias, que eram obrigados a trabalhos forçados sob forte vigilância do contratante, e que “colocaram-se sob a dominação pessoal de seus patrões, integrados pelas relações de trabalho e favor”.<sup>194</sup>

Se parcela dos camaradas e demais livres e pobres ficassem sabendo que seriam subjugados e forçados à rigorosa disciplina de trabalho, não se submeteriam a determinados

---

<sup>190</sup> RESENDE, E. M., *Flagrantes do cotidiano: um olhar sobre o universo cultural dos homens livres pobres em São João Del-Rei (1840-1860)*, p. 110.

<sup>191</sup> Sobre esse aspecto na província de Mato Grosso, Lúcia Helena Gaeta Aleixo encontrou tal mecanismo na extração da poaia, na segunda metade do século XIX. ALEIXO, L. H. G., *Mato Grosso: trabalho escravo e trabalho livre (1850-1888)*, p. 73. E MOUTINHO, J. F., *Notícia sobre a província de Matto Grosso*, p. 28.

<sup>192</sup> VOLPATO, L. R. R., *Cativos do Sertão*.; LUCÍDIO, J. A. B., *Nos confins do Império um deserto de homens povoado por bois*.

<sup>193</sup> FRANCO, M. S. C., *Homens livres na ordem escravocrata*.

<sup>194</sup> VOLPATO, L. R. R. *Cativos do sertão*, p. 201.

acordos de trabalho, já que corriam risco de perder aquilo que era tão caro numa sociedade escravista, a liberdade.

Ser livre significava muito no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Durante o período colonial e imperial escravos buscavam meios para se libertarem, seja pela fuga, refugiando-se para outras regiões, na formação de quilombos, ou buscavam meios legais. Eduardo França Paiva discute os vieses encontrados por escravos africanos, crioulos, mulatos, pardos, cabras em buscar caminhos no sistema escravista colonial para deixarem o cativeiro. Ao estudar as Minas Gerais setecentista, o autor analisou a vida dos libertos, apresentando os meios encontrados para conseguir as alforrias, e as vias pelas quais os ex-escravos procuravam ascender socialmente e apropriar de valores adotados pela população branca. Como bem afirmou o historiador, “o mundo dos libertos, em sua face menos material, era resultado também de incorporação de aspectos do mundo dos livres”.<sup>195</sup>

Ser livre era uma condição desejada por cativos, muitos deles conseguiram as alforrias, e procuravam se afirmar como não mais escravos, mas sim como forros ou libertos. É necessário entender o significado de ser livre na sociedade escravocrata para compreender que nem todos que se encontravam naquela condição se submeteriam, por vontade própria, a trabalhos forçados.

Se levarmos em consideração a complexidade tanto dos estratos sociais da população de Mato Grosso, como da camada livre e pobre, seria um equívoco afirmar que todos os camaradas e demais livres pobres se subjugassem e estivessem integrados a relações de dominação de um patrão/senhor. Ao afirmar isso, estaria negando assim a liberdade de ir e vir daquelas pessoas que não raro eram chamadas de vadias, indolentes, preguiçosas, justamente por não se submeterem ao controle social que as elites tentavam impor naquele momento histórico.

A historiografia demonstra que a dominação pessoal com o sistema patriarcal<sup>196</sup> e clientelismo estiveram presentes no Brasil Colônia. Muitos livres pobres fizeram parte da clientela dos senhores de terras, de lavras minerais, de escravos e demais propriedades. Mas isso não justifica afirmar que todos os camaradas fizessem parte da dominação do patrão.

Dentre os camaradas, é possível apontar a existência das seguintes situações, dentre outras: a) camaradas em que, procurando meios para sobreviver, firmaram acordos de trabalho junto a um contratante, com quem estreitaram laços de dependência e

---

<sup>195</sup> PAIVA, E. F., *Depois do cativeiro: a vida dos libertos nas Minas Gerais do século XVIII*, p. 512.

<sup>196</sup> Ver definição de Patriarcalismo em VAINFAS, R. (Org.), *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*, p. 470. Ainda sobre o assunto, ver PRADO JÚNIOR, C., *Formação do Brasil contemporâneo*, p. 286-297.

reconhecimento, se submeteram aos mandos do patrão e permaneceram como empregados, muitas vezes constituíram famílias nas propriedades dos empregadores; b) aqueles que não permaneciam por laços de amizade, mas forçados sob dominação pessoal, buscavam meios para fugir, como foi ressaltado anteriormente; c) aqueles que, sob dominação pessoal, eram mantidos coercitivamente pelos seus patrões e que não conseguiram se livrar das relações de trabalho e poder as quais terminavam submetidos; d) aqueles que não foram mantidos à força nas propriedades e/ou atividades, e quando não mais quisessem permanecer nas mesmas, iam em busca de outros acordos de trabalho. Em alguns casos, eram empregados em atividades temporárias, seus contratos de trabalho poderiam durar uma viagem, uma colheita, uma condução de tropa ou uma safra de extração de ipecacuanha, por exemplo; e também, e) camaradas que descumpriam acordos de trabalho e encontravam na fuga um meio para não desempenhar um ajuste firmado, como já citado.

Esses casos nos indicam a multiplicidade de relações estabelecidas entre camaradas e patrões. Esta análise sobre uma parcela da camada livre (os camaradas) no período escravista do Mato Grosso na primeira metade do século XIX considera a complexidade de situações em que estavam envolvidas as pessoas que faziam parte do estrato livre e pobre.

Procurei, neste capítulo, estudar uma parcela da população, como pessoas que tinham capacidade de tomar uma decisão, que participavam do processo produtivo do mercado interno e externo de Mato Grosso, e que parte dos camaradas possuíam liberdade em se empregar, permanecer ou não no trabalho de uma determinada atividade. As elites temiam a liberdade dos livres pobres, buscavam meios para “disciplinarizá-los”. Porém, muitos daqueles que não eram senhores, nem escravos, eram pessoas livres. Essa liberdade, durante a primeira metade do século XIX, na província de Mato Grosso, foi interpretada pelas elites como sinônimo de vadiagem, desclassificação, rebeldia, interpretações que, presentes nos discursos oficiais, mascararam o viver de homens que, tanto no meio urbano como no rural, estiveram presentes trabalhando em diversos tipos de atividades. Atividades estas discutidas no capítulo seguinte.